

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 4 DE ABRIL DE 2014

NÚMERO 6.676

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Dado Cherem - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Ciro Roza
Darci de Matos
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Darci de Matos
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Ciro Roza
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário da 001ª Sessão Especial realizada em 03/02/2014.....2 Ata da 002ª Sessão Especial realizada em 03/02/2014.....8 Ata da 003ª Sessão Especial realizada em 04/02/2014.....10 Ata da 001ª Sessão Ordinária realizada em 05/02/2014.....14 Ata da 002ª Sessão Ordinária realizada em 06/02/2014.....23</p> <p>Atos da Mesa Ata da Mesa DL.....28 Ata da Mesa.....28</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.....29 Portarias.....29</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

DA 001ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2014, CERIMÔNIA DE POSSE DO DEPUTADO ROMILDO TITON

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido as sras. deputadas Ana Paula Lima, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt para conduzirem as autoridades que comporão a mesa principal.

Esta Presidência não identificou a presença da deputada Luciane Carminatti, portanto, as três deputadas farão a recepção das autoridades. Naturalmente, a deputada Ada De Luca encontra-se licenciada exercendo o cargo de secretária de estado.

Excelentíssimo senhor Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Eduardo Pinho Moreira, vice-governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Romildo Titon, primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Padre Pedro Baldissera, segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Kennedy Nunes, primeiro secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Nilson Gonçalves, segundo secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor deputado Manoel Mota, terceiro secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo deputado Jailson Lima, quarto secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Agradeço às deputadas que fizeram a recepção das autoridades que compõem a mesa. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, deputados e deputadas.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do maestro subtenente Edmilson Joel Machado de Souza.

(Procede-se à apresentação do hino.)

(Palmas)

Convido para presidir a mesa o senhor deputado Romildo Titon, primeiro vice-presidente, para que este deputado faça uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Excelentíssimo sr. deputado Romildo Titon, neste momento no exercício da Presidência;

Excelentíssimo senhor governador do estado, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça, Nelson Schaefer Martins;

Excelentíssimo senhor vice-governador Eduardo Pinho Moreira;

Excelentíssimo senhor procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin;

Excelentíssimo senhor segundo vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera;

Excelentíssimo senhor primeiro secretário, deputado Kennedy Nunes;

Excelentíssimo senhor segundo secretário, Nilson Gonçalves;

Excelentíssimo senhor terceiro secretário, deputado Manoel Mota;

Excelentíssimo senhor quarto secretário, deputado Jailson Lima.

Senhoras deputadas, senhores deputados, vejo aqui os ex-governadores Paulo Afonso Vieira, Leonel Pavan, Esperidião Amin, prefeitos, vice-prefeitos, lideranças políticas de todo estado, dirigentes partidários, vereadores, militantes.

Em nome da sra. Neiva, cumprimento os familiares do nosso deputado Romildo Titon;

Cumprimento todos os servidores da Casa, a imprensa, enfim, tantas e tantos que comparecem a essa importante sessão

especial que marca também a abertura dos trabalhos da 4ª sessão legislativa da 17ª Legislatura.

Hoje, para mim, é um dia muito especial quanto aquele ocorrido há um ano, quando tive a oportunidade, depois de 14 anos integrando esta Casa, poder ascender à sua Presidência. Esse foi, sem nenhuma dúvida, dos 15 anos de mandato que empreendo nesta Casa, o que mais me dediquei, mais exigi do esforço pessoal, da família, dos amigos, mas com toda a certeza o ano de maior aprendizado. A experiência foi extraordinária; por isso, estou muito feliz, honrado e agradecido.

V.Exas. me oportunizaram a maior e melhor experiência da minha vida pública, e aos senhores serei eternamente grato.

Quero agradecer inicialmente à minha bancada, à época liderada pelo deputado Silvio Dreveck, hoje liderada pelo deputado Valmir Comin, com o apoio dos deputados Reno Caramori e José Milton Scheffer que há um ano me indicaram para ser o candidato da bancada à Presidência desta Casa.

Também agradeço à bancada do PSDB, parceira de primeira hora, à época liderada pelo deputado Dado Cherem, hoje liderada pelo deputado Dóia Guglielmi, em nome dos quais quero agradecer imensamente pelo apoio que recebi do PSDB.

Na sequência foram os deputados Altair Guidi, Narcizo Parisotto e a deputada Angela Albino, a quem agradeço muito, porque como líderes de suas bancadas também podemos empreender e começar a sonhar um projeto juntos. Com o deputado Gelson Merisio e deputado Darci de Matos agradeço a toda bancada do PSD que também compreendeu o nosso propósito e permitiu-nos continuar sonhando com aquele momento.

Agradeço muito especialmente, em nome do deputado Romildo Titon, a toda bancada do PMDB, a maior bancada com assento nesta Casa, exatamente o dobro de número de deputados que detinha a minha bancada na ocasião, que tinha uma legítima pretensão de presidir depois de mais de duas décadas fora do comando. E em nome do entendimento, colocando acima de tudo os interesses maiores de Santa Catarina, desta Casa, em nome da composição, o deputado Romildo Titon e a sua bancada concordaram com o entendimento e abriram mão, inclusive, para que eu pudesse presidir esta Casa no primeiro período desta gestão. E aí agradeço pela composição com o PT que também compreendeu que esse era o melhor encaminhamento para a Casa. Na época o líder era o deputado Dirceu Dresch, hoje é a deputada Ana Paula Lima, e em nome deles quero agradecer a toda bancada do PT.

O deputado Sargento Amauri Soares, todos lembram, marcou posição compreendida, aceita, e nós conseguimos, por incrível que pareça, manter uma relação muito melhor depois daquela disputa de que antes dela e agradeço a s.exa. pela parceria, apoio, solidariedade ao longo dessa caminhada.

Concluo o meu período com a consciência do dever cumprido. É evidente que, e o deputado Romildo Titon sentirá isso, não é fácil você empreender em um ano de mandato tudo aquilo que sonha, deseja e que gostaria de fazer, especialmente, governador Raimundo Colombo, pelas dificuldades que v.exa. tem de forma recorrente reclamado. E tive a oportunidade de conhecer pela primeira vez as dificuldades do excesso de burocracia na gestão da coisa pública, sendo que dos 17 anos de mandato que tenho, todos empreendidos no Legislativo, nunca tinha tido a experiência no Executivo de como é difícil vencer essas etapas todas.

Quero, antes de falar daquilo que conquistamos, falar da minha maior frustração. E quero me desculpar com os servidores da Casa. Eu sonhava como outros sonharam já, mas não consegui vencer as etapas todas que tinha, o desafio que tive para poder trazer de volta para a sede deste Poder as centenas de

servidores que estão alocados em outros três prédios distantes daqui, e isso dificulta o nosso trabalho.

A Mesa Diretora que atuou comigo e os diretores da Casa sabem e são testemunhas de que não faltaram esforços, mas não vencemos essas dificuldades. Espero que num curto espaço de tempo as próximas gestões da Casa possam, sim, empreender com sucesso esse desafio de alocar aqui no edifício sede todos os servidores da nossa Casa. Mas por outro lado conseguimos empreender algumas ações que me deixam muito feliz neste momento em que estou prestes a entregar o comando desta Casa.

Três grandes bandeiras de ação definimos, porque o tempo era curto, e tínhamos que focar em algumas ações. A primeira foi uma provocação do presidente do Fórum Parlamentar do Carvão, deputado Valmir Comin, com todos os deputados do sul, para que pudessemos colocar em pauta e atuar conjuntamente com a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no estabelecimento de uma política de incentivo para a retomada do carvão mineral como fonte energética que o Brasil tanto precisa.

O governador Raimundo Colombo esteve nesta Casa prestigiando o Parlamento e instituindo uma política de incentivo, nos moldes daquela que o governo do Rio Grande do Sul estabeleceu.

Não vencemos o leilão do carvão, vice-governador Eduardo Pinho Moreira, mas isso é uma questão de preço. E o governo federal vai, nos próximos leilões, ajustar, não tenho dúvida. O fato é que a nossa parte nós fizemos. Portanto, vencemos aquele objetivo que tínhamos priorizado.

A segunda bandeira foi empreendida e liderada pelo deputado Ismael dos Santos que nos pediu, poucos dias antes da posse, para que colocássemos como prioridade a questão do enfrentamento às drogas e ao crack em especial.

Criamos as comissões permanentes com o apoio de todos os deputados. E a comissão atuou fortemente junto com o Executivo, e conseguimos, no último dia 22 de janeiro, participar do ato de assinatura das primeiras 43 parcerias, ou seja, o estado alocando recursos, em parceria com 43 casas de recuperação, apoiando essas famílias e fazendo o enfrentamento. Isso é um número muito significativo, e vamos chegar brevemente a 1.200 vagas, o que é governador Raimundo Colombo, considerável. E v.exa. tem o nosso reconhecimento por essa ação.

A terceira foi a missão que atribuímos ao próprio deputado Romildo Titon. Ele que tinha sido o grande líder do processo de construção do novo Código Ambiental, quando o então governador Luiz Henrique da Silveira encaminhou para esta Casa, liderou com competência, com a votação do novo Código Florestal Nacional, srs. deputados federais, que foi uma conquista para o Brasil. Mas precisávamos fazer o ajuste. E foi difícil. O deputado Romildo Titon e sua equipe se debruçaram praticamente no primeiro semestre inteiro. Ao final, estivemos no Centro Administrativo, e o governador disse: vocês fizeram o trabalho. Portanto, a autoria será da própria Assembleia Legislativa. E aí agradecemos a todos os deputados, porque foi na última sessão, deputado Moacir, que num grande acordo conseguimos votar.

O presidente Glaucio Corte estava em Brasília no dia e fazendo a sua parte também, porque o setor produtivo ansiava por essa votação. Conseguimos vencer aquela etapa também. Conseguimos avançar, além disso, em outras ações.

A Alesc inclusiva, deputado José Nei Ascari, deputado Gelson Merisio, deputado Jorginho Mello, deputado Julio Garcia, ex-presidentes desta Casa, avançou na atenção às pessoas com deficiência, ações que v.exas. empreenderam quando presidente desta Casa.

Conseguimos ampliar agora, contratando inclusive pessoas com deficiência

não para praticar generosidade, não para fazer média, para as pessoas virem aqui atuarem, trabalharem, nos ajudarem a desenvolver políticas de inclusão. A tradução em libras na nossa TVAL permitiu que os quase 200 mil catarinenses surdos-mudos que às vezes só conheciam na hora em que íamos buscar o voto, mas que não tinham o direito de nos acompanhar, não sabiam o que estávamos fazendo, tenham agora a oportunidade de saberem o que fazem os seus representantes aqui nesta Casa.

Deputada Ana Paula Lima, deputado Jailson Lima, conquistamos o sinal aberto para a nossa TV, inicialmente para a Grande Florianópolis. Cumprimento o deputado Romildo Titon porque li a sua entrevista e sei do seu compromisso em continuar ampliando na parceria com as Câmaras, porque isso é ampliar a transparência. Isso é permitir que mais cidadãos possam saber o que os seus representantes estão fazendo aqui. A conquista do sinal é firme para a nossa Rádio FM que vai ser mais uma ação nesta direção, o novo Portal da Assembleia Legislativa facilitando o acompanhamento e o controle social de todas as ações que conseguimos empreender.

O Programa Encontros com a Assembleia Legislativa aproximou a Assembleia com o cidadão. A campanha colocando em pauta a questão do SOS Desaparecidos, numa campanha de grande repercussão, que conseguimos fazer ao final desse ano. E seis estados do Brasil já nos pediram autorização para veicular campanha idêntica em seus estados, tamanho foi o seu sucesso. Reunimos aqui, Coronel Nazareno Marcineiro, a ONG, e os sucessos foram acima do que imaginávamos.

Portanto, este momento é um momento só de dizer humildemente muito obrigado. Muito obrigado à Mesa Diretora pela lealdade, pela parceria.

Deputado Romildo Titon, nosso primeiro vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, deputado Kennedy Nunes, deputado Nilson Gonçalves, deputado Manoel Mota, deputado Jailson Lima, v.exas. foram extremamente responsáveis, assíduos, cumpriram com suas obrigações, ajudaram muito. E serei eternamente grato a v.exas., porque se conquistamos, se conseguimos avançar em algumas ações, foi porque tive a parceria, a solidariedade de uma Mesa que pegou junto.

Agradeço em nome do Carlos, nosso diretor-geral, e do Cássio, nosso chefe de gabinete, a todos os diretores, coordenadores, gerentes, chefes, a todos os servidores efetivos, comissionados, terceirizados, àqueles que são de outros órgãos que estão aqui à disposição.

Agradeço a toda minha equipe, desde aquele que me acompanha desde o primeiro dia em que cheguei aqui, há 15 anos, até os últimos a ingressarem. Muito obrigado pela lealdade, pela parceria de todos.

Agradeço ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira pela parceria, pela relação harmônica, respeitosa, republicana e acima de tudo pelo gesto de v.exas. em permitir, não em deferência à minha pessoa, mas em deferência a este Poder, a boa relação que existe entre os dois Poderes, independentes, mas harmônicos, que me permitiram chegar ao exercício do posto máximo do estado por nove dias, e serei eternamente grato também.

Agradeço ao ex-presidente Cláudio Barreto Dutra e ao nosso querido presidente Nelson Schaefer Martins, que assumiu na última sexta-feira. E eu dizia, na sexta-feira, para o presidente Nelson Schaefer Martins, que Tubarão por três dias comandou dois dos três Poderes do estado, com a diferença que um era comandante original e outro era genérico, porque não sou nascido em Tubarão, sou adotado pela Câmara de Vereadores de Tubarão, já o presidente Nelson nasceu na Cidade Azul, portanto, agradeço pela parceria e boa relação que tivemos com o presidente Dutra e desejo, presidente Nelson, e não tenho

dúvida que haverá, uma relação ainda mais estreita, mas sólida, porque o presidente Nelson, para quem não sabe, já foi servidor desta Casa e, portanto, tem uma relação muito próxima com este Poder.

Agradeço ao procurador-geral Lio Marcos Marin, por todas as ações que podemos empreender juntos, ao nosso querido presidente Salomão Ribas Júnior e aos conselheiros, por toda a parceria que conseguimos realizar, às entidades de classe, às instituições, aos órgãos públicos e privados de todas as esferas da administração, às prefeituras, à Fecam, à Uvesc, enfim, a tantas entidades parceiras, a todas as ações que empreendemos juntos.

Agradeço também ao nosso sindicato dos servidores, à nossa associação dos servidores, Afalesc, que nos ajudaram muito nas conquistas que tivemos. E desculpo-me se eventualmente não pudemos avançar.

Agradeço, enfim, à imprensa pela boa crítica, pela parceria, pela divulgação das nossas ações, porque precisamos muito dessas parcerias, para permitir que o cidadão possa avaliar se vai ao final do tempo manter a procuração da representação conosco ou não.

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, serenidade. Agradeço a todos pela solidariedade em momentos de fraqueza, em momentos difíceis que tivemos que empreender, porque fazer a gestão da coisa pública nos dias atuais não é missão fácil.

Eu aprendi muito e saio daqui eternamente grato a cada uma e a cada um dos meus colegas deputados. É o último mandato que estou empreendendo nesta Casa, e vocês me permitiram viver um ano de mais aprendizado, de mais trabalho, mas o que resumiu os outros 14 anos que vivi nesta Casa. Contem sempre comigo, que Deus os proteja, que possamos continuar juntos, cada um do seu jeito, fazendo o bem pelos catarinenses.

E como palavra acordada não se discute, mas se cumpre, como já se fez aqui, e a última ação idêntica foi a praticada pelo deputado Jorginho Mello, em favor do deputado Gelson Merisio, eu, deputado Romildo Titon, com a alma serena, com a consciência do dever cumprido, com o coração cheio de gratidão ao senhor pela lealdade e pela parceria, pelo gesto praticado há um ano, a toda a Mesa Diretora, a todos os deputados, comunico aos catarinenses que a partir deste momento renuncio à Presidência desta Casa em favor do nosso vice-presidente, conforme acordado, deputado Romildo Titon.

Muito obrigado e que Deus proteja todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Diante da renúncia do eminente deputado Joares Ponticelli, convidado o sr. deputado Kennedy Nunes, primeiro secretário, para formalmente declarar vago o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - (Passa a ler.)

"Declaro vago o cargo de presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e convido o primeiro vice-presidente, deputado Romildo Titon, para assumir a vaga, de acordo com que o dispõe o art. 18, inciso I, do Regimento Interno deste Poder".

(Procede-se à posse do deputado Romildo Titon como presidente da Assembleia Legislativa.)

Está empossado o deputado Romildo Titon como presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedrissera) - Concedo, neste momento, a palavra ao presidente do Poder Legislativo de Santa Catarina, deputado Romildo Titon.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado pelo carinho de todos.

Quero, primeiramente, cumprimentar, mesmo não estando mais na Presidência, o meu amigo deputado Joares Ponticelli que com muita competência conduziu os destinos desta Casa.

Quero cumprimentar também as seguintes autoridades:

Segundo vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera;

Senhor João Raimundo Colombo, nosso governador do estado;

Senhor vice-governador do estado, presidente do meu partido e meu grande amigo, Eduardo Pinho Moreira;

Senhor desembargador Nelson Shaefer Martins, presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina;

Senhor Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça de Santa Catarina;

Senhor deputado Kennedy Nunes, primeiro-secretário;

Senhor deputado Nilson Gonçalves, segundo-secretário;

Senhor deputado Manoel Mota, terceiro-secretário;

Senhor deputado Jailson Lima, quarto-secretário;

Excelentíssimo Senhor Vereador César Luiz Belloni Faria, Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Salomão Ribas Júnior, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Paulo Afonso Evangelista Vieira, Ex-Governador do Estado de Santa Catarina e Vice-Presidente do Diretório Estadual do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB;

Senhor Leonel Pavan, Ex-Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Esperidião Amin, Deputado Federal;

Excelentíssimo Senhor Rogério Mendonça, Deputado Federal;

Excelentíssimo Senhor Jorginho Mello, Deputado Federal;

Excelentíssimo Senhor Celso Maldaner, Deputado Federal;

Excelentíssimo Senhor Mauro Mariani, Deputado Federal;

Excelentíssimo Senhor Valdir Colatto, Deputado Federal;

Excelentíssima Senhora Ada Faraco de Luca, Secretária de estado da Justiça e Cidadania;

Excelentíssimo Senhor Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil;

Excelentíssimo Senhor Valdir Vital Cobalchini, Secretário Executivo da Infraestrutura;

Excelentíssimo Senhor César Augusto Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública;

Excelentíssimo Senhor Gelson Sorgato, Secretário Executivo da Articulação Estadual;

Excelentíssimo Senhor Clonny Capistrano Maia de Lima, Secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis;

Senhor Élio Godoy, Secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos;

Senhora Nadir dos Anjos Stefanos da Silva, Diretora Geral - Neste ato Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Coronel PM Nazareno Marcineiro, Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina;

Senhor Coronel BM Marcos de Oliveira, Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Julio Garcia, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Herneus De Nadal, Conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

Senhor João Batista Góes Ulysséa, Desembargador do TJ/SC;

Senhor Ivan Ranzolin, Defensor Público Geral do Estado de Santa Catarina;

Senhor Cesar Souza, Ex-Deputado Estadual;

Senhor Conselheiro José Carlos Pacheco, Ex-Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina e Provedor do Hospital de Caridade;

Senhor Coronel PM Fred Harry Schaufert, Presidente da Associação de Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina;

Senhor Dalírio Beber, Presidente da CASAN;

Senhor Rubens Olbrisch, Presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - ACAERT;

Senhora Sandra Regina Eccel, Diretora Administrativa da CODESC;

Senhor Vanderlei Rosso, Diretor do DETRAN/SC;

Senhor Glauco José Córte, Presidente da FIESC;

Senhor Gean Loureiro, Presidente da FATMA;

Senhor Adriano Zanotto, Presidente do IPREV/SC;

Senhor Paulo Cesar da Costa, Presidente da SC Parceria;

Senhor Ten. Cel. PM José Norberto de Souza Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina;

Senhor João Candido Linhares, Ex-Deputado Federal de Santa Catarina;

Senhor Juarez Furtado, Ex-Presidente da Alesc;

Senhora Ivone Maldaner, Neste ato Representando o Ex-Governador Cassildo Maldaner;

Senhor Adenor Piovesan, Superintendente da Fundação Nacional de Saúde;

Senhor Dario Berger, Ex-Prefeito de Florianópolis;

Senhor Anibor Prochnow, Neste ato Representando o Excelentíssimo Senhor Paulo Bauer Senador da República;

Senhor Roger Bittencourt, Presidente da Associação Catarinense de Imprensa em exercício;

Excelentíssimo Senhor Antônio Marcos Gavazzoni, Secretário de estado da Fazenda;

Excelentíssimo Senhor Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas;

Excelentíssimo Senhor Ademir Magagnin, Prefeito de Cocal do Sul;

Excelentíssimo Senhor Rafael Laske, Prefeito de Joaçaba;

Excelentíssimo Senhor Hugo Lembeck, Prefeito de Taió;

Senhor Marcos Weiss, Vice-Prefeito de Joaçaba;

Senhor Aristides Valentini, Vice-Prefeito de Taió;

Senhora Cirlene Gonçalves Scarpatto, Vice-Prefeita de Cocal do Sul;

Senhor Ingo Weiss, Vice-Prefeito de Rio das Antas;

Senhor Juarez Domingues Carneiro, Presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade;

Senhor Célio de Souza, Vereador de Brusque;

Senhor Amer Ribeiro, Presidente da Associação dos Jornais Diários do Interior - ADI;

Senhor Luciano José Buligon, Vice-Prefeito de Chapeco;

Senhor Professor Marcus Tomasi, Reitor em exercício da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC;

Senhor professor Mayco Moraes Nunes, Pró-Reitor de extensão Cultural e Comunidade da UDESC;

Senhor Cleverson Siewerd, Presidente da Celesc;

Senhor Hiram Aparecido de Almeida, Superintendente Regional do Banco do Brasil;

Excelentíssimo Senhor Nelson Cruz, Prefeito Municipal de campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Ivo Biazolo, Prefeito do Município de Fraiburgo;

Excelentíssimo Senhor Claudirlei Dorini, Prefeito de Piratuba;

Excelentíssimo Senhor Elizeu Mattos, Prefeito de Lages;

Excelentíssimo Senhor Edson Piriquito, Prefeito de Balneário Camboriú;

Excelentíssimo Senhor Marcio Burigo, Prefeito de Criciúma;

Excelentíssimo Senhor Hélio Roberto Cesa, Prefeito de Siderópolis;

Excelentíssimo Senhor Juarez Bet, Prefeito de Planalto Alegre;

Excelentíssimo Senhor Fabrício Kusmin Alves, Prefeito de Lauro Muller;

Excelentíssimo Senhor Arno Zimmermann Filho, Prefeito de Ituporanga;

Excelentíssimo Senhor Udo Dohler, Prefeito Municipal de Joinville;

Excelentíssima Senhora Sirley Kley Varela, Prefeita de Cerro Negro;

Excelentíssimo Senhor Jocenir Varela Silva, Vice-Prefeito Municipal de Cerro;

Excelentíssimo Senhor Evandro João dos Santos, Prefeito Municipal de Paulo Lopes;

Excelentíssimo Senhor Padre Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul;

Excelentíssimo Senhor Novelli Sganzerla, Prefeito Municipal de Água Doce;

Excelentíssimo Senhor Luciano Paganine, Prefeito Municipal de Iomerê;

Excelentíssimo Senhor Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista;

Excelentíssimo Senhor Euzébio Calisto Vieceli, Prefeito de Pinheiro Preto;

Excelentíssimo Senhor Wilmar Carelli, Prefeito de Videira;

Excelentíssimo Senhor José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibaanos;

Excelentíssimo Senhor Clésio Bardini De Biasi, Prefeito de Treze de Maio;

Excelentíssimo Senhor Osni Batista Alberton, Prefeito de Frei Rogério;

Excelentíssimo Senhor Clóvis Busatto, Prefeito de Ibiã;

Excelentíssimo Senhor Reginaldo Alberto Lizotti, Prefeito Municipal de Herval velho;

Excelentíssimo Senhor Sandro Glassi Serafin, Vice-Prefeito de Içara;

Excelentíssimo Senhor Urbano José Dalcanare, Vice-Prefeito de Agrolândia;

Excelentíssimo Senhor Jairo Luft, Vice-Prefeito de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Marcos Nei Correa Siqueira, Prefeito Municipal de Monte Carlo;

Excelentíssimo Senhor Pedro Rabuske, Vice-Prefeito de Pinheiro Preto;

Excelentíssimo Senhor Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis;

Excelentíssimo Senhor Euclides Cruz, Prefeito Municipal de Tangará;

Excelentíssimo Senhor Agnaldo Carara, Prefeito de Treze de maio, em exercício;

Excelentíssimo Senhor Milto Luiz Borga, Vice-Prefeito de Iomerê;

Excelentíssimo Senhor Ademir da Silva Matos, Prefeito de Braço do Norte;

Excelentíssimo Senhor Everaldo dos Santos, Prefeito do Município de Laguna e Presidente da AMUREL;

Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Schmulder, Prefeito de Bocaina do Sul;

Excelentíssimo Senhor Adilson Schwingel, Vice-Prefeito de Ipirá;

Excelentíssima Senhora Helena Maria Finger Kopsell, Secretária de Administração de Peritiba;

Excelentíssimo Senhor Ricardo Bitencourt, Presidente da Cooperativa Fumacense de Eletricidade do Morro da Fumaça;

Excelentíssimo Senhor Wilson Vieira Branco, Presidente da Câmara Municipal de Abdon Batista;

Excelentíssimo Senhor Alcdir Afonso Coronetto, Presidente da Câmara de Vereadores de Capinzal;

Excelentíssimo Senhor Rui Jorge Tomazoni, Presidente da Câmara de Vereadores de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Daniel Braz, Vereador representando o Prefeito Municipal Celso Ramos;

Excelentíssimo Senhor Aldo Dalla Corte, Vereador de Planalto Alegre;

Excelentíssimo Senhor Dirceu José Kaiper, Vereador de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Maurílio Castro Campagnolo, Vereador de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Ricardo Damásio, Vereador de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Elcio Emenegildo dos Santos, Vereador de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Antonio Rosa, Vereador de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Nelson Carafa, Vereador do Município de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Irlei Lamperti, Secretário de Obras e Transportes de Ibiã;

Excelentíssimo Senhor Clodomir Domingos Parise, Vereador de Ibiã;

Excelentíssimo Senhor Gelson Luiz Trevisol, Vereador de Ibiã;

Excelentíssimo Senhor Jocimar de Oliveira, Vereador de Ibiã;

Excelentíssimo Senhor Aleomar Penso, Vereador de Iomerê e Presidente da Uvemoc;

Excelentíssima Senhora Vilma Fontana Maciel, Vereadora de Curitibaanos;

Excelentíssimo Senhor Adinilson Miguel Weber, Vereador de Brunópolis;

Excelentíssimo Senhor Jaime Kirchner, Vereador de Gaspar;

Excelentíssima Senhora Marli Buzelatto, Vereadora de Piratuba;

Excelentíssima Senhora Anna Catarina Castanha Cordeiro, Vereadora de Monte Carlo;

Excelentíssimo Senhor João Reus Camargo, Vereador de Curitibaanos;

Excelentíssimo Senhor Rodemar Kussler, Vereador de Palmitos;

Excelentíssimo Senhor Laercio Gazaniga, Secretário de Administração de Ibiã;

Excelentíssima Senhora Jacinta Mikalovicz, Vereadora de Papanduva;

Excelentíssimo Senhor Vereador Aleomar Penso, Presidente da Uvemoc e Representante dos Vereadores de Iomerê;

Excelentíssimo Senhor Emerson Stein, Vereador de Porto Belo;

Excelentíssimo Senhor Ademir Humenhuka, Vereador de Papanduva;

Excelentíssimo Senhor Dirceu Fraga de Jesus, Vereador de Monte Carlo;

Excelentíssimo Senhor Rubens José Vargas, Secretário de Meio Ambiente de Monte Carlo;

Excelentíssimo Senhor Oracides Antunes Correa, Secretário de agricultura de Monte Carlo;

Excelentíssimo Senhor Euclides Rossi, Secretário de Obras de Frei Rogério;

Excelentíssimo Senhor Elcir Costa, Secretário de Desenvolvimento Comunitário Cultura e Esporte de Ibiã;

Excelentíssimo Senhor Ivandro Masson, Vereador de Ouro;

Excelentíssima Senhora Cléia Demétrio Pereira, Vereadora de Braço do Norte;

Excelentíssimo Senhor, Isnardo Luis Brant, Vereador de Palhoça;

Excelentíssimo Senhor Guilherme Marchewsky, Vereador de Brusque;

Excelentíssimo Senhor Hélio Oki, Secretário de Administração e Finanças de Frei Rogério;

Excelentíssimo Senhor Rinaldo Domingos Perin, Vereador de Palmitos;

Excelentíssimo Senhor Nelson Luiz de Paula, Secretário de Saúde de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Vilmar Astrogildo Tuta de Souza, Representando o PMDB de Biguaçu;

Excelentíssimo Senhor Arlindo Cruz, Vereador de Balneário Camboriú;

Excelentíssimo Senhor Arnaldo Antonio Favarsani, Secretário da Executiva do PMDB de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Carlito Luiz Durli, Secretário de Obras de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Célio João, Vereador de Florianópolis;

Excelentíssimo Senhor Valter da Silva, Vereador de Brunópolis;

Excelentíssimo Senhor José Adelar Carpes, Secretário da Agricultura de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Ademir Carlos Patel, Vereador de Brunópolis;

Excelentíssimo Senhor Gabriel Fantin, Vereador de Fraiburgo;

Excelentíssimo Senhor José Waldir Dias Chechi, Vereador de Fraiburgo;

Excelentíssimo Senhor Fabiano Mocelin, Vereador de Cerro Negro;

Excelentíssimo Senhor Gilson Lopes, Diretor da Fundação de meio Ambiente de campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Valmir José Moresco, Presidente do PMDB de Agrolândia;

Excelentíssimo Senhor Oravio Cordeiro, Vereador de Monte Carlo;

Excelentíssimo Senhor Leonardo Antonelo, Vereador de Lacerdópolis;

Excelentíssimo Senhor Lucir José Ferrarri, Vereador de Lacerdópolis;

Excelentíssimo Senhor Adolfo Francisco Petter, Presidente do PMDB de Peritiba;

Excelentíssimo Senhor Diego Francisco Rossa, Vereador de Lacerdópolis;

Excelentíssimo Senhor Nilton José Mucelin, Vereador de Abdon Batista;

Excelentíssimo Senhor Hartu Finger, Vereador de Peritiba;

Excelentíssima Senhora Wanderley Antônio Carpes Junior, Vereador do Município de Santo Amaro da Imperatriz;

Excelentíssima Senhora Eliane rebelo, Diretora Geral da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Itajaí;

Excelentíssimo Senhor Ailton Durli, Vereador do Município de Treze Tílias;

Excelentíssima Senhora Edir Souza, Secretária de saúde de Monte Carlo;

Excelentíssima Senhora Ivete Maфра Hammes, Vereadora do Município de Gaspar;

Excelentíssimo Senhor Adriano Padilha, Vereador de Vargem;

Excelentíssimo Senhor Rafael Balestrin, Vereador de Videira;

Excelentíssimo Senhor Alcides Gomes, Vereador de Piratuba;

Excelentíssimo Senhor João Maria do Nascimento, Vereador do Município de Curitibaanos;

Excelentíssimo Senhor João Reus Camargo, Vereador do Município de Curitibaanos;

Excelentíssimo Senhor Hampel V. Mushue Dayan, Secretário de Meio Ambiente e Serviços Públicos de Lages;

Excelentíssimo Senhor Joacir José Toledo, Vereador de Ipirá;

Excelentíssimo Senhor Claudemir Durli, Gerente Regional da Epagri de Campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Odair Machado de Quadros, Secretário de esporte e Lazer de campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Dirceu José Kaiper, Vereador de campos Novos;

Excelentíssimo Senhor Júlio César de Aguiar, Presidente da Federação das APAES do estado de santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Simão Sartor, Diretor do Hospital Nossa Senhora da Salette - Monte Carlo;

Excelentíssima Senhora Maria Elizabete Tiscoski, neste Ato Representando o Sr. Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Mobilidade Urbana;

Excelentíssima Senhora Claudia Espindola Bitencourt, Presidente do PMDB de Morro da Fumaça;

Excelentíssimo Senhor Juarez Furtado, Presidente da Alesc no período de 1986 à 1988;

Excelentíssimo Senhor Acélio Casagrande, Secretário Adjunto do Estado da Saúde;

Excelentíssimo Senhor Dr. Glaucio José Corte, Presidente da Federação das Indústrias de santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Adircélio de Moraes Ferreira Junior, Conselheiro do tribunal de Contas de Santa Catarina;

Excelentíssimo Senhor Luiz Ademir Hessmann, Presidente da Epagri;

Excelentíssima Senhora Celma Elias Westphal, Ex-Presidente do PMDB Mulher Estadual e Senadora no ano de 2012.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados que compõem este Poder

Legislativo, todas as autoridades aqui presentes, nas pessoas de deputados federais, senadores, prefeitos, vereadores, enfim, aqueles que exercem a responsabilidade sob o comando de um mandato, de um poder ou mesmo no Legislativo.

Quero cumprimentar minha família, todos os meus amigos, parentes que aqui estão presentes e toda a gente da minha região, o meio-oeste, os quais me orgulham de representar nesta Casa e que me dão a grande alegria de estar compartilhando conosco neste dia que estamos assumindo esta posição do comando da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Não precisa ninguém se assustar, as folhas são em grande quantidade, mas são anotações porque o momento requer. Não sei muito fazer discurso por escrito, mas o momento requer porque as palavras, certamente, na hora da emoção, escapam e talvez deixaríamos de dizer algo que gostaríamos de compartilhar com todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao deputado Joares Ponticelli pelo cumprimento da palavra, pelo cumprimento do acordo. Admiro as pessoas que cumprem os acordos e os compromissos políticos. E v.e.x.a. passa a ter um espaço junto com este deputado pela sua atitude.

(Palmas das galerias)

Quando selamos um acordo eu sabia que estava tratando com pessoa séria. Por isso evitei uma disputa, até porque o nosso velho MDB e velho PMDB, e vejo aqui presente o deputado Juarez Furtado, que foi o último presidente do PMDB, ficou 25 anos sem ocupar a Presidência e não custava ficar mais um, completando 26 anos.

Como é de praxe, quando todos assumem uma posição dessa é contar um pouco da história da vida. A minha não é muito diferente de muitos que estão aqui. Talvez um pouco mais sofrida, mas quero falar um pouco da minha origem, de onde vim, da minha trajetória, que como disse não é muito diferente dos outros, e de uma característica de um homem simples, de origem simples que se orgulha disso. E por ser simples é que sabemos o que realmente as pessoas precisam.

Venho de um rincão chamado Leãozinho, do município de Tangará, e vejo muitos de lá aqui presentes.

Nasci no dia da morte do presidente Getúlio Vargas, 24 de agosto de 1954. Meu pai era tão getulista, tão getulista, que nem deu bola para os gritos da minha mãe quando eu estava nascendo. Ficou perto de um radinho de pilha escutando a transmissão da morte do presidente Getúlio Vargas. E ainda depois insistiu muito com ela para que eu levasse o nome Getúlio, mas a mãe venceu e ficou Romildo mesmo.

Aprendi a trabalhar cedo desde pequeno, e olha que trabalhei carpindo, roçando, lavrando com arado de boi e transportando o cesto de milho nas costas ladeira abaixo. Acredito que todos aqueles que passaram por isso como eu passei certamente sabem o quanto dói uma enxadada debaixo da unha. Mais do que uma enxadada debaixo da unha, dói a segunda enxadada.

Eu passei por tudo isso. Saí da roça em busca de novas oportunidades e passei a residir em Videira, cidade pela qual tenho um carinho muito grande. Lá tive o meu primeiro emprego, o meu primeiro salário que coloquei no bolso de lavador de carro no posto do seu Oliveira, na rua XV de Novembro. Eu tinha orgulho do que eu fazia.

Depois o meu pai resolveu residir na minha querida Monte Carlo, hoje município - e vejo muitas pessoas de lá hoje aqui. Lá consegui o meu segundo emprego. Por ser um jovem de apenas 16 anos, robusto, premiaram-me com a função de pé de serra numa serraria, trabalho pesado no tombo da tora. Apesar de ser muito pesado o serviço, eu até gostava porque era melhor do que carregar um cesto de milho nas costas morro abaixo e enfrentar uma madrugada fria de geada descalço.

Depois fui cumprir o meu dever militar no 1º Batalhão de Lages, e logo retornei para a minha querida Monte Carlo.

Fui kombeiro - e para quem não sabe kombeiro é aquele que dirige a Kombi para transportar as pessoas - e fazia o trajeto de Monte Carlo a Campos Novos quando não havia nem cascalho. Era duro quando chovia, pois tinha que aconter na saída e ao chegar ao início da cidade tinha que tirar as correntes para entrar. E depois, quando voltava, era novamente aquele sacrifício.

Logo, logo fui convidado pelo prefeito de Campos Novos para exercer um cargo de intendente distrital. Para quem não sabe, intendente distrital é uma espécie de subprefeito no distrito.

Eu era jovem ainda, não tinha mais cortado o cabelo desde que cheguei do Exército, e naquele tempo o município era meio fraco, não tinha cantoneiro e zelador de estrada, e eu desempenhei todas as funções de intendente: fazia buleiro e ponte, roçada a estrada. E quando vinha uma máquina para o município, eu mandava o operador de volta e eu mesmo a pilotava para economizar hotel para a prefeitura.

Em seguida, vieram as eleições municipais. Fui convidado para ser o primeiro candidato a vereador do MDB no distrito de Monte Carlo. Lá era barra pesada. Ele era conhecido, deputado Joares Ponticelli, como a capital da Arena e ninguém ia pelo MDB, eu fui o primeiro.

Resolvi enfrentar com muita dificuldade. O negócio por lá era meio no tapa e no cano do revólver. Mas foi lá que eu descobri a minha paixão pela vida política. No dia da minha primeira eleição aconteceu algo importante que marcou a minha vida. Fiquei marcando os votos numa cadernetinha urna por urna. Quando eu fiz a soma, achei que estava eleito. Fui para casa, até para dar uma cuidada no meu velho pai que era meio nervoso, pois nós tínhamos perdido a eleição de prefeito.

Para minha surpresa, a Rádio Cultura, de Campos Novos, anunciou que Romildo Titon tinha ficado como primeiro suplente. Eu não me conformei, porque tinha anotado. Eu já estava estudando, já sabia fazer contas, e tinha certeza de que eu não tinha errado.

Esperei até o outro dia e fui a Campos Novos. Eu não tinha dinheiro para pagar um advogado e fui eu mesmo falar com o juiz e enfrentar a parada. Conte a minha situação para ele e até lembro que chorei bastante, pois estava me sentindo injustiçado naquele momento, porque quem entrou no meu lugar tinha menos de 100 votos do que eu tinha feito.

Aquele juiz foi tão bondoso comigo que me levou até um funcionário do cartório eleitoral e disse: "Parece que este rapaz está falando sério. Dê uma conferida nos mapas para ver se não há algum engano".

O rapaz conferiu e realmente constatou que na hora da soma os meus votos tinham sido jogados para outro vereador. De imediato o juiz chamou o vereador que já estava comemorando a eleição na rua e mandou para casa, e depois me disse: "Vai comemorar, guri, você foi o terceiro mais votado do seu partido!"

Naquele momento passei a acreditar na Justiça, porque aquele foi um momento que marcou a história da minha vida.

Empenhei-me muito naquele mandato e descobri minha paixão pela política, pois fui às urnas pela primeira vez. Meu primeiro voto foi para mim mesmo.

Fui para a minha segunda eleição, sendo um dos mais votados da época. Mas há outro fato curioso para quem conhece a minha história em Campos Novos. Fui vereador durante 12 anos e nesse período houve seis eleições para presidente da câmara, sendo que disputei cinco. Perdi as cinco! Por quatro vezes votei em mim mesmo para não votar no adversário. Eu não tinha maioria, mas era teimoso! Na última vez, na quinta, eu tinha maioria, mas o meu companheiro me traiu e dancei novamente.

Conformei-me e hoje, tenho certeza, era a Presidência desta Casa que me esperava! (Palmas)

Depois, comecei a me preparar para ser prefeito. Eu era vendedor ambulante, vendia em domicílio eletrodomésticos para a Hermes Macedo e materiais de construção para a Formac.

E eu era um vendedor assíduo e trabalhador, levantava cedo, dormia tarde, ia para o interior de casa em casa e, para economizar, levava minha marmitta do almoço, sentava numa sombra e fazia minha refeição. Orgulhava-me do que fazia! Assim me preparei, fiquei conhecido e saí candidato a prefeito.

Tive uns enteveros dentro do partido, na convenção, mas superei e depois enfrentei uma grande coligação e, meio só, apenas com o meu partido, ganhei.

Findo o meu mandato de prefeito, coroado de êxito, tentei galgar uma função maior. Em 1994 enfrentei a primeira eleição numa região muito pequena e fiz 16 mil votos; na segunda, 28 mil; na terceira, 44 mil; na quarta, 51 mil; e na quinta 55 mil. E aqui estou! Vou para a sexta eleição. Quantos votos farei? Não sei. Mas quero chegar.

Todo esse caminho foi um aprendizado muito grande. Não tive a oportunidade de frequentar a universidade, mas considero que cada vitória que tive foi um aprendizado maior do que um curso superior.

Lutei dentro das minhas limitações. Procurei desempenhar todas as funções que me deram, inclusive o desafio do meu sempre governador, Paulo Afonso Vieira, de ser seu líder, numa hora difícil, mas de tanto apanhar passamos a não temer mais nada.

(Palmas)

Fui presidente da comissão de Constituição e Justiça, mesmo sem formação jurídica. E fui reconduzido por seis vezes. Certamente porque desempenhei um bom trabalho.

Deram-me, por vez, a missão de ser o relator do primeiro Código Ambiental de um estado brasileiro. Estudei, dediquei-me, aprendi com os colegas, com a sociedade, e tivemos o primeiro estado do Brasil a possuir uma legislação própria na área ambiental.

Sou um homem simples, de origem simples, e me orgulho disso, tenho muita humildade, e acima de tudo respeito pelo próximo. Identifico-me muito com as pessoas mais humildes. Esta é a minha formação. Gosto de ajudar as pessoas, principalmente no que se refere à área da saúde e à área social.

Aprendi muito, mudei muito e me identifiquei muito facilmente com as pessoas. Falo do meu jeito, bem simples, mas sei que essa é a linguagem que muitos entendem.

Sou um homem de fé, acredito em Deus, boto fé em tudo que faço e quando erro não tenho vergonha de reconhecer, tenho humildade para isso. Tenho orgulho da minha história política. Não acho tão difícil ser presidente desta Casa porque somos em 40 colegas, e a Casa é de todos. O presidente apenas conduz a Casa, os trabalhos, mas as opiniões são várias, e tem que ter algumas metas, mas essas metas têm que ser criadas por todos os 40 parlamentares.

Por isso, eu digo, meus caros companheiros da Mesa Diretora, o meu regime de trabalho é o regime parlamentarista, ninguém vai decidir sozinho. Vai ser tudo em grupo. É desta forma que entendo.

Queremos transformar o Parlamento catarinense num grande fórum de debate dos grandes temas, ou seja, dos grandes temas que interessam a Santa Catarina sair um pouco daquele ritmo do discurso aqui na tribuna, dos projetos que são limitados, porque só podemos fazer projetos de declaração de utilidade pública e dando nome de rua. Quanto ao resto, tem que dizer sim ou não para o governo. A maioria não se pode colocar nenhuma emenda, porque já extrapola a legislação.

Temos que ocupar melhor este espaço, fazer deste Parlamento o grande fórum de debate dos temas interessantes para Santa

Catarina. E temos condições para isso. Além da qualificação dos parlamentares que aqui estão, ainda temos a TVAL que vai se tornar um canal de TV aberta, já iniciado pelo presidente Joares Ponticelli. Vamos chegar lá no interior dos municípios com a TV aberta, onde temos uma facilidade muito grande de levar os temas que interessam à sociedade.

Bem como ajudar a colocar Santa Catarina no mapa do petróleo; queremos a inclusão do bloco Santa Catarina/Rio Grande do Sul que integram a Bacia do Pelotas no leilão das Agências Nacionais do Petróleo, que deve ocorrer em 2015, idêntico à sua luta do carvão, deputado Joares Ponticelli.

A Bacia do Pelotas possui 210.000 km² de área e estende-se do sul de Santa Catarina até a fronteira com o Uruguai, abrangendo todo o Rio Grande do sul. O direito da exploração da Bacia do Rio Pelotas foi conquistado pela Petrobras, na Licitação n. 6. Por que não encampamos essa ideia? Traremos mais divisas, mais riquezas para Santa Catarina, que é de uma estrutura muito grande, com porte.

Deputado Kennedy Nunes, quanto ao fim dos lixões, fomos longe buscar experiência, além dos resíduos sólidos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina que até 2004 o Brasil acabe com quase dois mil lixões em atividade. Apenas 1,4% das 189 mil toneladas de resíduos sólidos é reciclado. E temos que iniciar um debate para a Lei dos Resíduos Sólidos.

Quanto à segurança dos eventos, campanhas de educação de trânsito, Santa Catarina Verde, tudo isso tem que continuar, deputado Joares Ponticelli. O Código Ambiental foi aprovado, mas temos que simplificar o Código Ambiental para que o povo possa entender e tenha mais segurança jurídica.

Quanto ao Cadastro Rural, governador Raimundo Colombo, por que Santa Catarina, que foi o primeiro a fazer um Código Ambiental, não pode ser o primeiro do Brasil a implantar o Cadastro Rural? Outras metas que me perguntarem... Mas quais as outras? Quem sou eu para dizer o que os deputados têm que fazer? Nós vamos discutir esse tema. Esse é o meu jeito humilde e simples. E assim vou tocar a Assembleia.

A compactuação das leis catarinenses, deputado Joares Ponticelli, que se arrasta ao longo do tempo, um trabalho de revisão de mais de 18 mil leis estaduais, promulgadas até 2012. Temos que revogar as leis defasadas. Foi um trabalho que a nossa Universidade de Santa Catarina ofereceu à Assembleia Legislativa, e temos a responsabilidade de enxugar o máximo possível e dar mais segurança jurídica a toda gente catarinense.

Temos a criação da Galeria dos Municípios, que falaremos aí pela frente.

Aos deputados, por ser um homem simples, vou iniciar fazendo coisas muito simples, mas com resultados práticos e objetivos. Na Presidência, vou me pautar pela agilidade, pela eficiência e pela economia, sem me distanciar da legalidade.

Igualdade, sempre primei por essa palavra. Não posso admitir que tenha deputado diferente. Todos somos iguais. Uns chegaram com mais votos, outros com menos votos, mas todos são iguais, e o tratamento vai ser igual. Não terá deputado de primeira nem de segunda. Se tem para um, terá para todos. Se não tem para todos, não vai ter para nenhum. Esse é o meu lema, iniciando pelo presidente, com algumas atitudes que já tomarei no dia de amanhã. E para isso peço a compreensão de todos os deputados.

Sou um homem que acredita nas pessoas. Acredito na palavra e acredito no compromisso empenhado. A minha história política, toda ela, foi pautada assim, e aqui na Presidência da Assembleia não será diferente. Serei um presidente presente, 100% caipira, não tenho como mudar o meu jeito, é do meu estilo. A compreensão e o respeito sempre

estarão presentes. E se errar, certamente terei a humildade de reconhecer.

Teremos um ano político, mas um ano diferente dos outros, atípico, de muitas limitações. Temos uma eleição estadual, temos Copa do Mundo, temos decisões partidárias que começam a discutir os rumos de cada partido. Além do que a grande maioria é candidata à reeleição ou a outro posto. Então, temos que fazer política, mas não deixando dos nossos compromissos na Assembleia Legislativa.

A relação com os demais Poderes será de respeito e de responsabilidade, pois cada um tem seu papel na condução dos destinos de Santa Catarina. Quem respeitar esta Casa, como instituição que é, terá o nosso respeito.

Aproveito a oportunidade para conclamar todos os representantes dos Poderes, pois temos que encontrar uma solução para o impasse do cálculo do Imposto de Renda que resultou em corte de valores para os Poderes. E vamos construir essa solução através do diálogo, porque seria vergonhoso resolver isso na Justiça.

Servidores da Alesc, vocês fazem parte desta Casa. A nossa participação por aqui é passageira, mas vocês ficam e permanecem nas suas funções. Se este Poder tem história, é porque vocês fazem parte dela. Portanto, vocês terão o meu respeito e serão tratados com dignidade. Vocês terão, por parte deste presidente, um tratamento igualitário, independente da função que exercem e do salário que recebem. Já dei a minha demonstração quando enviei um convite com o nome de todos os funcionários.

Sou um pouco exigente, gosto das coisas certas, por isso conclamo de todos responsabilidade e zelo pela coisa pública. Quem respeitar será respeitado, quem trabalhar será reconhecido. Quero que cada servidor sinta orgulho de trabalhar aqui na Assembleia Legislativa.

Obrigado a todos os funcionários presentes!

Aos funcionários do meu gabinete agradeço pelo trabalho de equipe. Cada um fez a sua parte, e tornamo-nos uma grande família. Alguns estão comigo desde o início, outros se incorporaram no caminho e outros seguiram o seu caminho, mas todos escreveram uma parte desta história.

Obrigado a todos e o meu reconhecimento.

Quero agradecer à minha família que sempre esteve ao meu lado, que atuou comigo. Obrigado, Neiva, Lara, Mano, futuros genros, futuras noras, cunhados, cunhadas, tios primos. Obrigado por sempre me darem coragem. Não cheguei aqui sozinho. Se aqui estou foi porque pessoas acreditaram em mim e apoiaram-me. Sou muito grato a todos.

Tive, por muitos anos, um companheiro fiel, conselheiro, parceiro de todas as horas, meu grande escudeiro, meu pai. Ele nos deixou. Se estivesse aqui, estaria dando pulos de alegria, porque ele sonhava muito que eu ocupasse esta posição.

Ao meu partido quero agradecer, primeiro, por me permitir fazer parte do PMDB, do velho Manda Brasa, quando iniciei em 1974, ou seja, foi a minha primeira filiação, exatamente há 40 anos.

(Palmas)

Procurei ser leal aos princípios partidários, desempenhei mandatos que me levaram à experiência e ao aprendizado muito grande. Foram 12 anos de vereador, quatro de prefeito e estou completando 20 anos neste Parlamento.

Muito obrigado, PMDB das velhas lutas, que liderou movimentos democráticos mesmo à custa da vida de muitos companheiros; obrigado, diretório estadual, na pessoa de nosso presidente Eduardo Pinho Moreira, e do meu sempre governador Paulo Afonso Vieira, nosso vice-presidente.

(Palmas)

Obrigado pelo apoio que me deram mesmo nos momentos difíceis da minha carreira e nas injustiças que a vida nos impõe.

Orgulho-me da minha história, de uma trajetória humilde. Não estou aqui por acaso, estou aqui porque fui eleito pelo voto livre, democrático, numa trajetória simples, mas sofrida. São 35 anos de mandato, e parece-me que estou apenas iniciando.

Obrigado aos nossos senadores Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner. À nossa bancada federal, à minha bancada, aos meus colegas de bancada desta Casa, obrigado pela compreensão, pelo companheirismo e pela oportunidade.

Tenho certeza de que o meu partido não será envergonhado. Vou me dedicar muito, dia e noite, a esse resgate que o PMDB passa a ter hoje, depois de 26 anos, que é a Presidência desta Casa. E farei isso à altura do meu PMDB, do nosso PMDB, da nossa história, dos nossos movimentos, da nossa extensa lista de serviços prestados a Santa Catarina e, acima de tudo, da nossa militância que é o maior patrimônio que o nosso partido tem.

(Palmas)

Deixei por último, propositalmente, os meus amigos e simpatizantes. Chego hoje, talvez, ao ponto mais alto da minha trajetória política e com a consciência tranquila de quem sempre trabalhou em defesa dos interesses dos cidadãos e respeito às leis. São 35 anos de vida pública, uma vida pública limpa, e não será interesses políticos de outros que vão manchar essa história. Não vão conseguir. Sou homem de fé, acredito primeiro em Deus e acredito na Justiça. Tenho orgulho da minha trajetória, e a minha vida pública de 35 anos fala por mim. Quem me conhece sabe que faço política com o coração e com humildade, minha marca principal. Esses confiam e continuarão confiando. Obrigado a todos aqueles que aqui compareceram neste dia nos prestigiando. Ficamos muito felizes com a presença maciça de todos os amigos e simpatizantes que contam com a gente.

A maior virtude de um homem que agrada a Deus é a gratidão. E essa gratidão carregarei comigo até o dia que Deus me der vida e saúde. Tenho dito.

Muito obrigado!

(Palmas)

Quero dar uma explicação a todos os presentes de como vai funcionar daqui para frente. Nós vamos suspender a sessão por alguns minutos, porque somos obrigados, no dia de hoje ainda, numa segunda sessão que vou convocar em seguida, eleger o vice-presidente, pois o cargo está vago. A sessão será rápida, e até vou pedir a compreensão de todos que estão em plenário, porque infelizmente o Regimento Interno é determinante na questão de que somente os deputados poderão ficar aqui na hora da sessão.

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com sua presença e convoca outra sessão, para daqui a 15 minutos, para a eleição do vice-presidente.

Em seguida teremos a execução do hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino de Santa Catarina.)

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2014, ELEIÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA,

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão para a eleição do primeiro-vice-presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sras. deputadas e srs. deputados, conforme estipula o Regimento Interno, neste momento abro um prazo de cinco minutos para o registro da candidatura ao cargo de primeiro-vice-presidente.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin, líder da bancada do PP.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, na condição de líder da bancada do Partido Progressista, ao tempo em que saúdo v.exa., parabeno-o pela posse e desejo, em nome de toda bancada progressista, sucesso pleno nesse mandato, eu vou lhe entregar em mãos o registro da candidatura do eminente deputado Joares Ponticelli, na condição de primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, está encerrado o prazo de cinco minutos que havíamos dado para a apresentação dos candidatos. Temos já em mãos, por parte do deputado Valmir Comin, líder da bancada do PP, um comunicado que diz o seguinte: "Com os nossos cordiais cumprimentos, comunico a v.exa. que o deputado Joares Ponticelli, componente da Bancada Progressista, é candidato ao cargo de primeiro-vice-presidente da Mesa Diretora desta Casa." É a única chapa. Se não há outra, cale-se para sempre.

Solicito ao sr. deputado Kennedy Nunes, na condição de primeiro-secretário, que proceda à chamada dos srs. deputados em ordem alfabética para a votação e que o deputado Nilson Gonçalves ajude a proceder à anotação dos votos.

Quando chamados os deputados devem se dirigir ao microfone de apartes para declarar o seu voto.

Este deputado vota primeiramente. O meu voto é para o deputado Joares Ponticelli, ex-presidente desta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, o seu voto já foi devidamente computado para o deputado Joares Ponticelli.

Como vota o deputado Aldo Schneider?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - A favor do deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada Ana Paula Lima, como vota v.exa.?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pelo acordo, voto no deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputada Angela Albino, como vota v.exa.?

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. deputado, toda a bancada do PCDoB vota Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Antônio Aguiar, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Votamos com Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Carlos Chiodini, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Voto Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Ciro Roza, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Voto com o deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado de Balneário Camboriú, Dado Cherem, do PSDB está em ausência por justificativa de viagem, autorizada pela Mesa Diretora.

Deputado de Joinville, Darci de Matos, Líder do PSD, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Mais uma vez, voto no deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Sra. deputada da cidade de Palhoça, Dirce Heiderscheidt, como vota v.exa.?

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - O meu voto é também para o deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Lá do oeste, o sr. deputado Dirceu Dresch, do Partido dos Trabalhadores, como vota?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Kennedy Nunes, conforme o nosso acordo construído e parabenizando o deputado Romildo Titon votamos também no deputado Joares Ponticelli.

Muito obrigado.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Da bonita cidade de Içara, deputado Dóia Guglielmi, como vota v.exa.?

(Pausa)

Está ausente.

Deputado da bonita Ilha de Santa Catarina, deputado Edison Andrino, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Voto com o deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado de toda Santa Catarina, Gelson Merísio, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Cumprimentando o deputado Romildo Titon pela posse, voto para o deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado da nossa querida Pomerode, Gilmar Knaesel, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Repetindo o voto de um ano atrás, quando votamos no deputado Joares para presidente e no deputado Romildo Titon para vice-presidente, agora votamos novamente com muita honra no sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Voltando ao representante da cidade de Içara, deputado Dóia Guglielme, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELME - O sul mais forte com Joares Ponticelli. Já votamos nele para presidente e agora votamos para vice-presidente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado da bela Blumenau, Ismael dos Santos, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Parabenizando o deputado Romildo Titon, votamos agora no deputado Joares Ponticelli para vice-presidente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado da nossa Rio do Sul, Jailson Lima, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO JALSON LIMA - Em nome da coerência, da virtude e da palavra do deputado Joares Ponticelli, eu voto sim.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado de Blumenau, Jean Kuhlmann, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Em primeiro lugar gostaria de cumprimentar todos os parlamentares, desejando um bom retorno, e com certeza, pela coerência, por aqueles que cumprem a palavra, com muito orgulho também voto no deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado da Cidade Azul, candidato único, Joares Ponticelli, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu voto no deputado Romildo Titon para presidente e em Joares Ponticelli para vice-presidente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado da bela cidade de Rio do Sul, Jorge Teixeira, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Reforço e reafirmo o meu voto ao deputado Joares Ponticelli, meu colega do alto vale de Itajaí.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Representante da belíssima cidade de Sombrio, José Milton Scheffer, do Partido Progressista, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Desejo sucesso na sua missão ao deputado Romildo Titon e cumprimento s.exa. pelo cargo. Quero aqui, com muito orgulho, votar no meu companheiro e também meu líder, deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Nobre representante da cidade do sul, Braço do Norte, deputado José Nei Ascari, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Parabéns, deputado Romildo Titon, pela posse, sucesso na empreitada. Voto, mais uma vez, no deputado Joares Ponticelli para a vice-presidente. Obrigado.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Agora registro o voto deste humilde deputado, mais uma vez, ao meu irmão deputado Joares Ponticelli.

A deputada Luciane Carminatti, está ausente.

Nobre decano desta Casa, representante da belíssima capital das avenidas, campeão de boleia, deputado Manoel Mota, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Primeiro, quero desejar muito sucesso nesta empreitada ao deputado Romildo Titon e dizer que s.exa. merece, porque a sua história fala por si só. Hoje, com a presença de seus amigos da região mostra quem é realmente Romildo Titon.

Então, parabéns, sucesso!

Eu, com muita honra, participei da Mesa. É um trabalho extraordinário. E voto com muita honra no deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Só justificando também que a deputada Luciane Carminatti, do Partido dos Trabalhadores, está com ausência justificada e autorizada pela Mesa Diretora.

Agora chamamos o deputado Marcos Vieira, representante do oeste do estado. Como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes, por estender o nosso território eleitoral. Que Deus o ouça e que também eu possa, na condição de representante do oeste, obter alguma votação naquele território catarinense.

Mas quero, srs. deputados, sras. deputadas, cumprimentar o deputado Romildo Titon pela ascensão ao cargo da Presidência desta Casa, do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Tive o orgulho de ter participado da comissão de Constituição e Justiça durante quatro anos, como vice-presidente de v.exa. E sei do trabalho, da competência, da seriedade e da condição do trato da coisa pública que v.exa. sempre fez na vida. E com certeza absoluta, agora, no patamar mais alto desta Casa, v.exa. terá muito mais condição de tratar a coisa pública como realmente deve ser. Acreditamos em v.exa. Parabéns, deputado Romildo Titon, toda felicidade e todo sucesso do mundo. Que Deus lhe ajude juntamente com todos os deputados da Mesa Diretora.

Quanto à votação, quero aqui externar também o agradecimento ao deputado Joares Ponticelli, por ter exercido a Presidência até o momento da sessão passada. E digo a ele que foi com muita satisfação que o tivemos como presidente desta Casa. E com certeza absoluta haverá de disputar outros níveis de eleição. Se for ganhar ou não, só a população vai dizer.

Mas quero ainda na condição de deputado externar o meu apoio à candidatura do deputado Joares Ponticelli à primeira vice-presidência desta Casa.

Muito obrigado!

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - E agora como vota o representante da cidade de Palmitos, Caibi, e toda a região, deputado Mauro de Nadal?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - A favor da candidatura do deputado Joares Ponticelli a primeiro vice-presidente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - E agora como vota o representante da cidade de Concórdia, ele que é um dos decanos da Casa, deputado Moacir Sopelsa?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Primeiro, quero cumprimentar e parabenizar o deputado Romildo Titon pela posse na Presidência desta Casa. Tenho certeza de que s.exa. fará um grande trabalho. Antes do meu voto, quero também cumprimentar o deputado Joares Ponticelli pelo seu mandato, pelo coleguismo, mas agora como presidente

também. Sucesso na sua caminhada. O meu voto é deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - E agora como vota o representante que também é por toda Santa Catarina, deputado Narcizo Parisotto?

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Quero parabenizar o deputado Romildo Titon pela Presidência que assume no dia de hoje, desejar sucesso total, porque competência não lhe falta. E como foi na primeira vez, voto no Joares Ponticelli outra vez.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - E agora como vota o representante de Concórdia, deputado Neodi Saretta, do PT?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Voto sim à candidatura do deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - E agora como vota o representante de Joinville, da comunicação e meu vizinho, deputado Nilson Gonçalves?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Como membro da Mesa Diretora, deputado Romildo Titon, reforço o meu compromisso em ajudá-lo a tomar as decisões necessárias nesta Casa. E também quero parabenizar o amigo deputado Joares Ponticelli, com quem junto cheguei a esta Casa. Cada vez mais, vejo-o galgando postos. Que seja assim sempre. O meu voto será sempre seu.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Como vota o deputado Padre Pedro Baldissera, da cidade do extremo oeste, Guaraciaba, nosso nobre amigo e parceiro de Mesa Diretora?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Como integrante da Mesa Diretora esta Casa gostaria de estender os meus cumprimentos ao deputado Romildo Titon. Acredito que, pela sua forma simples, humilde, correta, terá um grande mandato pela frente. Conte conosco nesse processo e caminhada.

Ao mesmo tempo, quero reconhecer o trabalho do deputado Joares Ponticelli durante o ano que passou, com várias e diferentes ações que engrandeceram o Parlamento catarinense. Parabéns! E mais uma vez coloco o meu voto à sua disposição para a Vice-Presidência desta Casa.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Como vota o deputado Renato Hinnig, da Grande Florianópolis?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Primeiramente, gostaria de cumprimentar o deputado Romildo Titon, desejando-lhe todo sucesso. Pela sua trajetória política e histórica, não tenho dúvida de que fará um grande trabalho como presidente desta Casa. Quero me colocar à disposição para contribuir em tudo o que precisar.

Com muito orgulho e honra, repito o meu voto ao deputado Joares Ponticelli para a Vice-Presidência desta Casa.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O deputado Reno Caramori também está ausente, com justificativa e autorização da Mesa Diretora.

O deputado Romildo Titon já fez uso do voto que foi também para o deputado Joares Ponticelli.

Como vota o deputado Sandro Silva, representante da região de Joinville?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Gostaria de parabenizar o deputado Romildo Titon pela posse como presidente da Assembleia e também reafirmar o voto de vice-presidente ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Como vota o deputado Sargento Amauri Soares, que representa todos os praças?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero parabenizar o deputado Romildo Titon pela posse na Presidência desta Casa, pelo belo discurso. Descobri hoje que tivemos origem bastante parecida. Uma história de infância e adolescência bastante parecida, carpindo a roça e carregando o cesto e, assim como outros deputados, creio também com uma trajetória parecida.

Quero dizer que na tarde de hoje eu, inclusive, em homenagem à boa relação que tivemos ao longo do ano de 2013 com o deputado Joares Ponticelli na Presidência da Assembleia Legislativa, sua postura republicana em relação às demandas e aos nossos gabinetes e às nossas lutas, dizer que desta vez não vamos bater chapa e que vou votar no deputado Joares Ponticelli, embora queira registrar que todo aparente consenso da Mesa, deste plenário, continua não tendo a minha concordância. Mas o meu voto hoje é no deputado Joares Ponticelli para primeiro vice-presidente.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Serafim Venzon, como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Primeiramente, quero cumprimentar o deputado Romildo Titon, saudá-lo pela sua história. Seguramente, o senhor serve como exemplo e orgulho para muitos catarinenses. Desejo-lhe muito sucesso, além de querer colaborar com v.exa.

Quero manifestar o meu voto para o deputado Joares Ponticelli. E aproveito para cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho que fez na Presidência desta Casa, no ano de 2013. O meu voto é para v.exa.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Silvío Dreveck, como vota v.exa., deputado?

O SR. DEPUTADO SILVÍO DREVECK - Deputado, quero de modo muito especial cumprimentar o deputado eleito, presidente desta Casa, Romildo Titon. Desejo-lhe muito sucesso. Tenho certeza de que fará desta instituição um exemplo para nós, deputados, e para Santa Catarina. Tem capacidade, competência, para conduzir os destinos desta instituição.

Ao mesmo tempo quero registrar aqui o belíssimo trabalho realizado pelo meu colega e amigo deputado Joares Ponticelli, que foi exemplar tanto para nós deputados quanto para a população catarinense. E ainda acrescento, deputado presidente Joares Ponticelli, que no seu relatório v.exa. não incluiu o grande trabalho que foi sugerido por v.exa., qual seja, a telefonia móvel em Santa Catarina. E estamos animados porque neste ano, se conduzir de acordo com a empresa vencedora do último lote, vamos ter grandes avanços principalmente na ampliação da sinalização.

Por conta de todo seu trabalho, respeito e amizade o meu voto é Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Vamos ver como vota agora o sul. Ele era de Siderópolis, acabou adotando Criciúma e lá teve mais um filho. Deputado Valmir Comin, como vota v.exa. representando a cidade do carvão?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Voto no compadre Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - E agora, para encerrar, da bonita cidade portuária, com praias, a belíssima Itajaí, o deputado e dr. Volnei Morastoni. Como vota v.exa.?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, deputado Romildo Titon, já tivemos a oportunidade de exercer a

Presidência desta Casa e podemos dizer, como bem disse o deputado Joares Ponticelli, em vários momentos deste ano em que esteve à frente deste Poder, sempre agradecendo por essa feliz oportunidade preciosa, oportunidade ímpar, que é uma nobre missão e que fica como uma experiência extraordinária em toda essa caminhada política nossa.

Então, quero desejar ao presidente Romildo Titon todo sucesso na linha daquilo que nos apresentou. E tenho certeza de que fará uma excelente gestão. Ao mesmo tempo enalteço também a brilhante gestão, o trabalho excelente que foi realizado pelo deputado Joares Ponticelli à frente da Presidência desta Casa.

Agora, para o cargo de vice-presidente, também voto no deputado Joares Ponticelli.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado presidente Romildo Titon, feita a chamada de todos os srs. deputados, comunico que todos votaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito bem! Solicito ao deputado Nilson Gonçalves que proceda à leitura do boletim do resultado da eleição.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, dos 40 deputados três estavam ausentes, portanto, ausências totalmente justificadas, 37 srs. deputados votaram e todos os 37 srs. deputados votaram no deputado Joares Ponticelli por unanimidade.

(Palmas)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tendo em vista que tivemos só uma chapa e foi votação unânime, gostaria de pedir a dispensa do segundo turno, conforme diz o Regimento

Interno, e que pudéssemos dar posse ao novo vice-presidente, deputado Joares Ponticelli.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Deputado Joares Ponticelli, graças ao deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. escapou do segundo turno.

O Regimento Interno lhe ampara para que não haja o segundo turno.

Esta Presidência declara eleito o sr. deputado Joares Ponticelli no cargo de primeiro vice-presidente, convidando s.exa. para compor a mesa novamente.

Convido todos para participarem de um coquetel.

Esta Presidência declara encerrada a presente sessão, convocando outra, especial, para amanhã, às 14h, para a leitura da Mensagem Anual do excelentíssimo governador de Santa Catarina, João Raimundo Colombo.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2014, LEITURA DA MENSAGEM ANUAL DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA JOÃO RAIMUNDO COLOMBO, PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido os deputados Valmir Comin e Renato Hinnig para recepcionarem as autoridades.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor João Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina;

Senhor desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins, presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina;

Senhor conselheiro Salomão Ribas Júnior, presidente do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina;

Senhor primeiro-vice-presidente desta Casa, deputado Joares Ponticelli;

Senhor segundo-vice-presidente, deputado Padre Pedro Baldissera;

Senhor primeiro-secretário da Mesa Diretora, deputado Kennedy Nunes;

Senhor segundo-secretário da Mesa Diretora, deputado Nilson Gonçalves;

Senhor terceiro-secretário da Mesa Diretora, deputado Manoel Mota;

Senhor terceiro-secretário, deputado Manoel Mota;

Senhor quarto-secretário, deputado Jailson Lima.

Agradeço a presença de todos os demais parlamentares e também das demais autoridades que estão presentes nesta sessão especial.

Excelentíssimas autoridades, senhoras deputadas e senhores deputados, nos termos do art. 46 da Constituição do estado de Santa Catarina e do art. 3º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, declaro solenemente abertos os trabalhos legislativos referentes à 4ª sessão legislativa da 17ª Legislatura.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

A seguir, fará uso da palavra o excelentíssimo senhor João Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina, para apresentar a Mensagem Anual prevista no inciso X do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

O SR. GOVERNADOR JOÃO RAIMUNDO COLOMBO - Quero cumprimentar todos os srs. deputados, as sras. deputadas e, especialmente, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romildo Titon; o presidente do Tribunal de Justiça do estado, sr. desembargador Nelson Juliano Schaefer Martins; o presidente do Tribunal de Contas do Estado, sr. Salomão Antônio Ribas Júnior; o vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; o primeiro-secretário, deputado Kennedy Nunes; o segundo-secretário da Assembleia, deputado Nilson Gonçalves; e o terceiro-secretário, deputado Manoel Mota.

Gostaria de cumprimentar sua excelência, o ex-governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, e, através do procurador do estado, João dos Passos Martins Neto, eu tomo a liberdade de cumprimentar todos os secretários e componentes do governo. Agradeço muito pela presença e pelo prestígio neste momento.

Desejo parabenizar o deputado Romildo Titon pela posse no dia de ontem e desejar a v.exa. muito sucesso - e tenho certeza de que o terá -, bem como quero cumprimentar o presidente que encerra o mandato por parte do deputado Joares Ponticelli e agradecer toda a parceria, que com certeza continuará com o deputado Romildo Titon. Também estendo os cumprimentos ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, dr. Nelson Schaefer, que tomou posse na sexta-feira. Fiquei muito feliz.

Temos aqui, como é de praxe, uma mensagem protocolar que expressa com números e dados um relato bastante amplo

com todas as ações de governo. O protocolo manda ler toda esta mensagem para dar conhecimento, no entanto acho mais inteligente e agradável, encaminhar aos senhores deputados e às senhoras deputadas uma mensagem compondo todos esses dados e aproveitar este momento privilegiado para o Executivo e destacado por estar aqui, e me dirigir a vocês para falar um pouquinho sobre o nosso estado, os detalhes mais operacionais, sobre o nosso dia a dia, as dificuldades, as nossas conquistas, e assim ser mais didático nesta observação.

Acompanhamos revistas e jornais da mídia nacional falando todos os dias e intensamente sobre a crise. Eu não sei onde está essa crise, porque não é isso que encontramos no dia a dia. Vemos a nossa economia crescendo, o nosso estado se desenvolvendo, e o cenário é o mesmo em quase todas as regiões do país. Temos, é claro, grandes desafios, mas há um crescimento da nossa economia, estamos a pleno emprego e temos um cenário desafiador que faz com que aproveitemos as vantagens estratégicas que Santa Catarina tem na sua infraestrutura, na sua capacidade de produção, na sua capacidade empreendedora para gerar mais e melhores empregos, trazer mais desenvolvimento e melhorar a qualidade de vida nossa gente.

Os números de Santa Catarina, sob o ponto de vista da macroeconomia, são muito animadores. Trago aqui o relato divulgado pelo Banco Central e expresso no jornal *O Globo* de sexta-feira, que mostra o nosso estado com o maior *superávit* fiscal no ano de 2013 entre todos os estados do Brasil. O texto expresso do Banco Central analisa os estados e diz: "Santa Catarina foi o estado que mais economizou para pagar todos os juros e teve o melhor resultado." A *Folha de S. Paulo* mostra o *superávit* primário de todo os estados brasileiros um por um, em termos absolutos, quem mais economizou, claro, foi São Paulo,

que tem a maior economia, de R\$ 6,6 bilhões, e nós e a Bahia ficamos muito próximos, em segundo lugar, a Bahia um pouco a nossa frente, e nós com R\$ 2,27 bilhões. São dados divulgados do Banco Central que mostram um excelente equilíbrio financeiro e fiscal do nosso estado.

Quero agradecer muito e registrar aqui o apoio desta Casa na renegociação das dívidas, porque permitiu outro patamar de investimento para o estado já realizado em 2013 e muito mais forte em 2014.

Gostaria de justificar a ausência do nosso vice-governador, dr. Eduardo Pinho Moreira, que está em nome do governo, juntamente com o secretário da Fazenda, fazendo as negociações no Senado Federal para a votação da renegociação da dívida de todos os estados e municípios do Brasil, o que dá para os estados uma situação muito favorável em relação à realidade existente.

E já foi aprovado na câmara, hoje está no Senado, o relator é o senador catarinense Luiz Henrique da Silveira e a nossa expectativa é que possa ser votado na comissão hoje e no Plenário amanhã, o que daria, porque ele tem efeito retroativo a janeiro de 2013, uma mudança profunda do perfil da dívida de todos os estados brasileiros, inclusive o nosso, e um desembolso financeiro muito menor do que o que estava programado.

Estas questões são essenciais a serem colocadas porque batemos os recordes em investimentos com recursos próprios no ano de 2013 porque conseguimos arrumar a questão de reconstruir um cenário de juros, de custo do dinheiro, que permitiu ao estado ao invés de pagar 13% como vinha pagando, diminuir para 12%, sendo que o estoque da nossa dívida caiu. Por exemplo, a Assembleia aprovou e nós conseguimos empréstimo de BNDES a 3% de juros ao ano, e pagamos um empréstimo que tínhamos ao BNDES, realizado há uns 15 anos atrás, onde pagávamos 14,4. Era uma mensalidade de 13,8 milhões que passou a ser praticamente zero. O que permite uma reconstrução do cenário interno.

Por outro lado, há um crescimento da nossa economia acima da média nacional, a nossa indústria cresceu acima da média nacional, o agronegócio expandiu fortemente, a conquista que Santa Catarina teve de poder abrir o mercado japonês e em breve outros países. Há uma perspectiva forte da Coreia, de uma missão nossa estar se deslocando para lá.

Há também uma venda direta à China, a carne de frango no México, a perspectiva de abrir o mercado iraniano faz com que este setor tenha um crescimento muito expressivo. E há também vários cenários favoráveis, além do crescimento da economia e dos serviços. Por exemplo, a temporada de verão prolongada, porque o Carnaval é em março, mas com esse calor intenso, com dias agradáveis, nós temos tido a melhor temporada dos últimos anos.

Só para vocês terem uma ideia, está aqui o nosso presidente da Celesc, o consumo de energia na Grande Florianópolis cresceu 12% no mês de janeiro, em relação a dezembro, novembro, outubro, exatamente pelo consumo, pelo número de turistas.

Eu fiquei agora dois dias no oeste, aqui tem uma forte representação parlamentar do oeste, nós temos uma safra com uma produtividade extraordinária, é impressionante como se conseguiu agregar tecnologia com trabalho e modernidade, a safra que está sendo colhida, de milho, ultrapassa em média 200 sacos por hectare, jamais a gente admitiu que um dia fôssemos conquistar isso. Ela é uma safra cheia, com grande produtividade, com uma ampliação de área plantada. Nós

produzimos 3,1 toneladas. E consumimos 5,5. E este ano vamos reduzir significativamente o déficit.

São dois setores importantes que contribuem decisivamente na geração do emprego, do desenvolvimento e, inclusive, na arrecadação de impostos para os cofres públicos. São dados importantes que se complementam com outras ações.

Por exemplo, no mês de janeiro foram batidos todos os recordes de venda de automóveis no nosso estado. Então, nós temos uma economia bastante aquecida, novos investimentos estão se associando aqui. Ampliações de fábricas importantes, como a Rigesa, e como tantas outras em diversos setores, e a vinda de empresas importantes, como a BMW.

Ontem, ainda, nós tivemos uma reunião importante numa empresa, eu não posso divulgar o nome por questão de confidencialidade, que confirmou um investimento significativo aqui, na área de serviços, com cerca de 1.300 empregos. Mas praticamente todos os dias a gente trata desta questão.

Na sexta-feira iremos a Tubarão, uma inauguração da ampliação de uma indústria importante que nós ajudamos. Hoje ainda, em Joinville, tem novos investimentos e assim são todos os dias.

Eu estava na quinta-feira, em São Miguel do Oeste, e na sexta-feira o frigorífico daquela região fazia o primeiro carregamento para o Japão.

A unidade de Joaçaba, por exemplo, ativou em abril, quando a cooperativa fizer 50 anos, ela já vai abater três mil suínos e com dois mil funcionários. Mas estava fechada.

Mas há realmente um dinamismo muito importante, o que se transforma em geração de emprego. Hoje, esses dados são oficiais, a Lucia Dellagnelo, que está aqui, acompanha todos os dados referenciais de todos os organismos que acompanham, e o FMI, com as simulações do IBGE, mostraram Santa Catarina como se fosse considerado um país, com o segundo melhor nível de emprego no mundo, abaixo de 3% de desemprego. Só Singapura tem um cenário abaixo disso, o que nos anima todos os dias.

Nós temos cumprido rigorosamente com essa perspectiva, os nossos portos estão batendo todos os recordes. Ontem nós tivemos uma reunião importante, de integração nossa, o governo estadual com o governo federal e os portos, onde nós contratamos e disponibilizamos os técnicos para trabalharem em apoio aos fiscais federais, no sentido de agilizar as ações no que se refere à operação dos portos para que possamos ser cada vez mais competitivos e eficientes e, com isso, permitir o desenvolvimento do nosso estado.

Um dos nossos compromissos chave são as pessoas, em primeiro lugar e, neste aspecto conseguimos avançar em muitos campos, por exemplo, no da saúde. É evidente, todos nós sabemos que não é uma conquista de governo, não é uma conquista de três anos, são de gerações e gerações.

Mas quero falar não do governo, mas de Santa Catarina. Temos o melhor nível de mortalidade infantil no Brasil, o deputado Volnei Morastoni é pediatra sabe disso. Temos também, ultrapassamos o Rio Grande do Sul, a maior longevidade, ou seja, as pessoas vivem mais em Santa Catarina e hoje é o melhor estado do Brasil nesta questão.

Conseguimos melhorar o serviço de saúde, há um grande desafio, cada dia há novos desafios, é muito complexo o sistema, mas estamos evoluindo, por exemplo, o Samu atendeu 147 mil pessoas em 2011 e 154 em

2012. Fizemos mudança no seu modelo de gestão, dobramos o atendimento do Samu e em 2013 chegamos a 304 mil atendimentos.

Temos hoje mais de mil pessoas trabalhando no setor, dobramos o atendimento. Há sempre um desafio, há sempre coisas a serem corrigidas, mas, de fato, conseguimos melhorar bastante. Acredito no modelo de gestão pela produtividade implantada em janeiro. Acredito no compromisso dos 14 diretores dos nossos hospitais com dedicação exclusiva. Acredito na modernização e no acompanhamento que estamos fazendo. Eu tenho certeza de que continuaremos melhorando, embora este seja o momento de grande desafio do serviço público.

São coisas que entram quase que na rotina, mas conseguimos realizar já 63 mil cirurgias no Programa Mutirão de Cirurgias. O que é isso, 63 mil? Significa que muita gente deixou de estar na fila e conseguiu receber o atendimento que tem direito do serviço público. Assim, conseguimos avançar.

É fundamental colocar que os desafios da Segurança Pública são muito importantes, e a sociedade tem toda razão de todos os dias cobrar maior proteção, mais eficiência, maior presença do estado. Mas conseguimos avançar muito. Só dois estados no Brasil conseguiram estar abaixo dos índices preconizados pela Organização Mundial, ou seja, para cada 100 mil habitantes menos de dez assassinatos. Santa Catarina e o Amapá conseguiram estar neste pódio.

Todos os relatórios mostram Santa Catarina como o estado menos violento. Eu não digo mais seguro porque onde há violência é sempre necessário aperfeiçoar. Mas são investimentos significativos de uma gestão muito profissional, de um compromisso muito forte de todos os segmentos da Segurança Pública em Santa Catarina e neste sentido, estamos entregando o maior volume de veículos da história. Em 2012, foram 650 veículos. Agora estamos entregando 1.750. Todos os nossos policiais terão no mínimo um kit individual de trabalho, colete à prova de bala, novas armas, todo o procedimento.

Estamos avançando bastante em tecnologia com câmaras de vídeo monitoramento. Já são mais de três mil instaladas o que vai permitir maior eficiência, maior agilidade, melhor resultado. Isso faz com que tenhamos investido muito em tecnologia. Conseguimos alcançar resultados bem significativos. É impressionante o profissionalismo e a gestão que envolve os profissionais que fazem a segurança pública em Santa Catarina. Tenho acompanhado muito de perto.

Na semana passada, no evento de promoção dos policiais tive a oportunidade de conhecer o caminhão com treinamento eletrônico. Realmente é o único do Brasil extremamente desenvolvido. Temos agora operações de inteligência importantes que estão sendo desenvolvidas com excelentes resultados e grande profissionalismo!

Quero garantir isto a todos os catarinenses: a dedicação e o profissionalismo, fazendo com que tenhamos cada vez uma segurança mais qualificada à altura dos desafios da sociedade em que vivemos.

Na questão da educação nós temos 1.140 escolas. Temos escolas com mais de cem anos, com mais de 80, onde a manutenção é muito difícil, mas estamos chegando a praticamente todas elas, mas temos que vencer todo um processo de burocracia, pois muitas delas não tinham nem escritura, uma coisa elementar, mas foram doadas há muito tempo. E no Programa do Pacto muitas são resultado de financiamento.

Aí temos que juntar toda essa parte burocrática, arrumar tudo isso para poder ter os recursos liberados.

Hoje estamos com mais de duzentas escolas em reforma. Por exemplo, aqui em Florianópolis, quem vai para o aeroporto, aquela nova escola está pronta, e estamos em parceria com a prefeitura fazendo a pavimentação da rua. No sul da Ilha, no final de fevereiro, entregaremos uma escola igual aquela, no mesmo tamanho. É uma parceria com o governo federal que nos ajudou a fazer essas duas e muitas outras, e outras tantas estamos fazendo. A ideia é que possamos chegar a todas as escolas do estado.

Amanhã tomam posse 3.500 professores, resultado do concurso público, e com mais 1.500 do concurso anterior teremos 5.000 concursados. É o maior número da história de Santa Catarina. Isso muda o perfil, aumenta a eficiência, é um compromisso de gestão e também melhora a questão estrutural e financeira do estado, que em vez de ter uma pessoa temporária com custos trabalhistas muito maiores, você fortalece o instituto de previdência do estado. E só não fazemos um número maior, porque é decrescente. Nós temos que acompanhar o crescimento demográfico do nosso país. Mas é de fato um aspecto muito positivo.

Estive em São Miguel d'Oeste visitando a escola Anacleto que está num nível bastante avançado. Ainda esta semana estive em Braço do Norte inaugurando uma nova escola. Todos os dias tem uma escola sendo feita e a nossa rede sendo melhorada.

Por isso, entendo que em áreas essenciais estamos atuando muito e trazendo excelentes resultados. Um dos compromissos que tenho é o apoio aos municípios. Fui prefeito três vezes, é uma relação muito direta com as pessoas, muito humana, muito verdadeira. É uma inversão de muitos anos do Brasil, desde quando começou, com a coroa portuguesa, uma concentração de recursos. Esse é um dos grandes erros estruturais do nosso país, que é muito difícil de ser corrigido, e muitos tentaram, mas é fundamental que seja feito.

Esses dias o deputado Sílvio Dreveck no seu discurso colocou a importância daquele acordo com as prefeituras que fizemos em 2011, onde abrimos mão daquelas disputas judiciais do Prodec com os municípios e passamos a pagar os recursos. Até agora parece que não foi nada, mas já passamos R\$ 123.800 milhões daquelas dívidas que estavam sendo discutidas na Justiça, muitas já terminaram e estamos na fase final dos pagamentos. O Badesc juro zero e tem mais uma série deles pronto para assinar.

Essa Casa nos deu respaldo, aprovou e ajudou-nos a implantar o Fundam. Na semana que vem teremos uma reunião dos prefeitos aqui, em Florianópolis, e já temos 60 municípios, além dos 30 que já foram assinados, que serão assinados e liberados. Só para vocês terem ideia da importância desse programa que é comum e que é conjunto de todos nós, nesse pacote 707 ruas serão asfaltadas. E o valor global do projeto, dessa parte, é de cento e poucos milhões. Então, é um quinto, o que significa dizer que três mil, quatro mil ruas serão asfaltadas nesse programa de investimento do Fundam que estará muito presente nos 295 municípios do estado.

Considero essa uma atitude marcante, fundamental, porque não há sentimento melhor para qualquer cidadão que saia de casa, na sua cidade, para o trabalho e veja uma obra sendo feita, uma rua sendo asfaltada, uma praça melhorada, um novo equipamento para ajudar no trabalho. Isso

eleva a autoestima, anima as pessoas, faz com que se sintam mais apaixonadas pela sua cidade. Isso não é difícil de fazer e multiplica as ações econômicas.

Se apenas o governo estadual fizer obras, e está fazendo, elas são limitadas e são as grandes obras; se tivermos ao mesmo tempo mais 295 municípios fazendo obras iguais a essa, quanto dinamismo econômico, emprego, desenvolvimento e melhor qualidade de vida resulta para toda a população. Esse é um problema que temos que perseverar e consolidar ao longo do tempo. Bem como o Badesc, que se transformava num problema pelo custo do dinheiro, mas o estado absorve os juros e permite o desenvolvimento.

Vamos aportar mais um valor significativo no Badesc, como fizemos no BRDE, para fazer com que essas questões se multipliquem. Tanto a Celesc apresentou um excelente resultado em 2013, quanto a Casan, a Ciasc, o Badesc. Enfim todas as nossas empresas conseguiram apresentar trabalhos importantes, o que permite um clima de bastante otimismo.

Quanto à questão das estradas, teremos até o final do ano mais de mil quilômetros entregues. Até o final de março, quase 400 quilômetros serão entregues. Na semana passada, entregamos duas rodovias no oeste. Uma delas, de São Domingos a São Lourenço, com investimento de R\$ 37,7 milhões, seria concluída em dezembro de 2014 e conseguimos terminar em janeiro de 2014, ganhando 11 meses. Tenho consciência de que outras, no entanto, se arrastam pela ineficiência das empresas, pela burocracia. O nosso papel é fazer com que essas coisas não parem, não deixem de andar com a velocidade necessária, que os recursos cheguem, que a fiscalização acompanhe e que as empresas cumpram sua parte. Caso contrário, não adianta, pois a comunidade reclama. É o caso da estrada de Jaborá até Ouro, onde as empresas estão trabalhando devagar, e não há razão para que isso aconteça. Temos que ser duros na cobrança, como é o caso da estrada do sul da ilha, também do norte da ilha e da ponte Hercílio Luz.

Toda segunda-feira temos feito reuniões para avaliar estrada por estrada, escola por escola. Mas é o maior volume da história em obras sendo feitas. Estamos vencendo obstáculos importantes, como as curvas que apresentavam grande risco. Por exemplo, na curva da BR-401, a curva da morte, depois de duplicada e eliminada, nunca mais houve um acidente, uma morte. Então, é possível dar mais segurança, melhorar as estradas, às vezes com pequenas intervenções. É preciso mudar o nome da curva da morte, porque já não traz esse tipo de desastre para as famílias de Santa Catarina. Foram 1.237 intervenções feitas nesse sentido.

Falo também das questões do Santa Renda, da proteção social, de um projeto que a Assembleia encampou e lutou muito para realizar, do Reviver, em que estamos repassando recursos na ordem de 10 vagas para cada entidade, dentro de um critério técnico, e, mais do que isso, com um acompanhamento científico da universidade federal, para que evoluamos no tratamento e possamos ter melhor resultado. Isso tudo vem trazendo muitos resultados positivos.

Sobre as ações que a Assembleia respaldou, quero fazer aqui dois destaques. Criamos dois órgãos: a Defesa Civil e a Justiça e Cidadania. Quanto à Defesa Civil, com uma parceria da presidente Dilma Rousseff, conseguimos avançar de forma muito forte. Estivemos recebendo o radar meteorológico dos Estados Unidos. Chegou nesta semana a parte

que poderia vir por via aérea e estão embargando nos navios a parte restante. A estrutura de concreto já está pronta. É um equipamento amplo e complexo, mas extremamente positivo.

As unidades de sobre-elevação das barragens de Taió e Ituporanga já estão em obras. Os projetos das outras oito barragens e retificações de rios estão em andamento. No final de março encerra o prazo para entrega dessas obras. Em abril, em regime de RDC, poderemos deflagrar todo esse processo. Em paralelo criamos, com a autorização da Assembleia, o Fundo de Defesa Civil que aporta em média de R\$35 milhões a R\$ 40 milhões. E está sendo disponibilizado preventivamente aos municípios.

Antes era aquela novela de depender sempre de recursos, até nas pequenas coisas. Hoje, conseguimos chegar antes e fazer obras que são fundamentais na prevenção. Por exemplo, em Camboriú fizemos uma obra de prevenção. Quando veio aquela enchente, foi uma chuva maior do que tinha acontecido, não alagou, porque foi feito um trabalho no rio, que permitiu a proteção às pessoas.

Hoje, nós estamos fazendo esses investimentos. E todas as defesas civis de cada um dos municípios estão sendo equipadas, estão sendo preparadas para agir no preventivo, na informação.

Na questão da Justiça e Cidadania, quanto ao nosso sistema prisional, todo mundo sabe o que aconteceu, as enormes dificuldades, mas os investimentos são muito significativos e os resultados também são.

Hoje, temos o maior número de detentos trabalhando. Montamos um sistema em que a pessoa tem garantia de um ano após a liberdade. Ela tem o aprendizado profissional, tem a garantia de um emprego que permite a ele se reinserir na sociedade, na família, sentir-se útil.

Imaginem uma pessoa com uma ficha suja, com problemas decorrentes dessa realidade, como vai arrumar um emprego, sem profissão? Ele vai acabar cometendo algum deslize, sendo detido novamente. Agora, se a pessoa sai habilitada para o trabalho, com a garantia de um emprego no mínimo de um ano, ela tem todas as condições de reconstruir a sua vida, reinserir-se na sociedade e reconstruir todo o processo de integração com a sua família. Acho isso um dado essencial.

No caso da Defensoria Pública, o acordo que fizemos com os advogados, era uma dívida histórica, conseguimos recompor. Em breve vamos oferecer as condições necessárias. Foi um projeto desafiador.

Eu peço desculpas aos secretários, pois poderíamos falar de todas as áreas, porque todas elas são importantes. No entanto, eu seria bastante longo, por isso, falei aqui apenas em termos gerais. Mas uma coisa que considero fundamental é a harmonia que conseguimos construir. Sempre disse que briga política não constrói hospitais, pontes, creches, escolas. Evidentemente que cada um de nós representa uma parte da população. Evidentemente que há um compromisso do governo e da oposição. Há o compromisso do apoio, da fiscalização, há o debate do contraditório das ideias, há uma série de ações que cada um de nós, instado pelo nosso compromisso, pelo nosso posicionamento, pela nossa forma de estar aqui, faz com que tenhamos visão diferente. Isso, no entanto, não nos afastou em nenhum momento do compromisso de ajudar Santa Catarina.

Há, houve e tenho certeza de que continuará havendo harmonia para o bem comum. Harmonia com o objetivo de construir um estado mais desenvolvido e cada vez

melhor. Harmonia de somar as nossas forças, mesmo que haja diferenças de ideologias, que as siglas partidárias se afastem, mas ainda assim há um compromisso maior com o povo. E neste sentido conseguimos também ter uma relação forte, produtiva, importante, com o governo federal. E passamos esse mesmo espírito para todos os municípios de tal forma que junto pudéssemos fazer um trabalho forte que fosse respeitado e que desse credibilidade à classe política catarinense. E, sinceramente, acho que posso dizer, hoje, que é o nosso último ano, estou aqui pela quarta vez, que essa é uma das coisas mais importantes.

Evidentemente que harmonia, união, não depende somente de um, mas de todos. Acho que isso nós conseguimos construir juntos. E agradeço, fortemente, por parte dos Poderes que soubemos construir com harmonia.

Hoje, pela manhã, ainda estávamos tratando dos detalhes para que avançássemos. E é a mesma coisa em relação à Assembleia. Não tenho nenhuma reclamação, não tenho nenhuma mágoa, não tenho, absolutamente, nenhuma queixa, somente agradecimento, respeito e admiração. Acho que Santa Catarina tem realmente um Parlamento do mais alto nível. E essas relações fazem com que possamos andar mais.

Tenho consciência de que muitas coisas precisam ser ainda mais aceleradas. Tenho consciência de que precisamos vencer a burocracia que nos afeta, que nos atrapalha, que se impõe diante de nós, que magoa e entristece muitas vezes, mas essa é a nossa luta e é uma das grandes batalhas que temos.

Acho que é visível que a sociedade sente o esgotamento de um modelo político. É claro que a sociedade entende que precisamos avançar, pois sabemos que esse modelo já se esgotou, que ele não apresenta vida. Também sabemos que o novo ainda não nasceu e que não sabemos como vencer esses obstáculos, mas é fundamental que tenhamos visão.

O povo nas ruas de forma democrática, livre, principalmente naqueles primeiros momentos, espontânea e independentemente, mostrou de forma clara que há a necessidade de um novo posicionamento, que tenho certeza de que todos estão procurando e eu pessoalmente, para que possamos construir uma compreensão e uma afinidade desses grandes desafios. E um deles é a ineficiência do setor público, a demora das ações, os atrapalhos que se constroem, mas ainda assim não podemos desanimar, temos que lutar sempre.

Hoje, temos a certeza de que alcançamos bons resultados, diferente do primeiro ano, quando chegava aqui profundamente angustiado, inseguro, sem conhecer direito o que acontecia e vendo muitas dificuldades; diferentemente do segundo ano, quando tivemos grandes desafios, muitos movimentos sindicais, muitos conflitos de greves, muitas afirmações no processo, uma eleição municipal, e a Emenda n. 13 impactou Santa Catarina no primeiro mês em que foi aplicada.

Quanto ao ICMS de importação, arrecadamos R\$ 91 milhões a menos que deixou de entrar no nosso caixa. Hoje esse volume ainda é R\$ 38 milhões, tivemos que reduzir a taxa, aumentou muito o volume, mas

ainda arrecadamos R\$ 38 milhões a menos na importação do que arrecadávamos há dois anos.

No entanto, não adiantava ficar se queixando; não adiantava ficar reclamando, até porque é importante que haja condições como essa. Não faltou por parte do governo federal a compreensão da perda dos estados como Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina, e houve um processo de compensação que permite por outra via fazermos investimentos importantes.

Não tenho dúvida de que, hoje, para o governo foi melhor do que ontem nas ações, na compreensão das pessoas e no resultado. Estou seguro em afirmar para vocês que amanhã será melhor do que hoje, porque conseguimos preparar um processo forte, uma metodologia de trabalho importante, um acompanhamento essencial e estamos conseguindo realizar mais, com rapidez e com maior volume e muito mais frente por todo estado.

É este sentimento que quero deixar como palavras finais de esperança e convicção: vivemos num estado extraordinário.

Quando se fala que a maior safra da história de Santa Catarina está acontecendo, é porque muitos catarinenses estão lá plantando e desafiando os 40°C de sol, que bate às 15h e 16h da tarde, mas isso não vai deixar de ser feito. É importante reconhecer que a agricultura do nosso estado bate todos os recordes e tem o melhor perfil do Brasil e um dos do mundo, porque temos 1,1% de território e produzimos um volume que nenhum outro lugar do mundo produz. Mas quem faz isso são os catarinenses.

Somos os maiores produtores de suínos, e essa é uma atividade intensiva de todos os dias. E lá estão os catarinenses enfrentando o frio, o calor, as dificuldades, mas produzindo. Somos o segundo maior produtor de frango do mundo e o maior exportador do Brasil; somos referência para o mundo, mas é importante reconhecer que já somos o quarto maior produtor de leite do Brasil, com 1,1% do território. No ano passado tínhamos ultrapassado São Paulo, este ano ultrapassamos Goiás. São 3,5 bilhões de litros, e isso tudo é feito todos os dias, anonimamente, por cada um dos que trabalham nesse setor.

O turismo explode, mas é fundamental que alguém esteja no posto de gasolina atendendo, um catarinense esteja no hotel atendendo bem, o garçom no restaurante atendendo, um empresário empreendendo, porque isso faz com que o estado se desenvolva.

É importante reconhecer que muitas estradas estão sendo feitas, mas alguém está lá agora com uma roupa pesada, um asfalto quente sendo colocado a mais de 50°C, mas está trabalhando.

Nós temos um povo muito bom, honrado e trabalhador. Santa Catarina tem hoje, com certeza, e não é por causa do governo do estado, por favor, não entendam assim, ao longo dos anos, os melhores indicadores sociais e econômicos do nosso país. Somos, sim, referência! É só olhar para os lados, é só ver os outros estados, é só ver que Santa Catarina deixou de ser o zero da BR 101.

Estamos crescendo; estamos nos desenvolvendo acima da média nacional. Isso é

visível, e todo mundo está ajudando. É esse clima de soma de esforços que faz com que nós, a classe política de Santa Catarina, os Poderes instituídos, também cumpram o seu dever.

Há razões de sobra para termos muito orgulho do nosso povo, da nossa história, da nossa gente. É indispensável que andemos de cabeça erguida, trabalhando todos os dias, para fazermos o melhor por este povo tão bom e tão trabalhador. Santa Catarina é isso, um pouquinho do passado, um pouquinho do presente, um pouquinho de cada um de nós, e juntos podemos fazê-la cada vez melhor. Não tenho dúvida de que no nosso tempo com a ação, o trabalho, a personalidade, o compromisso, o jeito de ser de cada um de nós, estamos cumprindo com o nosso dever. E não há coisa mais bonita para um homem público já no final do seu mandato ver amigos, ver líderes políticos, ver instituições e dizer "Sim, estamos cumprindo com o nosso dever".

Que Deus proteja todos nós! Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Iremsos, em nome desta Casa, agradeço ao governador do estado de Santa Catarina por estar conosco no dia de hoje, mesmo sendo uma regra constitucional e regimental, prestando aqui espontaneamente seus esclarecimentos e dando-nos uma grande aula do crescimento de nossa Santa Catarina.

Vossa Excelência, governador, poderá contar sempre com esta Casa por respeito entre as instituições. Aqui é uma Casa composta por várias correntes partidárias, pessoas que pensam diferentemente em questões partidárias, mas pensam junto por Santa Catarina, e vossa excelência poderá contar com esta Casa, com absoluta certeza.

Convidamos todos para, após o final desta sessão, visitar a exposição que mostra fotos e obras em andamento do Pacto por Santa Catarina, programa do governo do estado, que soma R\$ 10 bilhões em investimentos. As imagens são dos fotógrafos Felipe Carneiro e Jaqueline Nocetti. A exposição organizada pela secretaria do estado do Planejamento ficará montada na galeria de arte Ernesto Meyer Filho até o dia 14.

Senhores deputados, está instalada a 4ª sessão legislativa da 17ª Legislatura.

A Presidência agradece a presença de todas as autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e convoca outra sessão ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Após a execução do Hino de Santa Catarina, convido os srs. parlamentares para acompanhar até o *hall* de entrada deste Poder o excelentíssimo governador do Estado, sr. Raimundo Colombo.

Neste momento teremos a execução do hino de Santa Catarina.

Os nossos agradecimentos a todos que compareceram a esta sessão.

(Procede-se à execução do hino)

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Renato Hinnig, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio AleSc Digital, telespectadores da TVAL, vou me espelhar no discurso que o eminente deputado Romildo Titon fez por ocasião da sua posse como presidente desta Casa.

Da mesma forma que o deputado Romildo Titon revelou que nasceu lá no meio do mato, com este parlamentar aconteceu o mesmo. Também tive atuação nas culturas de fumo e de milho ainda quando criança; depois, atuei no comércio como pequeno empreendedor e ali tomei conhecimento do quanto é difícil empreender, de como é complicada a vida do empresário e do contribuinte.

Depois em 1984 ingressei no Fisco estadual de Santa Catarina como auditor fiscal da Receita Estadual. Nessa função tive o privilégio de atuar como dirigente sindical, primeiro como diretor e depois como presidente do sindicato do Fisco de Santa Catarina. Também tive o privilégio, em duas oportunidades, de ocupar as funções de diretor de administração tributária do estado de Santa Catarina. E ali, junto com toda a equipe, fiz um trabalho de quebra de paradigmas. Proporcionamos um diálogo aberto entre os contribuintes e o Fisco de Santa Catarina, mas ao mesmo tempo em que dialogávamos com o segmento empresarial tratamos também de melhorar o aparato fiscal, para que os controles fossem mais rígidos e que os contribuintes se sentissem mais vigiados.

Trabalhamos ainda na construção de um ambiente legal que permitisse dar competitividade aos contribuintes de Santa Catarina. Como resultado obtivemos um aumento significativo do PIB nos últimos anos. E ao olharmos 2003 para cá Santa Catarina vem todos os anos apresentando excelente desempenho no crescimento do PIB. Isso é fruto do trabalho que realizamos lá na secretaria da Fazenda, quando ocupamos a função de diretor de administração tributária, em duas oportunidades.

Também trabalhamos na redução da carga tributária, discutindo com os segmentos, para fazer com que a legislação tributária atendesse em situações específicas no sentido

de dar competitividade aos contribuintes catarinenses, e como resultado obtivemos aumento da arrecadação.

Portanto, nesse meu breve histórico, quero dizer que tenho por convicção que não devemos mais aumentar a carga tributária, porque os contribuintes não aguentam mais nenhum aumento de imposto. E agora entro no assunto que me trouxe aqui, ao ocupar esta tribuna nesta tarde de hoje, que é o aumento do IPTU e do ITBI de Florianópolis.

Lembro-me muito de bem que o atual prefeito enquanto atuava como deputado aqui nesta Casa defendia ferrenhamente o não aumento de impostos. Chegou a participar com as entidades que ingressaram na Justiça contra a prefeitura em relação ao aumento do IPTU e do ITBI, de passeatas ao lado dessas entidades quando estava sendo discutido o fim da CPMF, intitulado Xô, CPMF. E a CPMF sem dúvida nenhuma era o imposto muito mais justo socialmente, porque toda a carga tributária era destinada à saúde pública do Brasil. Portanto, o político não pode mudar de posição de acordo com a função que ocupa. E foi isso que aconteceu com o prefeito de Florianópolis. Em menos de um ano, no cargo de prefeito, mudou o seu discurso e aumentou a carga tributária no município.

Isso é iludir o eleitor, é fazer acreditar naquilo que não se está convicto. Significa, em breves palavras, estelionato eleitoral.

Esse discurso de que a planta genérica de valores não era aumentada há vários anos é mentiroso, porque houve um aumento de 2001 até 2013 de 71,18% do IPCA, enquanto o PIB aumentou somente 38,5% neste período. Portanto, a planta de valores que é utilizada com base para o cálculo do IPTU e do ITBI vinha sendo aumentada a cada ano muito acima da inflação.

Vou citar alguns casos de aberração dessa lei. Existe um advogado da banca que propôs a ação, que tem um apartamento avaliado em R\$ 800 mil, no bairro do Itacorubi. E lá caiu a alíquota do IPTU Social. Então, ele vai pagar somente R\$ 20,00.

Da mesma forma existem salas comerciais situadas atrás do prédio da Tractebel, próximo à OAB, que também caíram no IPTU Social e vão pagar apenas R\$ 20,00.

Cito, também, o caso de muitos nativos daqui da ilha que são de famílias tradicionais e que na época que estavam situadas em praias distantes adquiriram vastas áreas de terras que agora estão situadas em locais extremamente valorizadas, mas a renda dessas pessoas continua vindo da pesca. E como é que essas pessoas agora vão pagar o aumento do IPTU, deputado Edison Andriano? Isso é confisco. Vão perder as suas terras por falta de pagamento, porque a prefeitura vai entrar com uma ação e vai tomar as suas terras por conta do não pagamento do IPTU. Vou mais adiante. Naquele terreno que está invadido, na rodovia SC-401, aumentou 100% o valor do IPTU. Agora o proprietário com certeza deve estar numa sinuca de bico: se paga o IPTU está dando legalidade para os ocupantes da terra; se não paga o IPTU a prefeitura executa e toma a sua terra também. Ora, vejamos como estamos. Isso é confisco.

O sonho de muitos aposentados é vir morar em Florianópolis. E ao se aposentarem recolhem todas as suas economias, compram um imóvel aqui na capital e com um orçamento justo vêm morar aqui para realizar seu sonho. Mas da noite para o dia o valor do imposto

dobra, e eles não têm condições de pagar. Então, ou vendem o imóvel ou entra em dívida ativa, e a prefeitura executa. E o pior é que a mudança da legislação foi feita sem qualquer diálogo com os contribuintes. Audiências públicas foram solicitadas e foram negadas. E é isso que ocasionou a aprovação de uma lei mal feita, ocasionando esses desvios.

O ITBI maior nos municípios vizinhos vai fazer com que os contribuintes mudem para outros municípios vizinhos. E Florianópolis que já tem o apelido da "cidade do nada pode" agora vai ter o apelido do "já teve". Já teve aqui o parque tecnológico desenvolvido, mas essas empresas não vão ficar tendo que pagar esse IPTU exorbitante como está e não vão ficar aqui, se tiverem que pagar ITBI na transação de imóveis. Da mesma forma isso vai acontecer em outras situações.

Quero dizer ainda que as entidades que ingressaram na Justiça podem contar com o meu integral apoio sobre o que estão questionando. E vou citar agora uma frase que Ulysses Guimarães usava: "A única coisa que mete medo em político é o povo nas ruas". E isso com certeza vai ocorrer, se não houver uma reformulação nessa legislação, e o meu lema continua sendo cada vez com mais convicção menos impostos e mais crescimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria apenas de fazer um apontamento ao pronunciamento do deputado Renato Hinnig, mencionando que pequenos comércios de pessoas individuais, como temos um caso, no Córrego Grande, de uma manicure, que chegou a aumentar R\$ 1 mil no IPTU.

Portanto, isso que se vendeu que seria na Beira-Mar e no Jurerê Internacional, que iriam aumentar mais o IPTU e que para todo mundo iria ficar bom, foi falso e estou de acordo com o pronunciamento de v. exa. no sentido de que possamos todos, inclusive o deputado Sargento Soares e deputado Edison Andriano, nós todos da região, unir forças e trabalhar para revertermos essa situação absurda que se criou em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o segundo orador inscrito nesta tarde, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha nesta tarde de quarta-feira ou pela TVAL ou Rádio AleSc Digital, é o primeiro dia de sessão ordinária neste ano de 2014, e parece que já vamos começar com importantes debates nesta tribuna, para nossa alegria que temos esta tribuna como o maior espaço da nossa liberdade de expressão e do movimento ou movimentos que se representa e se busca defender também por questão ideológica e programática.

Quero começar falando da grande festa que houve na Segurança Pública catarinense, no dia 31 de janeiro, sexta-feira da semana passada, mais precisamente entre os militares estaduais. Nós tivemos mais de 1.500 mil promoções de praças, deputado Kennedy Nunes, a imensa maioria de soldados para cabos, mas também centenas de cabos para

terceiro sargento. Quem esteve na formatura, inclusive o nosso atual presidente deputado Romildo Titon, na formatura da capital, porque houve outras pelo estado afora, mas na capital pôde ver um meio campo de futebol de praças sendo promovido no mesmo dia. Foi uma festa alegre e, por que não dizer, emocionante.

Quero parabenizar a Aprasc, porque isso é produto de uma luta histórica dessa entidade que, enfim, também se tem tornado realidade.

Parabenizo também todas as autoridades que entenderam essa justa demanda, a começar pelo governador do estado, pelos secretários do governo, autoridades militares estaduais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Quero parabenizar cada um dos promovidos, cada uma das promovidas, tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros, no último dia 31 de janeiro, e dizer que é a primeira turma de outras que virão, sendo que a partir do ano que vem não teremos nenhuma praça com mais de 12 anos na mesma graduação.

Então, este é um avanço significativo que coroa uma história de mais de uma década de reivindicação da categoria dos praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros. Por isso quero parabenizar, mais uma vez, a Aprasc.

Quero parabenizar e agradecer os colegas, os 40 deputados estaduais, porque foi aprovada aqui a lei no mês de dezembro último, ou seja, o PLC n. 42, que deu origem à atual Lei Complementar n. 623, aprovada nesta Casa por unanimidade.

Não obstante toda a alegria por esses mais de mil promovidos, não posso deixar de registrar, ao mesmo tempo, uma tristeza. No mesmo dia em que nós aprovamos aquele PLC, deputado Kennedy Nunes, foi aprovada também uma emenda de autoria de autoria deste parlamentar que colocava que um dos critérios para promoção não seria no ótimo comportamento e sim no bom comportamento. Uma questão de justiça a um pouco mais de uma centena de praças e de quebrar tabus históricos dentro da instituição militar estadual.

Então, a emenda foi aprovada aqui por unanimidade, e agradeço a todos os pares deputados que apoiaram, que trabalharam e que militaram na causa da aprovação dessa emenda, por uma questão de justiça e também para quebrar tabu.

É preciso registrar também que, nesses sete anos de mandato parlamentar desse praça da Polícia Militar e colono do interior de Imbuia, foi a única emenda importante aprovada em sete anos. E, pasmem, não valeu. Ela não foi vetada pelo sr. governador, simplesmente a argumentação é que na hora da redação final, da elaboração do autógrafa, foi mandado para o governador e a emenda não foi incluída.

Querem colocar a responsabilidade à diretoria legislativa desta Casa, aos técnicos da Assembleia, que, aliás, os conheço. Mas quero dizer a esses técnicos que caso tenha havido um erro técnico, não tenho motivo para desacreditar, que os isento de responsabilidade, pois os outros projetos aprovados saíram em caravana daqui para serem sancionados na mesma semana, porque interessavam aos poderosos de cima! E aquele que era da base dos praças... Mas depois, já no começo do mês de janeiro, ficamos sabendo que tinha havido essa falha. E como no mês de janeiro inteiro não foi possível corrigir, republicar a lei, quem estava no bom comportamento não foi promovido.

Mas quero dizer, repito, aos técnicos da diretoria legislativa, que os isento de responsabilidade, e dizer, pessoalmente, se me permitirem, ao Beto, que não precisa se preocupar, que deste parlamentar não sairá nenhum ataque ao servidor nem a nenhuma autoridade, especificamente, porque também se o fizesse seria leviano de minha parte.

No entanto, no último ano do segundo mandato legislativo nesta Casa, quero dizer que só reafirmo o meu ceticismo com

relação às possibilidades reais de os poderes exercerem a sua função.

Não querendo ser maniqueista, chego à conclusão, parafraseando outro ditado filosófico, de que os poderes têm poderes que os próprios poderes desconhecem. Porque se era prática, era unanimidade entre os 40 deputados. O próprio governador concordava como todos os secretários de estado. E não foi possível resolver o problema.

Apelo a todas as autoridades do Poder Executivo, deste Poder Legislativo e ao governador Raimundo Colombo que possamos resolver essa questão este mês, no mês que vem, antes do mês de maio. E avalio até que depende da iniciativa do governador Raimundo Colombo querer resolver isso, porque vai precisar reeditar o projeto. A Casa Civil diz que não pode publicar de novo, deputado Kennedy Nunes.

Parece que a festa do dia 31 de janeiro não era para ser completa. Parece que não poderia ter pelo menos uma das vitórias da base e deste mandato deste deputado contra alguns tabus internos da Corporação.

Apelo, mais uma vez, às autoridades e ao governador Raimundo Colombo que nós nos debruçemos para resolver isso, porque isso, inclusive, é motivo de desconforto para este Poder.

Mas, neste um minuto que me resta, quero falar de outro problema. Gostaria de entrar no assunto puxado pelo deputado Renato Hinnig e parabenizá-lo pela posição com relação ao aumento do IPTU aqui na capital e de outros tributos.

É preciso que se fale as coisas aqui nesta Assembleia e alegrem-nos que não fiquemos no silêncio que temos estado nos últimos anos.

Mas quero argumentar com o deputado Renato Hinnig que essa política tem também o objetivo macro de retirar desta ilha os pobres e remediados. E isso tem um fundo programático e ideológico que foi pronunciado anos atrás aqui nesta tribuna pelo atual prefeito: Florianópolis para os ricos da Europa e dos Estados Unidos. E nesse mesmo sentido é o espanto, e daí, inclusive, do deputado Renato Hinnig, com pobres no norte da ilha ocupando terras.

Com certeza, voltaremos a este debate, porque é preciso dizer ainda neste pronunciamento que me alegro o espanto da elite desta capital e deste estado com o fato evidente de que existe pobre sem teto e sem terra aqui na Grande Florianópolis, fato que parece que se quer omitir. Parabéns ao movimento por essa clarividência!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Deputado Sargento Amauri Soares, esta Presidência somente gostaria de deixar claro que também ficou estupefata com o fato de termos aprovado uma emenda aqui e não ter sido publicada.

Mas eu tenho em minhas mãos uma carta que foi direcionada ao governo do estado no dia 9 de janeiro de 2014, assinada pelo então presidente deputado Joares Ponticelli, reencaminhando ao governador, para as devidas providências, a alteração da lei com a devida emenda.

Recebemos no dia 20 de janeiro de 2014, assinado pelo secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, um documento dizendo que ele, conforme está regulamentado no nosso Regimento Interno, encaminhou para cá... Isto é a burocracia: nós encaminhamos para lá para dizer que foi publicado errado, que faltou isso daí, e agora ele encaminha para cá. E está direcionando para a comissão de Constituição e Justiça para que possa ver se está certa a redação final. Havendo essa aprovação na comissão de Constituição e Justiça, vai para lá para ser aprovado com essa emenda.

Então gostaria de esclarecer que o expediente foi lido hoje e a comissão de Constituição e Justiça tem o prazo de até três dias para remeter o fato. Como o deputado

Mauro de Nadal está aqui, com certeza cuidará de tudo o mais rápido possível. E temos que garantir, na verdade, não apenas a republicação dessa legislação, mas garantir também a todos a promoção, fazendo com que, inclusive, deputado Mauro de Nadal, essa lei seja retroativa para beneficiar a todos.

O SR. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Gostaria de salientar que isento a Diretoria Legislativa, mas também não aponto o dedo para nenhuma autoridade especificamente, porque houve esse esforço. Eu falei com o nosso ex-presidente, deputado Joares Ponticelli, com a autoridade do Poder Executivo, mas, infelizmente, não foi resolvido, foi dada essa barrigada e passou a data de 31 de janeiro. Mas estamos plenamente de acordo com o encaminhamento que v.exa. acaba de pronunciar e que possamos nas próximas semanas, no máximo antes do mês de maio, que é a próxima data de promoção, que essa emenda seja encaminhada retroativa a data de 31 de janeiro, porque é uma questão de Justiça e de legalidade, já que esta Casa aprovou a referida emenda, e por unanimidade.

Então, agradeço a vossa intervenção, sr. presidente, o esforço desta Casa para tentar corrigir esse problema mas, infelizmente, a Casa Civil entendeu diferente e encaminhou para a comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sr. deputado Sargento Amauri Soares, eu não vou fazer a defesa de ninguém, mas o nosso Regimento Interno fala exatamente que e reedição deve passar pela comissão de Constituição e Justiça, e apenas depois de reaberto os trabalhos legislativos, por isso não foi possível ser feito ainda no mês de janeiro. Da mesma maneira como v.exa. cobra os fatos e serem resolvidos, a burocracia nos leva a entender que realmente houve uma falha nossa, e me incluo por ser o primeiro-secretário, mas também isso será refeito da forma mais correta possível.

Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares!

Gostaria de registrar a presença do casal Flávio e Andressa, empresários da cidade de Imbituba, que vieram prestigiar a reabertura dos trabalhos.

Sejam bem-vindos e esta Casa de Leis!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, quero saudar os colegas no reinício dessas atividades de 2014, que será um ano atípico pelo processo eleitoral de pela Copa do Mundo.

Gostaria de cumprimentar o deputado Romildo Titon, que na sua simplicidade e envergadura, aqui desta tribuna, fez um discurso com conteúdo e transparência ao assumir a Presidência desta Casa.

Também cumprimento o deputado Joares Ponticelli, que cumpriu a palavra abrindo espaço para a posse do novo presidente. E se há algo que não podemos deixar de prezar é a palavra. Isso dignifica o homem público!

Cumprimento também o dr. Nelson Schaefer, pela posse como presidente do Tribunal de Justiça. Não pude estar na posse, mas quero felicitá-lo publicamente porque temos a convicção de que aquela Casa, aquele Poder estará sendo comandado por um desembargador com conhecimento jurídico e compromisso com a Justiça Catarinense.

Terminamos o ano passado fazendo um grande debate sobre a Lei do Duodécimo, que são os recursos que recebem a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça.

Aqui nesta Casa firmamos que esses poderes recebem um valor de recursos que são proporcionais aos percentuais de arrecadação

do estado, que em 2013, deputado Ismael dos Santos, representou quase R\$ 2 bilhões.

Essas instituições, continuo afirmando, recebem *per capita* um dos maiores volumes de recursos dos estados da República brasileira e, com as demandas catarinenses, temos que continuar fazendo esse debate. Aqui nesta Casa, depois de aprovarmos esse projeto na comissão de Justiça, deputado Darci de Matos, a quem quero agradecer pela compreensão, que se encontra na comissão de Finanças, com a nossa deputada Luciane Carminatti, queremos continuar o debate para aprová-lo aqui em plenário, tendo em vista que a Assembleia Legislativa devolveu recursos, R\$ 20 milhões, tenho claro que poderia ter devolvido 30, e tendo em vista que o Tribunal de Contas do estado, pela primeira vez, em acordo com o governo, disse que devolveria R\$ 30 milhões. O Tribunal de Justiça não disse quanto, mas também disse que devolveria, e o Ministério Público, simbolicamente, disse que iria devolver 3,5 milhões.

Eu faço essa reflexão porque assim como eu fui prefeito, o deputado nosso companheiro Silvio Dreveck também foi de São Bento do Sul, e sabemos que representa uma demanda no município os hospitais.

O nosso projeto previa para que as diferenças, deputado Edison Andrino, de devolução fossem colocadas num fundo de atenção hospitalar e prevê isso. Porém, intempestivamente, o governo, depois de sentar com os Poderes e fazer um acordo, surge com um mecanismo mágico de retirada referente Imposto de Renda, que deixou a emenda pior do que o soneto, conduzida pelo secretário Gavazzoni, segundo a imprensa, mas não conversei com ele. E esse movimento todo fez com que os Poderes recusassem na devolução do dinheiro.

Ao mesmo tempo, é importante dizer que todo debate que fiz foi levando isso ao governador, e não sou deputado da sua base, porque o estado precisa investir mais em saúde. Não adianta fazer propaganda do PAC se, efetivamente, temos em Florianópolis UTI fechada, centro de hemodiálise fechado, pronto socorro precisando de profissionais médicos e anestesistas.

Então, estou recuperando esse debate, porque vamos trabalhar para que esse projeto continue sendo aprovado. Até mesmo porque, nas entrevistas que foram concedidas pelo secretário, em nenhum momento ele falou que, do dinheiro devolvido, alguma coisa seria investida em saúde, deputada Ana Paula Lima. Em nenhum momento, deputado Darci de Matos, ele falou que o dinheiro era para o hospital ou que era para atendimento de usuários dependentes químicos, e essa é a lógica do nosso projeto. E em 2013, deputado Kennedy Nunes, se voltarmos aos patamares de 2012, teríamos 329 milhões que o governo não teve para investir em saúde. Então, essa ida e vinda desse recurso mostra uma posição claudicante.

Ao mesmo tempo quero aqui falar sobre a possibilidade e defesa que faço de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não para investigar ou para questionar, mas para tornar mais transparente o Ministério Público.

Ontem, vi uma matéria que ainda não discuti isso com a minha bancada, mas estou discutindo com os deputados independentes. Não discuti coletivamente na bancada. Eu trabalhei o mês de dezembro e janeiro, fiquei em Florianópolis trabalhando com oito pessoas e vou continuar questionando, deputado Kennedy Nunes, o que é pago acima do teto constitucional, no meu entendimento. Não adianta dizer que é atrasado, porque no Ministério Público nunca faltou dinheiro.

Estranhamente, esta semana, o Portal da Transparência do Ministério Público obscureceu-se. Até dezembro era uma característica, e a partir deste mês de fevereiro, quando temos que ser cada vez mais transparentes para ouvir as vozes das ruas, o portal obscureceu-se. Passou a conjugar o volume de verbas indenizatórias, remuneração

indenizatória, as quais não têm contribuição de Imposto de Renda. Em vez de melhorar, piorou. Que justificativa tem para isso?

Eu vou ao Ministério Público, pois sou um cidadão de diálogo e quero discutir transparência. Quero discutir transparência do teto constitucional dos Poderes, assim como fizemos nesta Casa, e questionar publicamente a compra de um prédio no valor de R\$ 123 milhões sem licitação.

No dia 19, saiu nos jornais o valor do depósito de R\$ 30 milhões, de acordo com a Lei de Direito à Informação nos órgãos públicos, data em que protocolei no Ministério Público. E quero agradecer ao procurador Liris Trindade de Godoy pela retirada de quatro volumes, cinco volumes de documentos mostrando a característica da licitação, o formato, o memorial descritivo do prédio da construtora. E passei a analisar tecnicamente e estou convencido de que há equívoco. Qualquer prefeito já teria ido parar na cadeia e teria sido cassado.

Então, ontem, assisti a uma matéria, na televisão, do querido jornalista Paulo Alceu, e hoje está também no jornal *Notícias do Dia*, cujo título é "Investigar ou desacreditar". Sou um cidadão maduro e muito responsável. A Assembleia possui um conjunto de deputados responsáveis e, em nenhum momento, não queremos desacreditar o Ministério Público, porque quando se fala sobre isso a primeira coisa é desacreditar.

Primeiramente, todos os órgãos são passíveis de fiscalização, e esse é o nosso papel como deputado. Segundo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que nunca mais houve, é um trâmite normal de uma Assembleia decente e responsável. Caso tenhamos questionamento a formatos, é uma coisa, mas para evitar equívoco qualquer vamos fazer o seguinte: vou protocolar um pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito nesta Casa para apurar. Não sei se vou conseguir as 14 assinaturas, mas é o meu papel fazer o debate.

Por que vou protocolar? Exatamente porque quero transparência. Exatamente porque quero que a comissão de Ética da OAB venha acompanhar. Quero que o Conselho Nacional de Justiça do Ministério Público de Brasília venha acompanhar e digame se estou errado. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito apurar que está tudo normal, a vida segue.

Então, em nenhum momento quero desacreditar, não tem nenhum episódio ou motivo de revanchismo para isso, nem de espírito de vingança, porque se cada vez que for mexer ou fizer uma fiscalização num órgão desses ou no Tribunal de Contas com espírito de vingança não é revanchismo, não é, em hipótese nenhuma, é transparência pública.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero apenas registrar a presença nesta Casa dos nossos amigos da Associação Beneficente de Imbituba, que nos dão o prazer de conhecer a Casa nesta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado. Sejam todos bem-vindos!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. Presidente, nobres srs. deputados e deputadas, no ano passado, sr. presidente, levantei nesta Casa um assunto referente à regularização de trapiches, marinas, decks, em todo o Brasil.

Todos nós sabemos que o litoral de Santa Catarina possui centenas e milhares de trapiches, marinas, em todos os balneários, na

minha Lagoa da Conceição, em Laguna, Porto Belo, Balneário Camboriú. E todos não tinham uma legislação que regulamentava a construção desses equipamentos. Assim, 90% ou mais desses equipamentos são irregulares. E o SPU - Secretaria Nacional do Patrimônio da União - baixou a Portaria n. 404/2012 permitindo a regularização desses trapiches. Mas, sr. presidente, o art. 9 dessa portaria é de uma burocracia tamanha que impossibilita a regularização desses trapiches.

Fizemos naquela oportunidade expediente para que se prorrogasse a vigência dessa portaria, porque no art. 17 dizia que as pessoas teriam até o final do ano para regularizar, ou seja, quem não regularizou até o final do ano, consequentemente ficou irregular e ficou sujeito a uma demanda do Ministério Público Federal para colocar no chão esses equipamentos.

Imaginem centenas e milhares de pescadores que dependem desse equipamento para puxar o seu barco, para desembarcar o seu pescado, para usar comercialmente. Esses trapiches, além de ter uma função residencial, têm uma função socioeconômica.

Fomos a Brasília e lá fizemos um apelo ao setor jurídico do ministério do Planejamento, mais precisamente da secretaria Nacional do Patrimônio da União, para que se prorrogasse essa portaria.

Quando se faz um requerimento ao SPU, ou antes de entrar com o requerimento, o proprietário precisa de uma autorização da Fatma, da aprovação da prefeitura, da aprovação da Capitania dos Portos, porque diz respeito à navegabilidade. E depois tem que ter a aprovação do SPU de Santa Catarina. Antes disso, já tem que se fazer uma planta que só é feita por topógrafo, com uma série de exigências com respeito à medição, altura, tamanho, fotografia, enfim, é uma série de requisitos.

A Fatma resolveu cobrar indevidamente R\$ 5.000 para analisar e aprovar cada requerimento. E estive conversando com o presidente da Fatma e expliquei que a Fatma estava errada em cobrar esse valor, porque os trapiches não são estruturas náuticas de grandes marinas. Inclusive levei uma série de portarias explicando que estavam errados em cobrar. Alguns juristas concordaram e outros não.

Tenho absoluta certeza de que mais de 70% dessas pessoas que têm esses equipamentos náuticos não têm condições de pagar R\$ 5.100 para a Fatma. As próprias prefeituras não têm estrutura de pessoas para visitar todos esses equipamentos. Já não devia nem ser ouvida a prefeitura, porque o poder municipal não legisla sobre ocupação náutica. Isso é competência da esfera federal. O setor jurídico da prefeitura não tem competência para legislar sobre ocupação de lâmina d'água. Isso é de competência do Ibama.

Dá-se entrada na prefeitura. A prefeitura recebe o requerimento, encaminha-o para a Floram que leva de um a dois meses para analisar. Sabemos que a Floram responde que não tem nada a opor, porque não é sua competência, e encaminha para o Ipu. Veja v.ex.a. a burocracia criada para legalizar esses equipamentos. Passada a prefeitura, vem a Fatma, onde o requerimento fica parado porque a grande maioria não pode pagar R\$ 5.000,00. Depois, vai para a Capitania dos Portos e para o SPU.

Então, não legalizaram 1% dos trapiches das marinas de Santa Catarina e provavelmente do Brasil. Assim, em função de todos esses dados que acabei de colocar e também da omissão do governo federal que nem respondeu ao requerimento aprovado nesta Casa no ano passado por unanimidade pelos srs. deputados, para que prorrogasse a vigência dessa portaria, estivemos no SPU, em Brasília, fazendo essa solicitação pessoalmente e não responderam também. Trata-se de um descaso com esta Casa. Acho que isso já é praxe no governo federal. A ANTT não respondia nada desta Casa, e agora o SPU está com a

mesma mania, ou seja, também não responde nada desta Casa.

Já estou com um requerimento pronto, solicitando uma audiência pública com o governo federal, o SPU de Santa Catarina, alguns técnicos juristas de Brasília, as prefeituras, a Fatma, a Capitania dos Portos e as entidades civis interessadas neste assunto. Queremos fazer essa audiência pública ainda durante o mês de fevereiro, para que essas pessoas possam definitivamente regularizar os seus equipamentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados,

gostaria de fazer um registro sobre a BR-280. É impressionante o quanto se fala, o quanto se discute, mas não se faz nada com relação à BR-280. Sempre digo aonde vou que somente vou acreditar que vai funcionar quando eu ouvir e ver as máquinas roncando na BR-280.

Já foi licitado o trecho da estrada de Jaraguá do Sul; depois tem a questão da instalação dos canteiros e outras coisas. Uma das empresas que ganharam um dos lotes para o lado de Jaraguá do Sul questionou na Justiça a empresa ganhadora do lote para o lado de cá, que vai para São Francisco do Sul. E parou tudo por conta desse questionamento. Essa empresa alegou que a empresa ganhadora do lote da BR-101 para São Francisco do Sul não atende aos preceitos estabelecidos por conta de não ter patrimônio suficiente para o valor da obra. E parou tudo.

Por conta disso, estamos todos nós assistindo a essa peleia judicial, como diz o ditado, e enquanto estamos nessa briga judicial ficamos todos assistindo a essa verdadeira loucura que é a nossa BR-280 principalmente no verão. Somente quem tem casa na Barra do Sul, na praia do Ervino, na praia da Enseada, na praia de Ubatuba, na praia do Capri e também quem mora naquela região, em Araquari, na Barra do Sul, em São Francisco do Sul, sabe o que significa o que estamos falando. Quem trabalha, quem precisa estar em São Francisco do Sul todos os dias é que sabe do que estamos falando.

Não sei se o deputado Silvio Dreveck e o deputado Kennedy Nunes estiveram conosco em algumas das reuniões que tivemos em Brasília, mas é impressionante como se fala besteira, asneira. Eu já digo asneira, porque estivemos conversando com o ministro, com pessoas que têm o poder de dizer se vai acontecer ou não, e essas pessoas cansam de dizer para as pessoas que estavam ali, não somente políticos, mas representantes comerciais e industriais da região, dizer candidamente que vai sim, que as máquinas estarão trabalhando. Se fôssemos acreditar no que falaram nós já estaríamos com parte dessa BR-280 pronta.

Tenho conversado com o secretário da Infraestrutura sobre o asfaltamento daquele acesso à Barra do Sul pelo Itapocu. E o deputado, secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini falou várias vezes, não foi uma ou duas vezes, falou textualmente para este deputado que pelo menos 5Km asfaltaria até o mês de dezembro, da saída do pedágio em direção à Barra do Sul. Pelo menos 5Km ele asfaltaria e acabaria com o tormento de toda a região. E conversamos com todo o pessoal da região e dissemos que o secretário asfaltaria ali.

Não paramos somente nisso. Viemos com esse pessoal da região, fizemos uma reunião com o secretário e foi marcado um almoço para comemorar o asfaltamento desses 5Km em direção à Barra do Sul. Esses 5Km seriam para amenizar a vida daquela gente que come poeira o dia inteiro e quando chove come lama. Um problemaço.

Eu ainda, neste ano, não tive a oportunidade de conversar com o secretário da Infraestrutura e não sei se ainda pode fazer. Mas se não fizer, vou chamar o secretário de mentiroso. Eu vou. Eu vou lá. Eles são testemunhas, estiveram comigo, todo o pessoal daquela região esteve comigo, porque se não fizerem aqueles 5Km de asfalto que foi prometido para as pessoas, para este deputado, para o vice-prefeito de Araquari, pelo menos 5Km, ali, isso é fato... O secretário disse isto para mim: Isso é fácil, fica tranquilo, isso será fácil fazer.

Nós já estamos no mês de fevereiro. E não vou passar por mentiroso. Se não sair, eu vou chamar de mentiroso, textualmente, o secretário da Infraestrutura, lá, naquela região. Vou fazer uma reunião lá e vou chamá-lo de mentiroso. Vou chamá-lo de mentiroso, porque prometeu não somente para mim, mas para toda a comunidade que estava presente na reunião com ele, lá.

Então, vamos aguardar, porque tem projeto e uma cópia dele está na minha mesa. Inclusive a original está com o secretário. Mas vamos aguardar para ver o desfecho disso. E ainda quero acreditar que o secretário Valdir Cobalchini vá cumprir a sua promessa. Ainda quero acreditar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCDoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Neste primeiro pronunciamento do ano tenho que ser econômica em virtude de ter apenas cinco minutos para o meu partido, mas quero iniciar exatamente tratando do tema já suscitado pelo deputado Renato Hinnig, que também é aqui representante da Grande Florianópolis.

O assombro essa mudança do IPTU que teve aqui em Florianópolis. E lembrou-me inclusive o deputado, já que a minha memória não me ajudava, das passeatas que foram feitas pelo então DEM, que o prefeito Cesar Souza Júnior integrava pelo "Xô CPMF", "impostômetro", enfim, uma série de iniciativas.

Curiosamente existe uma iniciativa também que conjugou um projeto de lei criando três cargos de diretoria na Comcap, que é a companhia de melhoramentos da capital, que faz a limpeza pública aqui em Florianópolis, de R\$ 15 mil cada um. Então, o prefeito aumentou o IPTU, aumentou o ITBI, não discutiu com ninguém isso e propôs que a Câmara de Vereadores de Florianópolis aprovasse o projeto de lei criando três cargos na Comcap, de R\$ 15 mil cada um, de três diretorias, incluindo uma de marketing.

Ontem, tive uma reunião muito boa, em Palhoça, com o nosso partido lá. E um dos integrantes do nosso partido, que é um servidor da Comcap, disse que os "tourinhos", que são os que fazem a limpeza das ruas, estão parados porque há peças de R\$ 9,00 que não foram repostas. E o governo se apressa a criar um projeto de lei.

Tenho evitado usar esta tribuna para tratar de Florianópolis, porque parece reeditar uma discussão de que a Capital teve a oportunidade de fazer, e fez, as suas escolhas em 2012. Mas a minha tarefa de parlamentar me obriga que possamos debater esse tema, trazer à luz esse tema.

Depois de muitos anos de atividade partidária, pela primeira vez este ano, de fato, tirei férias. Fiquei com os netos, os filhos, a família, em casa, e quando voltei estava esse burburinho em torno do IPTU. Mas eram as grandes entidades que estavam discutindo isso, e a impressão que me passou, pelo que o prefeito dizia, era de que a Beira-Mar e o Jurerê

Internacional iriam ter uma hecatombe em torno do IPTU, e o resto da cidade ficaria muito bem. E não é isso que se viu.

Moro agora no Córrego Grande e como mulher que sou frequento um pequeno salão de beleza, a manicure do bairro, e é impressionante o que aumentou o IPTU dessa população que, sim, tem dificuldade já hoje para fazer frente aos seus impostos.

Ainda tão significativo quanto o produto final disso é ver com grande tristeza - e vários de vocês já foram vereadores, assim como eu, em Florianópolis, num momento difícil, à época da "Operação Verde" aqui, na capital - uma Câmara aprovar temas tão relevantes sem discussão. Por isso, o PCDoB inclusive votou contra esse projeto de lei que aumentou o IPTU, não pelo projeto necessariamente, mas porque ninguém sabe o que tinha sido aprovado, tanto que a prefeitura colocou uma possibilidade de simulação do novo IPTU na sua página e retirou, porque as pessoas começaram a se dar conta que é para todo mundo esse aumento.

Se formos corrigir o ITBI e o IPTU desde 1997, devemos a esse mesmo povo resolver todos os problemas da cidade que estão acumulados desde 97, como a falta de vagas nas creches, os problemas de entrada nas portas de entrada do SUS, que são os postos de saúde, os problemas de mobilidade, de fiscalização na nossa cidade. Mas se não temos condições de fazer isso em um ano, não é justo também que se corrija hipoteticamente, porque a realidade mostrou que são diferentes também todos os tributos de uma vez só.

Tenho a convicção de que podemos trazer esse debate ainda mais à luz. As entidades que tomaram frente a isso trouxeram suas perspectivas de que quem aqui, nesta cidade, desenvolve suas atividades e produz economicamente, que é responsável pelo desenvolvimento da nossa cidade, mas também as pessoas simples da nossa cidade, terão uma sobrecarga.

Por isso, o PCDoB, através do seu vereador Matheus Junge, apresentou um projeto de lei para revogar o aumento do IPTU e do ITBI, como já havíamos anunciado na semana passada, fruto de decisão partidária. E o vereador vai cumprir sem mexer na cota social.

A disposição do PCDoB não é anular completamente esse reajuste, mas possibilitar o debate, que ao longo deste ano possamos discutir, de fato, o que aconteceu, porque a Câmara de Vereadores aprovou um projeto que não conhecia o seu impacto. E o prefeito remeteu um projeto, fez uma medida midiática muito grande, mas acabou afetando o povo de Florianópolis.

Por isso, o PCDoB, na Câmara de Vereadores, através do nosso mandato, está pedindo a revogação desse artigo. E tomara que os outros vereadores também nos acompanhem nisso.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado sr. presidente.

Sr. presidente, srs. deputados, é uma satisfação poder retornar para este 4º ano de mandato, e lá se foram três anos de caminhada no Parlamento catarinense.

Cumprimento os nossos ouvintes da Rádio Alesc, aqueles que nos acompanham pela TVAL e os que se fazem presentes nesta Casa.

Quero dizer, inicialmente, deputado Kennedy Nunes, da satisfação, já que estamos falando em nome do partido, em poder homenagear o nosso deputado Onofre Santo Agostini que pela revista *Veja* foi o único deputado, entre os 513 deputados federais, que alcançou nota dez. Como dizem

antigamente, dez com estrelinhas. Meus parabéns ao deputado Onofre Santo Agostini que foi deputado por seis vezes, sete vezes, neste Parlamento.

Tive a oportunidade, deputado Kennedy Nunes, de ser suplente do deputado Onofre e trabalhar em seu gabinete durante dois meses.

Ele foi um excelente professor, que marca história em Santa Catarina. E é orgulho para todos nós ter alcançado essa média avaliada por jornalistas, enfim, pelos colaboradores da revista *Veja*.

Tivemos 45 dias de recesso legislativo e não paramos, assim como os demais deputados, visitando as regiões, visitando as bases, fazendo com que o nosso mandato pudesse acolher as demandas da sociedade catarinense para as atividades deste ano de 2014. E como tenho feito ao longo desses três anos nesta Casa, não será diferente neste ano, agora com mais intensidade, na condição de presidente da comissão de Combate às Drogas, tomarmos novamente as rédeas desse debate.

Preciso registrar antes disso o encontro que aconteceu no dia de ontem na secretaria da Segurança Pública, com o secretário César Grubba, e o prefeito de Blumenau, junto com o secretário Regional Cesar Botelho, para discutir a questão da segurança no vale do Itajaí e a questão do efetivo, do monitoramento eletrônico, a questão da penitenciária.

Felizmente os recursos chegaram. O pior presidido, deputado Sargento Amauri Soares, de Santa Catarina está em Blumenau, deputada Ana Paula Lima. E esperamos que de fato já com o terreno adquirido, no valor de R\$10 milhões, a obra possa sair, na parceria inclusive com o Ministério da Justiça, com o governo federal, para termos essa solução para a população carcerária no vale do Itajaí.

O *Jornal de Santa Catarina* traz uma manchete que não é novidade para nenhum de nós, mas eu preciso reprisar aqui.

(Passa a ler.)

"90% dos traficantes presos portam crack". É a manchete de jornal que coloca que a droga que lidera o número de prisões por tráfico, em 2013, está disseminada em todos os bairros da cidade, no caso, Blumenau, segundo a Polícia Civil, mas enfatizando o grande desafio do crack.

Fizemos várias audiências públicas em Santa Catarina e chegamos a esse número um tanto assustador de pelo menos 50 mil usuários de crack em nosso estado. Isso é um desafio não só nas grandes cidades, mas também nos pequenos municípios.

Preciso, deputado Kennedy Nunes, destacar a acolhida do nosso governador Raimundo Colombo que inclusive citou ontem no seu discurso o Programa Reviver que felizmente saiu do papel e tornou-se realidade. A deputada Ana Paula Lima faz parte da nossa comissão, e estamos agora buscando uma parceria com o Ministério Público, que vai estar conosco nessa caminhada. Mas no último dia 22 de janeiro, data histórica para Santa Catarina, começaram a ser pagas as primeiras vagas, financiamentos de 430 vagas em nosso estado, portanto, 43 unidades terapêuticas, lembrando que cada unidade pode financiar até dez vagas, conforme os critérios estabelecidos pela RDC n. 29, lei federal que regulamenta o funcionamento de uma comunidade terapêutica.

Quero parabenizar a coragem, a ousadia, a determinação do governo do estado em fazer essa parceria junto com a Fapesc e a Fapeu, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, da Universidade Federal de Santa Catarina, portanto, um programa de inovação tecnológica e de resultado prático de combate e prevenção às drogas.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Ismael dos Santos, cada vez que v.exa. aborda esse assunto, presto uma atenção especial, porque a raiz desses problemas que temos relacionados à segurança pública estão relacionados principalmente com as drogas.

Todos sabemos que se não fossem as drogas não teríamos tantos problemas com segurança como temos no nosso estado e no país. E vejo v.exa. envolvido com isso o tempo inteiro, inclusive já escreveu vários livros sobre esse tema, está também envolvido na comissão desta Casa. Até quero parabenizá-lo pela sua dedicação a esse tema.

Por conta disso, gostaria de sugerir que se colocasse na pauta de discussão, e estou disposto a formar filas com isso, no sentido de termos nas escolas disciplinas específicas para tratar desse assunto, porque tirar um drogado desse submundo em que ele se envolve é difícil. E v.exa. sabe que de 100 pessoas se tira duas, três ou quatro, enfim, é muito difícil.

Por isso, acho fundamental preservarmos aqueles que ainda não entraram nesse submundo, principalmente as nossas crianças, os nossos adolescentes. E as disciplinas nas escolas seriam importantes e fundamentais para orientar, explicar, mostrar em vídeos etc.

A Polícia Militar faz um trabalho muito profundo sobre isso, e até temos que tirar o chapéu, sobre a questão da segurança nas escolas, porque esses traficantes rondam as nossas escolas públicas por esse estado inteiro, sempre à cata de mais uma vítima. E as nossas crianças, os nossos adolescentes, são presas fáceis e, por isso, precisamos ter segurança nas escolas.

As escolas não têm segurança. Se formos a uma escola estadual, em qualquer município do nosso estado, vamos ver que não temos policial militar, não temos gente cuidando das crianças no entorno dessas unidades escolares. Portanto, precisamos também atentar para esse fato. E tenho certeza de que v.exa. é sensível a isso e muito provavelmente já deve ter tocado nesse assunto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito grato, deputado Nilson Gonçalves. De fato elegemos o ano de 2013 como o ano da reabilitação, e o ano de 2014 será o ano da prevenção. Nós vamos enfatizar isso na nossa comissão.

Eu conversava há pouco com o nosso novo presidente, deputado Romildo Titon, de que queremos destacar na nossa ação como comissão essa palavrinha tão pequena mas tão poderosa e a mais importante de todo esse processo de combate ao uso e ao abuso de drogas, que é a prevenção. E vamos fazer isso fortalecendo o Proerd.

Eu conversava ontem, também, com o nosso secretário César Grubba sobre a questão de fortalecer o Proerd, os nossos monitores e a parceria com as escolas, com os educandários, com as associações, com as igrejas, enfatizando a questão da prevenção.

Por último, quero dizer que em relação ao Programa Reviver qualquer catarinense tem acesso, deputado Ciro Roza, via *online*, internet aos sites da Fapesc e da Fapeu, para saber qual é a comunidade mais próxima da sua casa, da sua cidade, onde estão sendo oferecidas essas vagas gratuitamente para quem busca a reabilitação de dependência química, num programa que pode durar de seis até nove meses, num financiamento de R\$ 1.000,00 por vaga. Quero lembrar que cada comunidade pode patrocinar até dez vagas, conforme as normas da RDC. É um valor considerável para se manter, principalmente, a folha de pagamento dessas comunidades.

O Conen, que faz o seu trabalho de fiscalização com toda a legitimidade, chegava lá na casa e dizia que estava faltando uma lixeira com pedal, que estava faltando um assistente social. E a contrapartida? O que o governo está fazendo?

Então, felizmente, deputada Luciane Carminatti, que tem sido nossa incentivadora nesse processo, estamos dando a resposta. Dia 22, o programa iniciou com 430 vagas financiadas, há todo um processo de comunidades que estão sendo avaliadas e analisadas pelos técnicos da Fapesc e da Fapeu e prossegue o processo até chegarmos ao patamar de pelo menos 1.000 vagas. Eu lembro que em Santa Catarina cerca de 140 comunidades terapêuticas oferecem em torno de 3.000 vagas.

Portanto, o governo do estado está oferecendo 1/3 dessas vagas. E já há uma parceria agora com o Programa Crack, é possível vencer, de financiamento também nessas comunidades terapêuticas com a seguinte condição: o interno que está sendo financiado pelo Programa Reviver não poderá ser pelo programa federal nem por programas municipais, por algumas prefeituras que investem também na reabilitação de dependentes químicos, para que não haja uma sobreposição de financiamento.

Então, isso é feito através do CPF do interno, de uma forma muito científica, como disse, acadêmica, cabendo a esta Casa fiscalizar, monitorar e incentivar esse programa que é inédito em Santa Catarina e um dos poucos no Brasil. São Paulo tem alguma coisa parecida, mas eu destaco aqui o programa de Minas Gerais que tem sido referência, modelo inclusive, e fomos buscar algumas matrizes para seguirmos a forma de controle e coordenação de todo esse processo.

Mas é com muita satisfação, com muito entusiasmo que assomamos à tribuna para dizer, finalmente, que o programa Reviver se tornou uma realidade para o financiamento público de vagas em Santa Catarina pelo nosso governo estadual.

Precisamos ainda dar um grande passo. Além da questão da prevenção, queremos criar o O800, para que de qualquer parte do estado de Santa Catarina, seja na divisa com a Argentina e Itapiranga, seja no sul, em Passos de Torres, na divisa com Rio Grande do Sul, a família que precise internar um ente querido possa ligar para esse O800 e saber como encaminhá-lo, o que fazer, qual o cronograma a ser cumprido para que de fato as nossas famílias sejam atendidas à altura, a fim de darmos alento e esperança àqueles que estão envolvidos com o problema da drogadição.

Obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, que preside esta sessão, sra. deputada Luciane Carminatti e srs. parlamentares, a minha saudação a todos nesta quarta-feira, bem como aos catarinenses.

Esta é a primeira sessão ordinária desta Casa, sendo que nós, parlamentares, já executamos o nosso trabalho. Os trabalhos já abriram na segunda-feira, mas pela primeira vez estamos utilizando esta tribuna.

E a quem eu não tive a oportunidade ainda de cumprimentar, quero desejar um maravilhoso 2014 abençoado, iluminado e muito estrelado.

Saúdo também todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Quero dizer, neste horário destinado à bancada do Partido dos Trabalhadores, que durante este ano de 2014 a bancada do PT e este Parlamento vão trabalhar muito para garantir que Santa Catarina transforme-se num estado que cresça distribuindo renda e gerando oportunidade para todo povo catarinense.

Num primeiro momento, srs. deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos manifestar a indignação de toda nossa bancada com o atentado a casa do prefeito Décio Góes, de Balneário Rincão, que é do nosso partido.

A bancada do Partido dos Trabalhadores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina solidariza-se com o prefeito do município de Balneário Rincão, ex-deputado desta Casa - ele foi parlamentar juntamente conosco -, em decorrência do atentado que sofreu no último dia 31 de janeiro, quando cinco tiros foram disparados contra a sua residência.

É lamentável que ainda nos dias de hoje, no ano de 2014, tenhamos que presenciar uma tentativa de assassinato e intimidação de um prefeito em nosso estado.

Não podemos tolerar essa prática vil e criminosa que recentemente tem-se repetido contra as lideranças do Partido dos Trabalhadores, deputada Luciane Carminatti". Nós vivenciamos, no ano passado, o falecimento do vereador do município de Chapecó, Marcelino, e até hoje há dúvidas sobre esse caso. Nós entendemos que foi, sim, um assassinato!

Por isso que pedimos ao secretário da Segurança Pública, César Grubba, que disponibilize ao prefeito Décio Góes segurança até que esse caso seja resolvido.

(Continua lendo.)

"A bancada do Partido dos Trabalhadores envidará esforços junto à secretaria de estado da Segurança Pública" - e como já mencionei no dia de ontem, conversamos, mais uma vez, com o secretário sobre esse caso - "para que a investigação seja intensificada e os transgressores possam ser exemplarmente punidos.

Todos nesta Casa conhecem o prefeito Décio Góes, de Balneário Rincão. Todos o respeitam e sabem dos seus compromissos com a democracia." Esse atentado precisa ser esclarecido até para não virar rotina, já que outras vezes já aconteceram situações dessa natureza. E por falta de segurança não foram ainda determinadas ações mais exemplares.

Srs. parlamentares, queremos dizer que fizemos uma indicação, e que vai ser lida posteriormente na Ordem do Dia, pedindo que esse documento seja realmente anexado e enviado ao secretário da Segurança Pública, apesar de já termos feito isso de forma verbal.

(Continua lendo.)

"Em segundo lugar, queremos nos manifestar sobre os desafios que a bancada do Partido dos Trabalhadores se propõe a construir em 2014.

Gostaria de dizer que 2014 será um ano de inúmeros desafios, um ano diferenciado, um ano de Copa do Mundo, um ano eleitoral, mas também de muito trabalho. Vamos cobrar do governador Raimundo Colombo a realização das prometidas obras que por enquanto somente figuram em propagandas: as obras do Pacto por Santa Catarina; as obras das estradas estaduais - e estamos vivenciando que está horrível trafegar - que não foram recuperadas como anunciavam as propagandas; as obras na área da Saúde.

(Continua lendo.)

"Precisamos tirar o estado da UTI na saúde pública: um estado que não valoriza os trabalhadores da área da saúde, privatiza serviços e deixa a população sem atendimento adequado." Isso está no Pacto pela Saúde e nós ainda não vivenciamos nenhuma ação.

O mesmo podemos falar também sobre a Segurança Pública. A cidade de Blumenau e região estão vivendo um estado de insegurança e sua população está apreensiva. É isso que queremos cobrar durante todo este ano.

Nos anos passados também já cobramos investimentos para o aumento do efetivo, que ainda não aconteceu.

O deputado Ismael dos Santos mencionou nesta tribuna o presídio de

Blumenau, que é um dos piores estados de Santa Catarina e acho que perde apenas para o presídio do Maranhão. Todos têm que conhecer aquela realidade sobre a tão prometida penitenciária. Também gostaria de averiguar a compra daquele terreno, que acho, está superfaturado. Mas acho importante discutirmos esse assunto da penitenciária em Blumenau até porque envolve recursos do governo federal que estamos propensos a perder tendo em vista a morosidade do governo. (Passa a ler.)

"Agora nós visualizamos também a série de ataques a bases da polícia que nos alertam para uma possível onda de ataques produzidos pelo crime organizado.

Santa Catarina vivenciou em 2012 e 2013 duas ondas de ataques que levaram o terror a dezenas de municípios. Esses sinais precisam ser trabalhados pelos órgãos da Segurança Pública.

Ainda em relação à Segurança Pública nos causou muita estranheza a postura da secretaria de Segurança Pública, que não aceitou a doação de dois helicópteros modelo Bell 412, disponibilizados pelo governo federal.

Vamos questionar o governador do estado na comissão de Segurança Pública desta Casa porque isso ocorreu. Em 2012 a Polícia Federal em Brasília comprou dois helicópteros novos. Ela operava com o Bell 412, o mesmo modelo utilizado pelas principais polícias do mundo, como a de Nova York."

A Polícia Federal resolveu doar os dois aparelhos para algum estado da federação interessado, sem nenhum custo para a transferência do patrimônio, orçado em R\$ 30 milhões. Causou-me estranheza essa negativa por parte do governo do estado porque houve um pedido para que essa doação fosse feita. Foi assinado, inclusive, um termo de cooperação entre a Polícia Federal e a Secretaria de Segurança Pública. Esse pedido foi oficializado, saiu no Diário Oficial da União no final de 2012 e agora o estado de Santa Catarina não quer mais os aparelhos. Não entendo situações desta natureza. Parece que não há consenso também no gerenciamento dessas personalidades que integram o grupo de trabalho. Essa situação precisa ser explicada, o nosso estado convive com incêndios, com enchentes, com acidentes de trânsito, com deslizamentos, com catástrofes naturais e helicópteros auxiliariam bastante. Primeiramente o governo se compromete em receber os helicópteros e depois rejeita a oferta.

São situações como essas que colocam a bancada do PT desta Casa numa posição crítica em relação ao governo estadual, já que temos que ter governabilidade e ficar atentos ao que a população de Santa Catarina tem cobrado.

E nesse primeiro momento, na primeira fala como líder da bancada, norteando o que vamos fazer durante, gostaria de dizer que vamos cobrar, sim, o Pacto por Santa Catarina dos recursos que vieram para o estado e que nem 10% foram utilizados nas obras que foram mencionadas pelo governador Raimundo Colombo em todas as áreas, senhoras e senhores, como Saúde, Educação, Segurança Pública e Infraestrutura. É isso que estamos vivenciando em propagandas durante todo o ano passado e que não foi concretizado.

O Parlamento catarinense, sr. governador, foi célebre na aprovação de todos os projetos de origem governamental que foram encaminhados a esta Casa para os financiamentos, para a liberação dos recursos. E queremos que o governo do estado de Santa Catarina seja ágil, seja célebre como foi o Parlamento catarinense na liberação desses recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputado Nilson Gonçalves, v.exa. fez uma manifestação referente à BR-280, problemas que se arrastam há uma década, e quero aqui endossar as suas palavras. Digo também que acredito que vai mais uma década, lamentavelmente, porque defendi sempre a concessão dessa rodovia para dar mais agilidade, para dar mais celeridade e resolver essa situação.

V.Exa. se manifestou com muita propriedade, porque conhece bem a região, e também tenho conhecimento de que é praticamente intransitável principalmente agora na temporada. E não afeta só os turistas, afeta as pessoas que vão trabalhar, que se deslocam de Joinville a São Francisco, à Barra do Sul, Araquari e assim por diante.

Conheço também a situação que v.exa. manifestou aqui, da via que vai à margem do rio Itapocu e sai na BR-101, que é, na verdade, uma segunda alternativa, porque Barra do Sul fica praticamente com acesso pavimentado, que chega à sede do município e parou, é o fim da linha. Aquela outra rodovia é intransitável, porque é uma estrada de chão, enfim, quando chove ou quando está muito seco também se torna inviável transitar por lá.

Vou torcer para que v.exa. tenha sucesso nesse compromisso do secretário, que possa melhorar, evidentemente não só para aqueles moradores, mas para que todos aqueles que vão à Barra do Sul, para que tenham essa alternativa um pouco mais facilitada de se deslocar daquele município.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vi aqui várias manifestações no dia de hoje e quero fazer um registro. Não é uma contestação partidária de governo A ou governo C, entretanto não podemos ficar omissos diante do que está acontecendo no Brasil.

No dia de ontem, tivemos um apagão energético em 11 estados brasileiros. Há mais de cinco anos tenho manifestado nesta Casa que a matriz energética brasileira, se não está comprometida, no mínimo é preocupante.

Tenho defendido e continuo defendendo uma das fontes de energia através das usinas hidrelétricas. Temos a eólica, que é uma boa alternativa, que em grande parte tem implantada as torres, mas sem as linhas de transmissão.

Agora, ainda para completar, o uso das termoeletricas, que é uma energia mais cara, mais suja, mais poluente, e as nossas hidrelétricas estão aí se arrastando por conta de líderes que utilizam, líderes que são, na grande maioria, ideológicos, ou de uma posição que nada se pode fazer no Brasil, que não se pode fazer uma hidrelétrica porque vai ter impacto ambiental.

Por outro lado, não se pergunta se o pacto ambiental da energia do petróleo não é mais prejudicial do que o impacto do alagamento. E esses líderes se utilizam ora de alguns indígenas, ora de alguns quilombolas, ora com o apoio da Funai, e essas construções vêm se alastrando, mas temos que admitir que o Brasil está no limite da sua produção energética.

Ao mesmo tempo, não temos dinheiro para fazer frente a essa importante e indispensável fonte ou à matriz energética, melhor dizer assim, obviamente que as concessões, no meu modo de ver, são mais saudáveis. E o próprio governo em si não tem recursos para a saúde, para as nossas ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, mas, interessante, tem dinheiro, deputado Nilson Gonçalves, para construir um porto lá em Cuba. Alguma coisa não está fechando nesse fluxo de caixa do governo brasileiro, uma vez que o dinheiro vem dos impostos de cada um de nós, e temos prioridades e mais prioridades para investir em nosso país, coisa que não vem acontecendo.

Reclamamos da saúde, é verdade, mas ao mesmo tempo não se ajusta a tabela SUS para os serviços prestados pelos hospitais, pelos médicos, eis que desde 1997

não se reajusta a referida tabela. Portanto, temos uma inflação de 160% que correu todos esses valores que praticamente são insignificantes, mas repito: para isso não tem dinheiro, mas construir um porto que para mim não tem justificativa nenhuma lá num país que é totalitário, e o nosso dinheiro do BNDES está indo para essa atividade, é lamentável.

Obrigado, sr. Presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0357/2013, de entidade social encaminhando relatório de atividades para a manutenção do título.

Comunica, igualmente, que a comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0618/2013 e 0688/2013, todos de entidade social encaminhando relatórios de atividades para a manutenção de título.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0001/2014, 0002/2014, 0005/2014, 0006/2014, 0007/2014, 0008/2014, 0009/2014, 0010/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0003/2014, 0004/2014, de autoria do Antônio Aguiar e 0011/2014, de autoria do deputado José Milton Scheffer.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0006/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0007/2014, de autoria do deputado Renato Hinnig e 0008/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Pedido de informação n. 0001/2014, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes às escolas classificadas na fase estadual do Programa Atleta na Escola, do ministério da Educação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Eu já tinha feito uma consulta à mesa, imagino que um dos assuntos que quero pautar com v.exa. também já seja tema seu, que é a questão da CPI das Águas.

Nós estamos desde o começo do ano passando tratando desse assunto. Nós chegamos a uma decisão final sobre isso, que vai atingir apenas o município de Palhoça. Mas os partidos não têm indicado os nomes. Eu tenho sido muito cobrada sobre o andamento dessa CPI que sequer foi instalada, porque os partidos não entregaram os nomes.

O segundo ponto é o compromisso que firmei com o ex-presidente, deputado Joares Ponticelli, no último dia de votação desta Casa, em torno da votação do Código Florestal, de reunirmos todas as emendas num novo projeto, para que ele tramitasse, com a tranquilidade que o assunto exige, por todas as comissões regularmente. Peço a v.exa. que a Mesa dê andamento ao compromisso de recolher essas emendas e propor em nome de todos os líderes o projeto de lei que vai discutir alguns pontos do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com relação à CPI, já estava aqui na pauta para que pudéssemos fazer mais uma vez uma cobrança às lideranças das bancadas do PSDB, do PP e do PSD. Ouvi aqui por muitas vezes o ex-presidente deputado Joares Ponticelli fazendo esse apelo para que

as bancadas indicassem os nomes para compor essa CPI que está desde 06/11/2013.

Portanto, faço mais um apelo aos líderes das três bancadas para que até amanhã no horário do expediente da mesa. E se os líderes não indicarem, esta Presidência vai indicar os líderes das bancadas.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tem razão a deputada Angela Albino e v.exa. também. Com relação ao PP, quero me comprometer a conversar com o nosso líder, para que a nossa bancada já resolva a sua indicação. Especialmente para informar à deputada Angela Albino e ao plenário que o acordo que fizemos na última sessão do ano passado, de apresentarmos na primeira sessão deste ano aquelas emendas todas, ou seja, um novo projeto de lei de revisão do Código Ambiental, para que aquelas emendas possam ser debatidas nas comissões, está cumprido. É o PL n. 006/2014, que aqui aparece como de minha autoria, porque v.exas. se lembram que foi esse o acordo assinado, o acordo de todos os líderes e de todas as bancadas.

Portanto, a matéria começa a tramitação regulamentar a partir de hoje, honrando o compromisso que assumimos aqui na última sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com essa explicação do deputado Joares Ponticelli, acredito ter respondido às duas questões de ordem da deputada Angela Albino.

Também quero ferir um comunicado a todas as bancadas.

“De acordo com o que dispõe o art. 30 do Regimento Interno, esta Presidência comunica o número de vagas que cabe a cada bancada ou bloco parlamentar para a composição das Comissões Permanentes e, nos termos do § 3º do art. 30 do Regimento Interno, abre o prazo de cinco sessões para que cada líder proceda à indicação dos nomes de sua representação.

Comissões com 09 membros: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.”

E deverão ser compostas da seguinte forma: o PMDB com duas vagas, o PSD com duas vagas, o PSDB com uma vaga, o PP com uma vaga, o PT com duas vagas e o PSOL, o PPS, o DEM e o PCdoB com uma vaga.

As outras comissões, com exceção dessas três que citei acima, serão compostas por sete membros, que serão distribuídos da seguinte forma: o PMDB com duas vagas, o PSDB com uma vaga, o PP com uma vaga, o PT com uma vaga, o PSD com uma vaga e os partidos minoritários com uma vaga.

Feito esse esclarecimento, quero fazer um apelo aos líderes de bancada para que façamos isso o mais rápido possível. Mesmo com o Regimento dando-nos o direito de aguardar cinco sessões, acho que é desnecessário ficarmos esperando esse tempo, pois precisamos votar projetos que estão tramitando na Casa. Pediria aos líderes que até segunda-feira entregassem os nomes dos deputados para que na terça-feira as comissões possam começar a trabalhar. É para isso que estamos aqui. Existem projetos parados nesta Casa, por isso acho que seria importante. Faço esse apelo aos líderes de bancada.

Essa lista relativa à composição das comissões será remetida a todos os gabinetes dos parlamentares ainda no dia de hoje.

Finda a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente deputado Romildo Titon, quero parabenizá-lo pela posse na Presidência desta Casa. Quero cumprimentar o deputado Joares Ponticelli que durante 2013 presidiu esta Casa,

que representa o pensamento da população catarinense que nos elegeu para aqui discutir os grandes temas deste estado, especialmente as políticas públicas, o papel do estado, os investimentos, os desafios que temos pela frente.

Cumprimento o deputado Romildo Titon, parabenizando-o também pela presença das lideranças da sua região, pela mobilização.

Nesta primeira fala que faço em 2014, quero dizer que traremos aqui temas e debates que temos tratado junto à população catarinense. São projetos, leis, críticas, que colocaremos nesta tribuna.

Quero dizer que, neste final de ano, nos feriados, nas férias, ocasião em que muitas pessoas viajaram, pudemos perceber que o povo brasileiro está mais animado, está mais otimista, conseguindo viajar com sua família, embora com todos os problemas que temos nas rodovias estaduais e federais. Isso é um sinal positivo de que o Brasil está melhorando a vida do seu povo.

Acompanhamos, no final do ano, muitas críticas sobre o PIB brasileiro, sobre o crescimento do país, mas é maravilhoso perceber que este país vem crescendo, vem gerando renda, vem gerando emprego, vem melhorando a vida do seu povo. Isso que é importante e foi demonstrado, claramente, durante o final de ano, quando se ia ao supermercado, para a estrada, quando se viam pessoas viajando com sua família durante as férias. Esse é o grande momento do Brasil.

Quero registrar a própria fala do governador que disse que Santa Catarina vem se beneficiando deste grande momento que este país vive, especialmente as nossas regiões que produzem alimentos, móveis, eletrodomésticos, enfim, também se beneficiando com esse extraordinário momento que o Brasil vive. Inclusive, estamos com os índices mais baixos de desemprego da nossa história. Para o trabalhador brasileiro que sempre rondava a preocupação da inflação alta, do desemprego e do salário archoado, estamos num momento onde temos emprego, salários valorizados, passo a passo.

A agricultura familiar no nosso país teve um crescimento na sua renda, nos últimos anos, de 50%. Enquanto a renda geral da sociedade cresce em 16%, a agricultura familiar cresce na sua renda mais de 50%. São dados oficiais do próprio IBGE.

Então, é esse o grande momento que o Brasil vive, e Santa Catarina se beneficia também, inclusive com índices menores ainda, com menos de 3% de desemprego no nosso estado.

Temos com certeza grandes desafios ainda, principalmente na infraestrutura que precisamos melhorar, sejam rodovias, aeroportos, seja no transporte coletivo, na mobilidade urbana, que são com certeza os grandes desafios.

Registro que estive, pela manhã, em Lages e pude verificar que estamos enfrentando uma grande estiagem. Temos muita produção perdida, a safrinha sendo perdida, mas temos uma previsão boa para os próximos dias de chuva. Até no oeste estamos tendo perdas, mas, especialmente, mais na região litorânea, com a falta de chuva.

Quero voltar a fala no governador.

O que carece, o que faltou, que nós esperávamos mais, é que o governador falasse sobre a perspectiva do futuro de Santa Catarina, principalmente da infraestrutura.

Estivemos no mês de dezembro e agora em janeiro lá em Canoinhas, numa reunião com o presidente da Celesc, sendo que começamos o debate em 2009 naquela região e continuamos com graves problemas de estrutura energética na referida região. E estão culpando que os agricultores investiram demais. Mas que história é essa? A agricultura do Brasil vem crescendo em todas as regiões, e precisamos produzir alimentos, o que é extremamente positivo.

Agora, lamentavelmente a Celesc não se preparou para dar conta dessa expectativa,

não apenas no interior, mas temos problemas para as empresas se instalarem em muitos municípios, porque não tem estrutura energética. Outro problema estrutural é a água, pois muitos municípios devido à estiagem sofrem com o abastecimento. E isso não é de agora, isso aconteceu quando não estava faltando água. Então, esse planejamento estratégico que sempre questionamos de o estado de Santa Catarina carecer de planejamento a médio e longo prazo, se nós continuarmos nesse ritmo de crescimento do nosso país, do nosso estado, precisaremos de mais infraestrutura.

O prefeito de Irineópolis, na reunião, falou que todos os agricultores têm que comprar geradores. Mais um prejuízo, uma despesa que se coloca nos ombros dos agricultores, pois pode até terem um gerador lá para qualquer problema que acontecer, o que normalmente ocorre, mas não para fornecer energia nas propriedades. Isso é papel do estado, de uma empresa, pela qual lutamos tanto, que é a nossa Celesc que está aqui para cumprir essa função em nosso estado.

Além disso, precisamos de outras políticas, pois se fala do bom momento que a agricultura vive, e isso a duras penas os agricultores vêm conquistando passo a passo. Mas o que precisamos é que o estado tome decisões mais seguras, como o fim da terceirização da merenda escolar, de uma política do leite para a agricultura familiar, de mais incentivo e estratégia para o desenvolvimento dessa cadeia produtiva e outras atividades.

O governador vetou o projeto das pequenas agroindústrias familiares que estão agregando valor a duras penas e precisavam de um incentivo do estado.

Outro tema é o fim do ICMS das pequenas agroindústrias familiares, e isso já se discute há dois anos nesta Casa, mas não se tomou decisão. Então, precisamos da lei do cooperativismo, porque incluímos as pequenas cooperativas no projeto que foi retirado desta Casa. O estado precisa ter uma política para incentivar o cooperativismo, principalmente o pequeno cooperativismo precisa de suporte e apoio do estado.

Assim, se o governador chega aqui e não vê problemas porque o estado vive um bom momento, mas queremos que tenha uma estratégia clara e segura na perspectiva de futuro, seja de infraestrutura ou de investimentos em setores que estão justamente a duras penas com muita luta fazendo esse papel do desenvolvimento do nosso estado.

Portanto, viemos a esta tribuna reclamar e exigir que o estado necessita de intervenção estratégica nesse conjunto de setores, pois vemos o governo federal investindo R\$ 28 mil de subsídios para o agricultor fazer a sua casa, mas o estado está há três anos discutindo a participando com R\$ 5 mil e ainda não decidiu. Então, as coisas são muito demoradas. E o estado não está dando conta desses grandes desafios que terá pela frente para continuar crescendo, gerando emprego, produzindo alimentos e melhorando a vida do seu povo.

Então, queremos aqui ver o governador apresentar essas grandes estratégias, ou seja, resolver os problemas da educação, da saúde, dos professores, pois dá 2% agora, 2% depois e outros 4% lá em dezembro do aumento dos 8% do piso dos professores.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch!

A próxima oradora inscrita para falar é sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentá-lo, presidente. Cumprimentar todos os deputados, todos que nos acompanham pela TVAL da Agência AL Notícias.

Quero dizer que 2014 inicia e desejo um bom ano a todos os catarinenses. Sempre que começamos o ano firmamos o nosso pensamento para que esse ano seja extremamente positivo. E quero assim também fazer no sentido de oferecer esse sentimento aos catarinenses.

Quero iniciar a minha fala continuando exatamente a partir da fala que o meu colega deputado Dirceu Dresch manifestou, terminando a sua fala mencionando a figura essencial nesse estado, a figura dos nossos educadores. E é com profunda tristeza que inicio meu pronunciamento neste ano legislativo, 4º do meu mandato, falando de uma pauta que iniciamos ainda em 2011, que é a luta histórica, guerreira, dos nossos educadores.

Falo isso porque o governo de Santa Catarina anunciou um reajuste de 8,5% ao piso do Magistério catarinense, que chega neste ano a R\$1.697,00.

De fato esse é o piso do Magistério catarinense. Nesse período de recesso conversei com muitos empresários, microempreendedores, profissionais liberais, que falavam muitas vezes qual é o salário que pagam aos seus profissionais mestres de obra, carpinteiros, pedreiros, motoristas, administradores, gerentes. E não ouvi de nenhum desses empresários que algum desses seus trabalhadores recebe menos do que R\$3 mil, deputado Valmir Comin. Inclusive, todos enaltecem que hoje precisam melhorar a remuneração dos trabalhadores, porque precisam ter um profissional bem qualificado, bem remunerado, para que a sua empresa possa crescer e produzir bons resultados. Se fizermos esse contraponto com o Magistério catarinense, não percebemos essa realidade, eis que R\$1.697,00 é o piso para os professores com 40 horas, que atuam no Magistério pela manhã, tarde ou um turno durante o dia e um turno durante a noite, que realizaram o ensino médio.

Para os professores de graduação, especialização, mestrado e doutorado não há nenhuma lei que determine e que obrigue o estado ou os municípios a de fato garantir um percentual como temos lutado para que este percentual chegue no mínimo 50% acima desse piso no início de carreira para a graduação, 75% para especialização sobre o piso e 100% para mestrado e doutorado.

Portanto, temos a seguinte situação em Santa Catarina: o governo larga foguetes e diz que está pagando o piso e oferece aos nossos educadores 8,5%, parcelados entre 2% em janeiro, 2% em julho e 4,5% em dezembro, a ser recebida pelo próximo governador do estado de Santa Catarina a maior parcela do percentual de reajuste.

Portanto, o governo atual vai terminar o seu mandato sem sair da compactação da tabela, ou seja, do achatamento da tabela salarial, que permite que professores em início de carreira e final de carreira tenham praticamente a mesma remuneração. É como se eu me dedicasse a minha vida inteira estudando, qualificando-me, fazendo pesquisas, produzindo teses, especializações, qualificações, formação continuada e tivesse um pequeno reajuste ao final da minha vida funcional, deputado Kennedy Nunes, e eu me aposentasse ganhando quase o que ganha um professor em início de carreira. Esta é a realidade da Educação em Santa Catarina.

Então, quero dizer que não há o que comemorar. E confesso que ontem, quando o governador Raimundo Colombo falou com muita simplicidade, com muita leveza, como é o seu estilo, quando falou no Magistério, de vários indicadores positivos, fiquei me perguntando lá na minha cadeira por que então este estado que tem tantos indicadores positivos não consegue pagar decentemente os seus professores. Por quê?

Por que, sr. governador, se temos um crescimento na receita, se a indústria está bem, o estado tem o segundo maior PIB do país, como se explica que possamos ter um dos piores salários do Magistério brasileiro? Eu

ainda não consegui ter respostas para essas perguntas.

Então, quero dizer que o meu posicionamento como professora e como deputada estadual é muito claro. Este governo fala bem da economia, mas ignora a valorização do Magistério.

Outra fala que chama atenção, que nenhum momento vem com mais clareza, é com relação às faltas que o Magistério teve no ano passado. Todos sabem que o Magistério é uma carreira nacional, e no ano passado os educadores de Santa Catarina, de forma solidária e justa, aderiram a uma campanha nacional de luta pela valorização dos professores, paralisando as atividades por um período de três dias, se não me falha a memória, mas esses três dias estão custando a carreira do Magistério. O governo não quer discutir o abono dessas faltas. Não foi uma greve à la vontê, foi uma paralisação pela luta, pela dignidade da educação. O governo não quer discutir o abono das faltas, portanto, prejudica a progressão da carreira do Magistério catarinense.

Por último, no mês de janeiro, tive a grata felicidade de ficar vários dias em companhia da minha família, em Florianópolis, e cansei, deputado Kennedy Nunes, de ver propagandas do Pacto pela Educação na nossa capital. Essas propagandas dão a impressão de que em todas as regiões de Santa Catarina as escolas estão sendo reformadas, pois é colocado que na Grande Florianópolis 75 escolas estão sendo reformadas. E o público que assiste a essas propagandas, e não é tão atento, constrói uma imagem de que em todas as regiões, como a minha região, o oeste de Santa Catarina, todas as escolas, a grande maioria, também estão sendo reformadas. Isso não é verdade. Não é verdade.

Ontem, o governador entrou em contradição no seu discurso quando disse que de 1.140 mil escolas no estado temos em torno de 200 sendo reformadas. Então, vale duas perguntas sobre esse assunto.

O que é reforma? É trocar uma lâmpada, é uma pintura ou é uma reforma completa? Mas mesmo assim o número expressa o que estou falando, chega a 17,5% o índice de escolas que estão sendo reformadas, segundo o governador.

Por último, o governador Raimundo Colombo termina o seu discurso dizendo que a cada dia uma escola está sendo construída, está sendo entregue, em nosso estado. Ora, essa conta também não fecha, porque se a cada dia uma escola está sendo construída ou reformada, significa que teríamos no mínimo em torno de 365 escolas no último ano.

Então, quero dizer que vamos permanecer este ano na luta pela dignidade dos nossos educadores, na luta pela valorização do Magistério, na melhoria da infraestrutura das escolas e na luta também pela garantia de 1/3 da hora/atividade que já está em lei, mas que, infelizmente, não foi ainda implantada na sua totalidade no estado de Santa Catarina.

E se o governo não prestar atenção, mais uma vez se acenará, infelizmente, para uma greve dos professores do estado de Santa Catarina. Creio que ninguém quer uma greve neste ano, sobretudo com um governo que está à prova e que precisa mostrar para que veio, especialmente na educação.

Obrigada, sr. presidente.

(Palmas)
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria, inicialmente, de saudar, em visita ao Parlamento de Santa Catarina, a vereadora Arlete Ramos, de Braço do Norte, acompanhada da sra. Olga Maria Koch Casagrande, presidente do Centro de Reabilitação Vida Humana, daquele município, juntamente com

Valdete Volpato Matos de Aguiar, secretária desse centro.

Tivemos uma audiência com o secretário Cândido, reafirmando o compromisso e o convênio desta Casa com a secretaria de estado de Assistência Social, implementada pelo governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Ribeiro, com relação ao Projeto Reviver, que em princípio tinha garantia de três meses dos recursos e que agora já está assegurado para o ano todo.

Por isso é um prazer, uma satisfação parabenizar essas pessoas benevolentes, com espírito abnegado de voluntariado que se dedica à causa pública e à filantropia, promovendo com isso um gesto bom com os mais necessitados.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente, gostaria também de registrar que foi sepultado na segunda-feira próxima passada, dia 3 de fevereiro, em Urussanga, Carlos de Lorenzi Cancellier, ao 86 anos.

Neto de imigrantes italianos que fundaram a colônia de Rio Maior, em 1878, Carlos foi um grande líder político que se elegeu vereador em Urussanga por duas legislaturas, ocupando uma cadeira na Câmara Municipal entre os anos de 1963 a 1970, durante a quinta e a sexta legislatura.

Viveu boa parte de sua existência na localidade de Rio Palmeira Alta, até se mudar para uma casa no centro de Urussanga, onde faleceu no último domingo, dia 2.

Profundo conhecedor da política catarinense, era chamado para campanhas eleitorais e com sua influência junto à comunidade arregimentava votos para os candidatos de seu partido. Grande número de amigos e familiares compareceu aos atos fúnebres que foram marcados por muita emoção e sentimento de pesar pela perda de um cidadão que muito lutou pelo seu povo.

Júlio Cancellier"

Esse cidadão Carlos de Lorenzi Cancellier que é avô do nosso grande jornalista Júlio Cancellier, é criativo, dinâmico, pujante, o que para nós é sempre motivo de muito orgulho e satisfação fazer parte do rol de amizade dessa família pela qual temos a maior e mais alta estima e apreço.

Eu tive a oportunidade de conhecer a casa já totalmente restaurada e recuperada, um patrimônio histórico e da humanidade que caracteriza na essência as raízes dos imigrantes italianos e, de maneira especial, a família Lorenzi Cancellier.

Por isso, é motivo de muita satisfação poder usar a tribuna para enaltecer um amigo de saudosa memória, Carlos de Lorenzi Cancellier, um grande líder político que deixou esta vida para um estágio posterior.

Sr. presidente, eu tive a oportunidade de acompanhar o pronunciamento do sr. governador do estado na tarde de ontem, quando leu a mensagem do governo. Eu vi, com muita expectativa e muito otimismo, o momento que vive Santa Catarina, um momento pujante e enaltecedor em que a sua economia vem sendo aquecida por consequência, evidentemente, sr. presidente Joares Ponticelli, da pujança, da determinação, da garra e do empreendedorismo do povo catarinense. Este é um estado eminentemente exportador e a valorização do dólar também favorece o aquecimento da economia em Santa Catarina.

Eu vejo com muita expectativa o momento que estamos vivendo da captação de recursos através do financiamento de mais de R\$ dez bilhões, fruto de um trabalho de gestão e de uma administração pública que é exercida com muita propriedade e seriedade, que se caracteriza pela condição de respeito e que dá segurança aos seus catarinenses. Porque não se consegue capitanear um processo e buscar R\$ 10 bilhões somente pela cor dos olhos do governador, do vice ou de seu *staff*. Consegue-se justamente pelo seu trabalho, pela segurança jurídica que essa equipe promove e pelo engajamento da máquina. E com isso aumenta-se a capilaridade e a capacidade de

endividamento do estado, que promove toda essa ação nas quatro vigas mestras do desenvolvimento do estado, alicerçado basicamente na infraestrutura, na segurança, na saúde e na ação social.

Eu tenho a convicção de que esses investimentos na linha de infraestrutura, principalmente, na questão da mobilidade, no entroncamento dos acessos possibilitando o escoamento da nossa produção aos portos que temos hoje em Santa Catarina, vão dar um impulsionamento da máquina e, consequentemente, da economia através da indústria, melhorando cada vez mais a renda *per capita* de todos nós, catarinenses.

Este é um exemplo de estado, pois no ranking de desemprego perde somente para Singapura, deputado Kennedy Nunes. Temos 3%, praticamente, de índice de desemprego no estado. Isso é uma referência não somente em nível de Brasil, mas também em nível mundial. E nós, do Partido Progressista, que estamos apoiando o governo Raimundo Colombo, temos a certeza e a convicção de que estamos no caminho certo, procurando o bem-estar e o desenvolvimento de todo estado de Santa Catarina.

Eu vejo com muita expectativa que as obras do PAC, até o final deste ano, deverão estar numa monta de, aproximadamente, 40 a 50% desses recursos. Até o momento foram investidos tão somente 8% desses investimentos. Evidentemente que a burocracia acaba travando toda essa situação, mas o governo pede celeridade em todos os procedimentos. Esperamos que a maior parte de todos esses convênios já esteja findada antes do período eleitoral para que possamos dar sequência na programação e no pagamento das parcelas na medida em que forem feitas as vitórias no local do trabalho e a liberação desses recursos.

Eu ontem conversava sobre a questão da barragem do rio Salto, lá em Timbé do Sul, uma nova vertente que adotamos via o ministério da Integração, pois estamos também adotando a política do que foi aprovado aqui nesta Casa, o chamado RDC - Regime Diferenciado de Contratação - que possibilita a antecipação dos prazos do cronograma, concomitantemente à empresa vencedora, a execução dos procedimentos das questões ambientais, sob a égide da legislação, evidentemente, mas com isso ganhamos tempo e não corremos o risco de incorrer na situação de postergar esse investimento, esses recursos, como já ocorreu nos anos passados. Trata-se de um investimento de mais de R\$ 100 milhões já assegurados pelo PAC e que teve a contrapartida do estado de Santa Catarina no que tange à questão das desapropriações e todos os procedimentos jurídicos para desencadear todo esse processo tão importante.

É uma reivindicação sonhada há mais de 30 anos pelo extremo sul do estado que além de dar segurança na regularização da vazão dos níveis de água em época de cheia e estiagem, vai dar amparo jurídico, sr. presidente, aos nossos agricultores, rizicultores, rizipsicultores, à indústria, ao turismo, que vai se desencadear em toda aquela região tendo em vista todo o complexo que lá estará estabelecido, além do que, agora, já com a empresa vencedora do processo licitatório da BR- 285, que liga Timbé do Sul a São José dos Ausentes, integrando esses dois estados e promovendo o escoamento de todo o noroeste do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Valmir Comin.

Com a palavra o último orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital. Gostaria de dizer que não faria uso da palavra no dia de hoje, mas acaba de

portar à mesa da minha bancada o jornal Gazeta de Joinville de hoje que traz na capa, como título de matéria a seguinte frase: "Será que o Udo mentiu?" Essa matéria refere-se não apenas ao corte que o prefeito Udo Döhler fez na lista de espera de pacientes que estavam há cinco para consultar com um especialista, mas também mostra uma situação extremamente delicada que está ocorrendo em Joinville neste início de ano.

Ontem os moradores do bairro Jardim Paraíso fecharam a rua depois de ficar 15 dias sem água; toda quarta-feira estão ocorrendo protestos nas ruas por conta do aumento da passagem acima da inflação; ontem houve o fechamento do posto de Saúde do Jardim Edilene, porque a prefeitura não consegue entregar o novo prédio - e essa obra foi alvo da campanha do prefeito eleito, que criticava o ex-prefeito por pagar aluguel do posto fechado, mas que até hoje continua fechado; também os enfermeiros do Hospital São José cruzaram os braços porque havia mais de 100 pacientes nos corredores e apenas seis enfermeiros para trabalhar.

Então, temos uma situação bastante complicada em Joinville, sr. presidente, e com relação à matéria do jornal, apenas para explicar aos catarinenses que estão nos acompanhando, gostaria de explicar.

O Ministério Público estadual entrou com uma ação contra a prefeitura para exigir que ela atendesse e, por conta do atendimento, diminuísse a fila, principalmente de reumatologia, uma fila enorme em que pacientes estavam e estão esperando há mais de cinco anos para serem atendidos. Gente com fibromialgia, por exemplo, que é uma doença muito dolorida, difícil, e precisa ser tratada.

O dr. Roberto Lepper, juiz da comarca de Joinville, bloqueou os recursos do Fundo Municipal de Saúde, deputado Joares Ponticelli, exigindo que a prefeitura atendesse às mais de três mil pessoas que estavam na fila de espera. Se não houvesse o atendimento, o dinheiro iria ser bloqueado.

Deputado Valmir Comin, agora o Ministério Público está investigando o documento que o prefeito Udo Döhler mandou para o juiz, que diz que a fila já foi zerada.

Quando se diz que a fila diminuiu, ou que já foi zerada, entende-se que as pessoas foram atendidas, certo? Aliás, era uma promessa do então candidato Udo Döhler zerar as filas com especialidades médicas.

Ao se falar em zerar as filas, tínhamos a posição do cheque consulta, de se fazer convênio com clínicas particulares para atendimento dos cidadãos. Se não tem no serviço do SUS, paga para que o cidadão seja atendido, porque ele precisa ser atendido. Mas a metodologia que o prefeito Udo e seus parceiros de governo decidiram usar para diminuir a fila foi eliminar as pessoas da fila. E o Ministério Público agora está investigando isso, porque eles mandaram um documento dizendo que não tem mais gente na fila. Só que as pessoas, três mil e poucas pessoas que foram tiradas da fila, começaram a reclamar, pois não foram consultadas para serem tiradas da fila e continuam esperando. E há mais de cinco anos esperam na esperança de serem atendidas agora em 2014, mas o posto de saúde comunica que a pessoa foi eliminada, tipo Big Brother.

O prefeito sentou-se lá, um dia, e decidiu zerar a fila. Foi uma promessa de campanha, então, zerou a fila tirando as pessoas da fila.

Estou falando algo que está aqui no jornal e que é uma ação de investigação do Ministério Público. E segundo a promotora dra. Simone Cristina Schultz, da 15ª Promotoria de Justiça, de Joinville, está ligando para cada uma das pessoas que foram tiradas da lista de espera para perguntar se foram consultadas sobre terem sido atendidas ou não, se desejam renovar ou não. Elas respondem que estão esperando essa ligação há cinco anos para serem atendidas.

Agora, o Ministério Público, tendo confirmado essa aberração, essa mentira, essa afronta a uma decisão da Justiça, promete fazer uma ação criminal contra o prefeito Udo Döhler e contra o secretário da Saúde, Armando Filho, por conta dessa mentira que teriam feito para a Justiça e desrespeito com o cidadão que espera há tanto tempo na fila.

Quando eu falava do cheque consulta, era para dar a possibilidade de a pessoa ser atendida numa clínica particular. O prefeito falava em zerar as filas, mas ele nunca disse que zerar as filas era excluir as pessoas tipo Big Brother. E pior do que isso é ver essa ação no Hospital São José, dos enfermeiros cruzarem os braços por conta de não terem condições de atender a tantas pessoas.

Da falta de água no Jardim Paraíso, no Itinga e, conseqüentemente, em Araquari, porque a Companhia Águas de Joinville abastece lá, também em relação ao aumento da passagem, do ITBI, do ISS, assim, a situação dos microempresários está complicada em Joinville. Sorte de

Joinville é que o governo do estado está fazendo a sua parte.

Ontem mesmo o governador esteve em Joinville para inaugurar obras do estado, assim como a colocação de ar-condicionado no Hospital São José e o asfaltamento da rua Tuiuti, com recursos de financiamento.

Por isso, fico olhando e só observando, Enquanto a comunidade continua esperando as ações do, então, gestor que entraria na prefeitura e que faria. E o prefeito Udo Döhler ainda continua dizendo que para a saúde não falta dinheiro, falta é gestão. Ele esquece que está um ano como gestor da saúde e não resolveu o problema. Aliás, está resolvendo, sim, deixando as pessoas sem serem consultadas, excluindo-as, como se fosse algo assim: reumatologista pode tirar, esse não precisa, não precisa anunciar, gente pobre não precisa.

Acho que para ele uma pessoa pode esperar cinco anos por uma consulta. Claro, ele é acostumado a gerir o Hospital Dona Helena, que é todo particular, que vai rápido, mas as questões não estão sendo feitas assim, não.

Quero ver o desfecho dessa ação do Ministério Público, para eu confirmar que o prefeito Udo Döhler mentiu para a Justiça ao dizer que teria consultado as mais de três mil pessoas que foram extirpadas da lista de Schindler, porque ele transformou a lista da saúde, a lista de espera, em uma lista de Schindler. É ele que resolve quem vive e quem morre. É uma vergonha.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 06 DE FEVEREIRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham neste plenário, bem como pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Assomo a esta tribuna até porque ontem, no pronunciamento que fiz aqui, mostrei um jornal que publicava uma série de ações feitas nesta semana, em Joinville, com relação a várias manifestações, como falta d'água, aumento da passagem, superlotação no Hospital São José, mas o que mais trouxe repercussão foi a chamada lista de Schindler de Joinville, do prefeito Udo Döhler.

Deputada Angela Albino, v.exa. acredita que o dr. Roberto Lepper, um juiz de Joinville, disse para a prefeitura que, se não diminuísse a fila de espera de consultas com especialistas principalmente na área de

reumatologia, iria bloquear o dinheiro do Fundo Municipal da Saúde, que tem hoje R\$ 130 milhões em caixa?

Aí a prefeitura respondeu ao juiz dizendo que eliminou 3.600 pessoas e que a fila quase não existia. Então, todo mundo ficou contente, porque a prefeitura deu um jeito em resolver o problema de 3.600 pessoas que estavam na fila há cinco anos.

O problema, deputado Sandro Silva, v.exa. que é de Joinville sabe, pois está acompanhando de perto, é que o Ministério Público começou a investigar e agora é alvo de uma investigação que pode resultar numa ação criminal ao prefeito Udo Döhler. E se isso acontecer é passível de improbidade administrativa, sendo ele colocado para fora do cargo.

Deputado Padre Pedro Baldissera, o Ministério Público está descobrindo que as pessoas que a prefeitura disse oficialmente ao juiz que saíram da fila não é porque foram atendidas, é porque foram retiradas. É a lista de Schindler.

Ontem, mostrei aqui o jornal *Gazeta de Joinville* que traz essa matéria, inclusive com a posição da procuradora do Ministério Público Estadual, doutora Simone, que relatava que, se comprovada a mentira da prefeitura, vai entrar com um processo criminal contra o prefeito.

Aí alguns torcedores do prefeito me criticaram dizendo que estou fazendo demais, estou alardeando aquilo que não é verdade, que o jornal *Gazeta de Joinville* só mete o pau no prefeito e que não teria veracidade isso.

Então, se o Jornal *Gazeta de Joinville* só mete o pau no prefeito, se o deputado Kennedy Nunes está fazendo mais do que eu, eu gostaria que a assessoria colocasse o vídeo dessa matéria, que é outro órgão de imprensa, que vai fazer com que os catarinenses possam assistir e entender melhor o que está acontecendo em Joinville com a lista de Schindler do prefeito Udo Döhler.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

O que dizer?

A deputada Angela Albino lembrou muito bem que essa lista de Schindler é do mal. Aquela outra era do bem, pois quem entrava na lista não morria, era salvo. Lá em Joinville é a lista de Schindler do mal. E vi a tranquilidade com que o homem do governo falava em relação à coisa, com uma expressão como se estivesse em casa contando uma história de pescador, dizendo que se faz assim: "passa a régua". Aonde vamos chegar?

Deputado Dado Cherem, v.exa. que já foi secretário da Saúde deve ficar muito revoltado como todos os catarinenses ao ver uma situação dessas daí, pois os homens do governo não tiveram nem coragem de ir à RBS para dar uma resposta. Colocaram o homem e disseram: "passa a régua". Lá em Joinville está difícil, porque para garantir atendimento na Saúde a pessoa tem que se acorrentar em frente à prefeitura. E agora o prefeito diz "passa a régua".

Quem está dizendo sobre essa investigação não é apenas a imprensa, mas o Ministério Público estadual que está investigando. E comprovada a mentira da prefeitura será aberto um processo criminal contra o prefeito e o secretário da Saúde por mentir à Justiça.

Deputado Gelson Merisio, "passa a régua", é assim. As pessoas esperando cinco anos. O prefeito tem pessoas há cinco anos na fila de espera disse que iria diminuir a referida fila com especialistas. O prefeito Udo Döhler diz: "passa a régua"!

Quero terminar a minha fala de hoje tão indignado como todo mundo está em Joinville e, com certeza, em Santa Catarina com esse tipo de gestão "passa a régua".

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, vejo um copo de água aqui que está cheio, deputada Angela Albino, e falta água em Santa Catarina. Se pegarmos aqui o que aconteceu no estado nos últimos tempos é extremamente preocupante a quantidade de cidades que tiveram falta de água.

Penso que chegou o momento de o governo do estado pensar seriamente sobre uma nova proposta de fortalecimento da Companhia Catarinense de Abastecimento de Água - Casan.

Ontem, inclusive, estivemos com uma comitiva de lideranças do município de Concórdia tratando desse assunto. E apresentei nesta Casa uma indicação em relação ao abastecimento de água naquele município. Entretanto, o problema não se restringe apenas à nossa querida cidade de Concórdia. Sabemos que a precariedade no abastecimento de água e manutenção do sistema abrange praticamente o estado todo de forma muito preocupante. E se abirmos os jornais iremos encontrar reportagens falando de problemas relacionados à água em vários municípios do estado.

Aqui na Capital tivemos problemas, assim como em Concórdia, Pinhalzinho, Chapecó e tantos outros municípios.

No caso específico do município de Concórdia a história entre o município e a Casan começou no ano de 1970, quando foi assinado o primeiro contrato de concessão para o abastecimento de água. De lá para cá esse primeiro contrato foi renovado no ano de 2000, mas o serviço continua precário e tem acumulado perdas para a comunidade.

Consta no contrato, como principais deveres da Casan, prestar serviços de modo adequado ao pleno atendimento dos usuários, garantir a modernização das técnicas, equipamentos e instalações, bem como a conservação. Além disso, o contrato cita que a tarifa somente seja aumentada quando a atitude trazer melhorias para os usuários. E o dado é que as tarifas vêm normalmente, a conta vem cheia no final do mês, mas a dona-de-casa abre a torneira e muitas e muitas vezes não consegue a preciosa água.

Há também os constantes desabastecimentos em virtudes de vazamentos, inclusive com canos e tubulações rompidas, ou seja, as ações se fazem urgentes.

Ontem, mais uma vez estivemos na Casan, onde foi sinalizado que está em andamento um processo de eficiência energética, já aprovado pela Anel, em parceria com a Celesc, para melhorar o sistema. Há também outros investimentos já acertados, por exemplo, o sistema de esgotamento sanitário em Concórdia, com R\$ 25 milhões do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal, mas cujos projetos ainda a Casan não apresentou de forma adequada para a sua efetiva liberação.

O que vem acontecendo com a situação da água? Citei mais especificamente o município de Concórdia, mas os demais municípios do nosso estado estão sendo atingidos também, e isso faz com que, repito, o governo tenha que tomar uma atitude mais forte com relação às ações que precisam ser resolvidas, encaminhadas, para o fortalecimento da empresa de água.

É bem verdade que existem os que defendem a municipalização, também os que defendem a privatização, e este é um debate que está colocado na sociedade, mas na verdade existe uma empresa pública, existe a Casan, e onde ela atua, onde ainda está atuando, ela precisa atuar de forma a ampliar o abastecimento.

Nós sabemos que houve um período muito quente, de muito calor, que vieram muitas turistas para o nosso estado, portanto, parte disso se justificaria, mas sabemos também que a falta de água ocorreu em cidades que não teve muito fluxo de turistas, como as que já citei anteriormente. Sabemos que a Casan tem um número reduzido de pessoal, às vezes uma bomba de recalque de água quebra e fica um dia, dois dias sem concerto, porque não tem peça para reposição.

No final do ano passado, o Ministério Público de Concórdia entrou com uma ação, houve encaminhamento que a Casan iria disponibilizar três caminhões pipas, ficou apenas um, e não tinha motorista para conduzir o caminhão. Esta é sem dúvida a preocupação dos catarinenses que estão olhando de forma perplexa o atendimento que está se fazendo em algumas cidades.

No caso específico de Concórdia, repito, que foi inclusive objeto ontem dessa audiência na Casan, os anos que a Casan lá atua, o contrato que tem, o convencimento que fez no ano 2000, deputado Sargento Amauri Soares... E no dia 27 de dezembro, faltando três dias para encerrar o mandato da gestão que estava no governo, faltando três dias para que assumíssemos a prefeitura, pasmem os senhores, este contrato foi renovado às pressas, com promessas de que os investimentos seriam feitos, mas até hoje não foram realizados.

Estamos na expectativa, quem sabe dando mais um voto de confiança naquilo que nos foi dito ontem na audiência com a Casan, que os investimentos estão sendo pautados para serem feitos. Mas sem dúvida nenhuma com grande desconfiança daqueles que nos últimos anos têm feito diversas promessas e poucas sendo realizadas nesse sentido.

Por isso nós apelamos ao governo do estado que olhe para a Casan, uma empresa importante e estratégica para Santa Catarina, enfim, que faça os investimentos necessários. E digo mais: os movimentos que existem de municipalização em alguns locais partem inclusive dos vereadores que fazem parte da base do governo estadual. É sinal de que a própria base do governo está descontente, imaginem, então, quem não está na base do governo, principalmente a dona-de-casa, que abre a sua torneira e não encontra água.

Portanto, entendemos que as ações precisam ser feitas de forma urgente.

O sistema de abastecimento de água em Santa Catarina precisa de melhorias, de ampliação, de mais investimentos. A nossa empresa Casan precisa de mais gente, de mais equipamentos, de uma disposição firme, política de fortalecê-la, para que fortaleça, conseqüentemente, o atendimento que presta aos nossos municípios.

E o apelo que fizemos pela água em Santa Catarina é o apelo também das cidades que têm tido o problema também de falta de água e que talvez gostassem de estar aqui neste momento manifestando-se.

Então, deixo este apelo para que essas melhorias sejam feitas.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sra. deputados, demais pessoas que nos acompanham nesta manhã de quinta-feira, quero aqui fazer referência ao pronunciamento

de ontem do deputado Ismael dos Santos, ocasião em que falava sobre o combate, sobre a prevenção ao uso de drogas no estado de Santa Catarina, dos êxitos que têm tido nessa política, segundo avaliação do próprio deputado, e também do aparte do deputado Nilson Gonçalves acerca deste mesmo assunto, ressaltando a necessidade de se investir mais pesadamente no combate ao tráfico de drogas ou à facilidade com que crianças e adolescentes têm para tomar contato com o tráfico de drogas.

O deputado Nilson Gonçalves, que conhece a situação e por certo falou com propriedade, disse que traficantes ou comercializadores, comerciantes de entorpecentes, de drogas estão cercado hoje as escolas nas nossas cidades, inclusive, nas pequenas cidades, assediando crianças e adolescentes.

Nós já falamos a respeito disso aqui, o deputado Nilson Gonçalves recorria à necessidade de policiamento nas escolas, já falamos também sobre isso e concordamos com essa tese. Aliás, há muitos anos o próprio Magistério, os próprios profissionais da educação requerem a presença de profissionais da segurança nas escolas, inclusive porque os próprios professores e professoras, muitas vezes, são ameaçados e atacados fisicamente por estudantes quando são admoestados de que não podem usar, comercializar ou exibir drogas no interior das escolas.

Há muitos anos, antes de eu ser deputado, na época do então governador Luiz Henrique da Silveira, foi criado o programa para a Segurança Pública de contratação dos servidores aposentados. E há a convocação desses para trabalhar em diversos órgãos, os quais estão cumprindo uma função importante e estão trabalhando, são voluntários, recebem 1/3 da remuneração que recebiam na ativa, a mais, evidentemente, para fazer esse trabalho.

À época eu sugeri essa convocação e defendi essa possibilidade de colocar policiais nos colégios públicos estaduais para garantir mais segurança para os profissionais que lá trabalham e para as crianças e adolescentes que lá estudam e precisam ser protegidos de drogas nos arredores ou, inclusive, dentro da escola.

Eu nem consigo chamar de traficante aqueles meninos que vão repassar drogas nas escolas, porque os traficantes mesmo estão em outros ambientes muito mais luxuosos, em escalões altos da sociedade brasileira, mas esses meninos já corrompidos pelas drogas acabam corrompendo todos os outros meninos e meninas todos os dias, por isso é preciso que existam políticas de prevenção mais efetivas, e uma delas teria o objetivo de garantir profissionais de Segurança Pública devidamente preparados para fazer esse combate.

Gostaria de fazer referência ao pronunciamento de ontem do deputado Dirceu Dresch, que falava da seca no alto vale. A safra de cebola já não foi boa, por causa da estiagem, e agora a safrinha do milho, que vem depois da cebola, bem na época de florescer, está com as folhas encarquilhadas, como um charuto, olhando para o céu, e não vem uma gota de água.

Então é preciso que haja uma atenção das autoridades do setor e do governo do estado para que estes agricultores não fiquem no prejuízo porque isso, com certeza, incentiva o abandono do campo.

Mas gostaria de referir-me novamente à ocupação dos sem-terra, dos sem-teto, no norte da Ilha da Magia, aqui em Florianópolis, chamada Amarildo de Souza.

Estive ontem no local, convidado pelas lideranças, juntamente com o juiz agrário

dr. Jefferson Zanini, que por sua vez foi acompanhado pelo ouvidor do Incra, Fernando Rodrigues de Souza. Além das pessoas acima citadas estavam presentes integrantes da comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, entre outros, como Afrânio Bopré, Mateus, Tiago Silva, Ed e Paulo Berri.

Durante a visita vimos uma massa considerável de trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias, que residem nesta Grande Florianópolis há várias décadas e que fazem parte da classe trabalhadora que tem ajudado a construir esta cidade, e não venha dizer que vieram de fora e que por isso tem menos direitos, pois o mesmo ocorre com muitos deputados desta Casa, inclusive eu, que vim de Imbuia há 28 anos, como soldado da Polícia Militar fazer a segurança pública dos turistas e dos cidadãos florianopolitanos. Temos boa relação com o prefeito César Souza Junior, inclusive o elogiei, dizendo que ele é um especialista em pegar as melhores ondas, politicamente falando, mas algumas vezes ele erra, e uma delas foi a questão dos médicos, que ele inicialmente foi contra e depois recuou, por isso, ideológica e programaticamente falando não há como deixar de fazer uma observação.

Ouvi o prefeito César Souza Júnior se pronunciando desta tribuna na legislatura anterior por duas vezes dizer que Florianópolis tinha que se preparar para fazer turistas para os ricos da Europa e dos Estados Unidos.

Esta é a ideologia que se pretende implementar na capital, e tem a ver, inclusive, com o que chamam de Plano Diretor - e que, na verdade, nem é um plano diretor; na verdade, é somente a autorização para aumentar a altura dos prédios em algumas regiões - e com o aumento do IPTU. Porque Florianópolis não pode ser para os remediados, para aqueles que vieram de Lages, Chapecó, Imbuia, do interior do Paraná e do Rio Grande do Sul, e não vieram na semana passada.

Aliás, não viemos na semana passada! E foi essa massa do povo pobre da região sul e do interior do estado de Santa Catarina que construiu aqueles prédios luxuosos na Beira Mar e aquelas mansões espetaculares do norte da ilha, de Jurerê Internacional. E o mesmo grupo de Jurerê Internacional, o Habitusul, queria aquele terreno onde estão os pobres trabalhadores que construíram, e constróem todos os dias, esta cidade, e que está localizado em Rationes, Vargem Pequena, para fazer um campo de golfe para os ricos da Europa e dos Estados Unidos.

Ora, essa elite catarinense e florianopolitana tem que deixar de querer que Florianópolis seja o Dubai, tem que deixar de pretender que seja o Principado de Monte Carlo e tem que entender, engolir e aceitar, de forma não preconceituosa, que existe pobre nesta cidade - e que, aliás, são os que carregam cimento todos os dias, os que juntam o lixo todos os dias, os que trabalham de garçom todos os dias para servir essa população inteira - e que é melhor ter a produção de hortaliças. Porque este é o propósito: fazer a produção de hortaliças sem agrotóxico lá naqueles 600 ou 900ha. E um campo de golfe também não cumpre a sua função social, na nossa avaliação.

Vai haver uma audiência de conciliação amanhã, às 13h, e o juiz agrário está convidando - e fez questão de dizer isso - todos nós, deputados, para acompanhar a audiência de tentativa de conciliação na Justiça catarinense.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, pela sua manifestação.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista, que fez uma troca com o Partido dos Trabalhadores.

Portanto, com a palavra, o deputado Dirceu Dresch, que vem do oeste, é ex-prefeito e tem bastante experiência, por até onze minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente em exercício, deputado Kennedy Nunes, que conduz esta sessão, queremos agradecer ao líder do Partido Progressista, deputado Valmir Comin, que nos proporcionou essa troca de horário.

Hoje estamos vivendo um grande momento do nosso partido, com um grande encontro de planejamento de conjuntura e estratégia.

Então, também vamos nos dirigir a esse encontro e debater esse tema da participação e da construção do nosso partido, com o desenvolvimento de Santa Catarina. Vamos discutir os projetos, as políticas, as propostas e os investimentos que também o nosso governo federal está fazendo, e vai fazer, neste estado, especialmente com a participação de mais de 10 bilhões de investimentos em financiamentos e em apoios a projetos, e que o governador Raimundo Colombo trata no Pacto por Santa Catarina.

Então, vamos fazer esse debate hoje e amanhã para discutir a nova direção do novo Diretório Executivo do nosso presidente eleito, Cláudio Vignatti.

Sr. presidente, nós ainda não tivemos a oportunidade de ser prefeito de algum município do estado, embora pudesse ter sido já por muitos momentos do nosso município de Saudades. Mas a nossa opção sempre foi fazer uma atuação em nível de estado, de movimento sindical e de movimento social. E nesse período em que estamos exercendo o nosso mandato temos ajudado muito os nossos municípios, os prefeitos, os vice-prefeitos e os vereadores no trabalho árduo das nossas prefeituras de lutar pelos nossos municípios catarinenses, especialmente pelos pequenos municípios.

Mas quero, em nome do nosso partido, tratar de um assunto relacionado principalmente à nossa alimentação especial, que é o leite, mas não só do alimento importante especialmente para as nossas crianças, à nossa população, deputado Mauro de Nadal, mas também para a economia catarinense, pois a cadeia produtiva do leite é muito significativa no nosso estado.

Gostaria de falar de dois grandes eventos que tratam desse tema, um deles o Itaipu Rural Show, promovido pela Cooperitaipu, que terminou no último final de semana. Na próxima segunda-feira teremos a abertura também do CDA da Alfa, em Chapecó, onde a Cooperalfa também faz o seu evento demonstrando todas as tecnologias, todas as atividades da agricultura, as alternativas, as perspectivas, essa diversidade que é a economia agrícola do nosso estado, que também foi demonstrada neste grande evento, em Pinhalzinho, e que acontece todo ano, em janeiro, que é o Itaipu Rural Show.

Mas quero entrar no debate do leite, que é um tema mais específico do evento. Participamos, inclusive, de um seminário da pesca enquanto presidente da comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa, lá tivemos a presença do ex-ministro Altemir Gregolin.

Então, falando da questão do leite hoje em Santa Catarina significa estarmos

falando de milhares e milhares de pessoas que se alimentam com esse produto não só aqui no Brasil, mas também fora do nosso país. Inclusive, estamos aumentando a exportação de leite nesses últimos anos, especialmente em 2013. Até tivemos um aumento dessa exportação e também na exportação de leite em pó, principalmente para a Venezuela.

Na economia dos nossos pequenos municípios o leite tem um peso extraordinário hoje. São milhões e milhões de recursos que entram nos municípios, aos nossos agricultores produtores de leite, além da geração de imposto, além das atividades da indústria, principalmente pequenas indústrias que vão se construindo em torno dessa cadeia produtiva do leite.

E a perspectiva de 50% das indústrias que atuam nesse setor é de entender que também vamos ter uma redução de preço no mês de janeiro. Há uma preocupação no setor, e acompanhamos várias matérias, várias notas na imprensa, que apontam essa preocupação com a redução do preço, mas também quero discutir aqui o porquê disso. Em segundo lugar, essa redução de preço acontece também porque chegamos ao mês de agosto e setembro do ano passado num preço jamais visto no leite no nosso estado e na nossa agricultura.

Só para se ter uma ideia, chegamos ao mês de dezembro, senhores e senhoras que nos acompanham, 17% acima do preço do leite do ano passado, em 2012. Então, o leite, mesmo caindo, em alguns casos caindo 20 centavos, tivemos ainda um preço acima.

Isso quer dizer que o leite estava num valor muito acima daquele dos últimos anos, motivado pelo aumento do consumo interno e especialmente também pelo aumento da exportação do leite no nosso país.

Então, devemos ter ainda essa redução no mês de janeiro, voltando a ter um preço melhorado especialmente a partir do mês de março, quando normalmente acontece.

Então, temos uma redução de consumo no final de ano quando as pessoas entram em férias, e as crianças acabam não consumindo tanto leite, consomem outros produtos. Isso é tradicional no final de ano em relação ao leite. Mas queremos dizer que a cadeia produtiva do leite, o preço do leite, continua ainda extremamente atraente. É claro que temos situações que nos preocupam, especialmente tecnológicas, que acompanhamos e citamos aqui. Não podemos também levar a questão da tecnologia a uma situação insustentável principalmente para a agricultura familiar.

Temos uma grande preocupação com a genética de ponta. São animais extremamente vulneráveis que produzem muito, mas que têm uma vida útil muito curta, pois há problemas de doenças sanitárias, especialmente aquele animal que precisa comer muita ração e também produtos fora da propriedade.

Então, isso é preocupante, com certeza. Temos que ter cuidado com isso, porque a nossa perspectiva na agricultura, especialmente com o leite, é produzir a um custo baixíssimo, com a possibilidade de competição muito alta, mas não um leite com alto custo, pois em qualquer crise a nossa agricultura familiar não teria condições de competir nesse espaço.

Para mim, esse é um grande desafio que temos pela frente. Há possibilidade de crescermos muito nessa cadeia produtiva, com muitos novos agricultores, especialmente agricultores familiares.

Assim, o Brasil, no segmento de continuar melhorando a renda dos municípios,

das famílias de agricultores, das famílias pobres começando a consumir leite, terá um grande mercado consumidor ainda aberto para ampliar a sua produção e consequentemente melhorar o conjunto da economia catarinense.

O próprio governador citava essa produção como uma das atividades centrais em Santa Catarina. E isso é real. Agora, também sempre defendemos que o estado brasileiro tem que ter política pública para esses setores. Não é simplesmente a economia privada que se organiza e comanda. O estado tem que ter acompanhamento técnico, o estado tem que ter também, no caso das novas tecnologias, uma estratégia de atuação para que não exclua os nossos agricultores. Assim, precisamos de políticas de incentivo.

Lamentavelmente já estamos aqui seis anos, sete anos discutindo projetos que foram aprovados nesta Casa, mas infelizmente alguns deles foram vetados. Esperamos que o estado tenha uma política de capacitação, de incentivo nesse sentido.

Estamos lutando para ter um laboratório público de análise de leite em Pinhalzinho, juntamente com a Udesc. Infelizmente não conseguimos ainda recursos para essa política. Hoje o custo é todo das famílias dos agricultores, mas poderíamos ter uma redução de custo, através desse laboratório. Não vamos desistir dessa luta, porque acreditamos que há ali uma perspectiva de ajudar ainda mais a nossa agricultura familiar.

Então, estamos otimistas mesmo com essa redução de preço, em nossa avaliação temporária. A cadeia produtiva do leite tem muito a ampliar, a melhorar, mas sempre com o grande cuidado de construirmos um projeto com política para esse setor que possa incluir e não excluir a nossa agricultura familiar, como aconteceu em outros setores, especialmente na suinocultura, quando em Santa Catarina perdemos mais de 50 mil produtores de suínos que foram excluídos, que migraram para a cidade, para outras atividades, e uma delas é a produção do leite.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Realmente essa é uma preocupação, mas com certeza esta Casa vai tratar desse assunto este ano.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, meu amigo de Parlamento, deputado Sílvio Dreveck, meu vice-líder que tive a honra de suceder, até pelo tempo que passou como líder desta Casa, num trabalho muito bem apreciado à altura.

Faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira para falar sobre um assunto recorrente, relacionado à questão da energia, dos apagões que se sucedem em nível de Brasil. E tivemos problemas sérios na maioria dos estados evidentemente por consequência do calor, do alto consumo, mas com certeza a falta de segurança na questão do planejamento na ação entre geração e distribuição dessa energia que, aliás, tem sido um ponto crucial dos governos que sucederam, que em determinado momento pararam de investir exatamente na macro geração, na macro transmissão e na macro distribuição de energia em todo o país.

Estou percebendo aqui a perda de energia que causa a distância de uma rede de

alta tensão. Isso com certeza traz um prejuízo sem precedente para a indústria nacional como um todo, para os consumidores, porque acaba encarecendo, elevando o preço. E aí pergunto o porquê de nessa ação estratégica do governo não promover o caráter regional através das fontes alternativas que temos em todo o Brasil.

Evidentemente que um país com dimensão continental como o nosso, de recursos naturais imensuráveis, precisa de uma política específica para desenvolver tecnologia. Um país de dimensão continental, um país emergente hoje concretizado junto com a China, África do Sul, Índia e Rússia, ainda é um país de um povo ordeiro, dinâmico trabalhador, mas que precisa de segurança jurídica para se estabelecer, para se certificar cada vez mais. Temos o exemplo de Santa Catarina que só perde na questão do emprego para Singapura.

Então, é uma referência que precisa ser exportada. Um país igual ao nosso não pode dispensar qualquer tipo de geração de energia, quer ela renovável ou não.

Eu fiz esse preâmbulo para chegar especificamente à questão de uma das bandeiras que foram elencadas por esta Casa, com muita propriedade, pelo ex-presidente Joares Ponticelli, hoje vice-presidente, no Parlamento gaúcho, onde proferimos uma ação dos dois governos que fizeram a sua parte dentro da questão tributária, permitindo e flexibilizando, dando segurança para que os investidores possam se estabelecer neste estado e que possamos desenvolver o jazimento do carvão, dando autonomia sem precisar depender da variação cambial.

Estamos correndo esse risco, nessa falta de planejamento, e até agora o governo federal não detectou e não disse qual foi a causa do apagão. E lá vi o Cobalchini tendo que se desdobrar, porque foi um daqueles que bateu severamente contra o carvão, tendo que se desdobrar para dar uma explicação que não convenceu todos os brasileiros. A pior tragédia é aquela energia que não existe, que não está disponível. Estamos na contramão do que acontece no planeta; 41% da matriz energética mundial é através do carvão.

A Alemanha, ambientalmente correta, como se estabelece, aumenta a sua matriz em mais de 5.800 megawatts a partir do carvão. Se lá pode, por que aqui não? É bem verdade que assumimos o compromisso no tratado de Copenhagen, de Kyoto, na redução de CO², mas não significa dizer que temos que alijar o carvão do processo. Há mais matrizes poluidoras do que o próprio carvão. A irresponsabilidade é tamanha ao ponto de chegarmos à situação desses apagões, enquanto poderíamos ter autossuficiência, abastecimento e poderíamos até exportar energia daqui do sul para todo o Brasil e para o Mercosul.

É preciso que o governo federal atente-se a essa questão. Dois leilões já se sucederam, e em março vamos ter um novo leilão. É preciso que se estabeleça um parâmetro de preço para dar competitividade a esse setor tão importante que poderá dar com certeza segurança jurídica para a indústria nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jorge Teixeira, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE TEIXEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, é um motivo de satisfação estar nesta tribuna no dia de hoje, apesar dos apagões que acontecem por todo o Brasil. E não são apenas apagões na

rede elétrica. A Petrobras dava satisfação à nação brasileira quando dizia que o petróleo era nosso, mas com esses desmandos até a Petrobras está em apagarão.

A assistência médica em todo o território nacional vive um apagão. O governo federal não está administrando bem o estado brasileiro, mas o nosso partido em nível nacional está bem, por conta de um deputado que foi cinco vezes deputado nesta Casa, o deputado Onofre Santo Agostini, ex-prefeito de Curitiba e hoje deputado federal, que no ano passado foi eleito o melhor deputado no Congresso Nacional pela revista *Veja*.

Então, para nós, do PSD, deputados do estado de Santa Catarina, termos um representante com a sabedoria do deputado Onofre Santo Agostini, de tanto tempo de Casa, de Assembleia Legislativa, com todos os funcionários, que foi presidente desta Casa, ter sido homenageado por trabalho, efetivamente, por trabalho, de discursos daquela Casa, por projetos apresentados naquela Casa, ser destacado como melhor parlamentar em nível de estado brasileiro, de nação brasileira, para nós é motivo de orgulho, apesar de tudo o que está acontecendo neste país.

Quero ressaltar também, como médico, que o deputado Onofre Santo Agostini entrou com uma lei, a Lei Teste da Linguinha. O que é a Lei Teste da Linguinha?

Os fonoaudiólogos procuraram o deputado Onofre Santo Agostini, porque na profissão da fonoaudiologia é muito importante que sejam observadas as pessoas que têm língua presa ao nascer. E a sociedade brasileira de pediatria já recomenda a todos os pediatras que estão na sala de parto que se atentem a esse detalhe. Porque a primeira coisa a observar quando a criança nasce é toda a parte neurológica e a orofaringe. A orofaringe é uma das regiões do nosso organismo que mais traz problemas no parto e vem genética mente.

Então, o deputado federal Onofre Santo Agostini fez uma lei que faz com que todas as salas de parto, no Brasil, estejam atentas à língua presa, ao nome língua presa. Porque isso vai trazer problemas de amamentação, problemas de fala, de respiração na criança, e é um detalhe fácil de resolver ao nascimento. É um detalhe que com uma pequena tesoura o médico corta o freio da língua, deixando-a solta, fazendo com que essa criança respire melhor, alimente-se melhor e chegue à fase adulta sem sofrer o *bullying* escolar.

Essa lei foi para o Congresso Nacional, foi para o Senado, e este ano deve ser aprovada em nível de Senado.

Então, quero aqui homenagear, através do tempo do PSD, esse grande cidadão catarinense, deputado federal, que eu tenho orgulho de tê-lo apoiado, junto com toda minha família e com todos os meus eleitores que puderam apoiá-lo.

Parabéns, deputado Onofre Santo Agostini, v.exa. orgulha o nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado. Faço minha as suas palavras.

É uma honra termos o deputado Onofre Santo Agostini como o melhor deputado federal do Brasil.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, quero saudar o deputado

eleito novo presidente desta Casa, Romildo Titon, que teve a aprovação de todos os deputados, já que foi constituído um acordo em que o deputado Joares Ponticelli e o deputado Romildo Titon dividiriam o mandato de um ano para cada parlamentar. E esse acordo foi justamente costurado com todas as bancadas.

Durante o ano inteiro de 2013 manteve-se aquela aprovação e no dia 3 de fevereiro, data da posse, estava bem expresso que havia ainda o total apoio tanto por parte dos parlamentares quanto por parte de prefeitos de diversos partidos e da sociedade que aqui lotou as galerias desta Casa, justamente trazendo o apoio ao deputado Romildo Titon.

Nós também queremos dar o apoio, desejar-lhe sucesso nessa nova empreitada e dizer que, sem dúvida nenhuma, estaremos ao seu lado para dar apoio a esse trabalho que, certamente, virá complementar o nosso.

Quero também cumprimentar o deputado Joares Ponticelli pelo brilhante trabalho que fez durante 2013. Articulou muito bem com todos os deputados, com a Casa, com o Poder Executivo, com a sociedade e representou muito bem a Assembleia Legislativa. E, sem dúvida nenhuma, toda a sua atividade traz orgulho para todos nós, parlamentares desta Casa.

Gostaria também de saudar o deputado Valmir Comin que no seu pronunciamento colocou as questões da energia do carvão como uma alternativa e uma forma de fazer as compensações. Ele tem defendido muito em seu trabalho parlamentar justamente o fato de incluir o carvão de Santa Catarina como uma das alternativas energéticas. Esse foi um trabalho que a Assembleia fez, que teve a aprovação de todos nós, mas que foi encabeçado, principalmente, por ele, pelo deputado Joares Ponticelli e pelos deputados do sul do estado.

Vejam que o Brasil tem várias alternativas de produção de energia, e seguramente elas são melhores e menos poluidoras do que o carvão, por exemplo, a energia elétrica produzida pela água, pelos nossos rios. E o rio Uruguai produz energia para todo o estado, e ainda exportamos energia para outros estados. Enfim, participamos do sistema nacional com a produção de energia que vem do rio Uruguai e seus afluentes e de outros rios que também contribuem para a geração de energia, seja com grandes hidrelétricas ou com PCHs, já que temos aí um grande número delas. Inclusive, há aqui na Casa grandes projetos de produção de energia de pequenas centrais hidrelétricas que ultrapassam os três mil megawatts, o que corresponde a três vezes uma usina de Itá.

Assim, as energias hidrelétrica, eólica e solar são muito boas. Porém, a energia solar irá ser produzida apenas quando houver sol, de noite não será produzida; a energia eólica será produzida apenas quando houver vento para isso, e ele é inconstante. Existem grandes correntes de vento que passam por Santa Catarina e já há várias estações de geração de energia elétrica. Nas regiões de Bom Jardim da Serra, São Joaquim e Urubici há vários projetos encaminhados e aguardando avaliação.

Aliás, quero saudar dois grandes engenheiros de Santa Catarina que produzem projetos nessa área, que são o dr. Adriano Jackson Gomes, de Joinville, e o dr. Valter Torrezani, de Blumenau, que têm empresas de estudos para elaborar projetos de geração de energia eólica.

Então, todas essas formas de energia que usam as nossas forças naturais, seja a água, a luz, o vento, são inconstantes. Precisamos usar então outra forma de energia,

como o gás, o petróleo, o carvão, para fazer a compensação dos momentos em que a energia é insuficiente. A energia eólica e a solar, no Brasil, ainda está iniciando.

Então, Santa Catarina pode participar dessa compensação, porque tenho certeza que ao invés de usar o petróleo, o gás, que são tão poluidores ou mais do que o carvão, podemos usar essa força, essa reserva que Santa Catarina possui e que o deputado Valmir Comin tão bem tem defendido nesta Casa.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Peço desculpas, deputado, porque não participei do seu pronunciamento, mas é um prazer incluí-lo ao meu.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Parabenizo v.exa. por aderir essa linha de raciocínio. É evidente que, como eu disse, anteriormente, e dentro daquilo que v.exa. coloca, um país emergente, como o nosso, não pode dispensar qualquer tipo de geração de energia, quer ela renovável ou não, principalmente a eólica, que é um fato novo, está engatinhando no Brasil. E temos aqui a benevolência da providência divina que nos concede nos momentos de pico, que é das 18h às 22h, a maior frequência de corrente de ar, comparado ao nordeste brasileiro. Mas precisamos, evidentemente, de investimentos, pois temos energias vulneráveis, que não são consideradas energias firmes. O setor do Complexo Tractebel tem um contrato de 200.000 toneladas e está queimando 300.000 toneladas, ou seja, já está no limite da sua capacidade.

Agora, temos um jazimento que está aí totalmente para ser explorado, nesses três estados, mais precisamente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que precisam de uma política específica para este setor.

Uma mina não se abre de um momento para o outro, precisa de todas as condicionantes nas questões ambientais. Existem procedimentos que precisam ser acompanhados dentro da égide da legislação, mas que precisam ser feitos dentro de uma programação, de um planejamento e com antecedência. E uma usina, mesmo que ela esteja em carga mínima, num momento de pico, de necessidade, ela estará pronta para ser acionada com estoque de carvão, por isso chamamos de energia firme. E isso tem um preço, que está dentro do mix da cesta básica de combustível do país. Mas a energia mais cara é aquela que não existe, aquela que não tem. Não é verdade?

Por isso parabenizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

Sem dúvida, a energia mais cara é aquela que nós não transformamos, que não utilizamos. Há muitas maneiras de fazer isso mas, infelizmente, elas ficam trancadas na burocracia de projetos que não andam, por diversas questões, de forma que se houver a união desta Casa, o entendimento e a aprovação da sociedade, de que muitas vezes a energia do carvão, que apesar de ser mais poluente do que outras formas, é indispensável justamente porque é muito importante para fazer as compensações das baixas de energia.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon, que falou em nome do PSDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

(Pausa)

Não há oradores inscritos.

Passaremos, então, à Ordem do Dia.

Ato da Presidência n. 0002-DL de

2014

(Passa a ler.)

“O presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, com amparo no art.47, § 3º, da Constituição do Estado, combinado com o art. 41 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições, constitui comissão Parlamentar de Inquérito integrada pelos srs. deputados Angela Albino, Carlos Chiodini, Moacir Sopelsa, Reno Caramori, Dirceu Dresch, Marcos Vieira e Darci de Matos, para, no prazo de 120 dias, apurar fato determinado dos serviços de água e esgoto feito pelos municípios a pessoas jurídicas de direito público ou privado.”

Este ato está assinado pelo presidente desta Casa, deputado Romildo Titon.

Portanto, agora, srs. deputados, “pelo capítulo XI, art. 149, do nosso Regimento Interno, constituída a Comissão, o Deputado mais idoso entre os de maior número de legislaturas estaduais em Santa Catarina convocará seus membros, no prazo máximo de cinco sessões, para a primeira reunião, que será realizada sob a sua Presidência, e cuidará da instalação dos trabalhos e da eleição do presidente e do relator”.

Neste caso, o deputado com maior número de mandatos desta Casa, membro da comissão Parlamentar de Inquérito, é o deputado Reno Caramori, que tem o prazo de até cinco sessões para fazer a instalação da comissão e eleição do presidente e do relator da CPI das Águas, pedida pela deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0014/2014, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0015/2014, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário o seguinte requerimento:

Requerimento n. 0009/2014, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do estado informações acerca do valor da arrecadação do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Ministério Público e do Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 e onde foram aplicados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem aos 62 anos de Fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular em Santa Catarina, sessão esta que será presidida pelo nobre deputado Narcizo Parisotto, líder do Partido Democratas.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 008-DL, de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Kennedy Nunes para ausentar-se do País, no período de 6 a 8 de abril do corrente ano, a fim de participar de reunião da Mesa Diretora e da Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, em Montevidéu, República Oriental do Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 4 de abril de 2014.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente, e.e.

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Manoel Mota - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 238, de 4 de abril de 2014

Regulamenta o uso de veículo de propriedade do Deputado para desenvolver as atividades parlamentares.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º O uso facultativo de veículo de propriedade do Deputado, mediante indenização pecuniária mensal, para desenvolver as atividades parlamentares, se dará na forma deste Ato.

Art. 2º O valor da indenização pecuniária mensal de que trata o art. 1º deste Ato, corresponde a 80% (oitenta por cento) do valor da média ponderada dos veículos locados pela ALESC para o uso dos Deputados.

§ 1º O valor da indenização de que trata o *caput* deste artigo será apurado na data da publicação deste Ato e revisado anualmente.

§ 2º A indenização pecuniária mensal fica condicionada a devolução do veículo locado para uso do Deputado a ALESC, e será devida a partir de 15 (quinze) dias a contar da data em que o Deputado formalizar sua opção pelo uso do veículo de sua propriedade, observado o disposto no art. 3º deste Ato.

§ 3º A indenização pecuniária mensal é destinada a cobrir as despesas com a manutenção do veículo, e de outras decorrentes de obrigações e da utilização do veículo.

Art. 3º O exercício da faculdade de que trata o art. 1º deste Ato deverá ser formalizado na Coordenadoria de Transportes, mediante a entrega de:

I - termo de opção para uso de veículo próprio assinado pelo Deputado, constante do Anexo I deste Ato;

II - termo de compromisso para uso de veículo próprio assinado pelo Deputado, constante do Anexo II deste Ato; e

III - cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

Parágrafo único. A indenização pecuniária mensal pelo uso de veículo próprio fica condicionada a observância do disposto neste Ato, e a atualização do documento constante do inciso III deste artigo.

Art. 4º A Coordenadoria de Transportes caberá:

I - conferir e arquivar os documentos elencados nos incisos do art. 3º deste Ato;

II - cadastrar o veículo no Sistema de Abastecimento, Controle e Gerenciamento de Frota - GAX ou em outro que vier a ser utilizado ou substituí-lo;

III - verificar a regularidade do veículo quanto ao licenciamento anual;

IV - informar a Diretoria Administrativa quando ocorrer o descumprimento do estabelecido neste Ato; e

V - informar mensalmente a Diretoria Administrativa quanto à regularidade da utilização dos veículos para fins de indenização.

Art. 5º Para efeitos deste Ato o veículo objeto de contrato de arrendamento mercantil é de propriedade do Deputado.

Art. 6º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **JOARES PONTICELLI** - Presidente em exercício

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

ANEXO I

TERMO DE OPÇÃO PARA USO DE VEÍCULO PRÓPRIO

O(A) subscritor(a) opta pela utilização de veículo próprio para desenvolver atividades parlamentares, conforme estabelecido na Resolução nº 008, de 19 de dezembro de 2013, pela qual receberei o devido ressarcimento, declarando concordar integralmente com as condições contidas no regulamento interno atinente a espécie.

Florianópolis,

Deputado(a)

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE VEÍCULO PRÓPRIO

DADOS DO VEÍCULO

Marca: _____ Modelo: _____

Placas: _____ Chassi: _____

Ano: modelo/fabricação _____ Cor: _____ Combustível: _____

Nº do CRLV: _____ RENAVAL: _____

Nº da Apólice de Seguro: _____ Seguradora: _____

Situação do veículo: () Próprio () Arrendamento Mercantil

O(A) subscritor(a) declara estar ciente e concorda com as condições impostas pela ALESC para utilização de veículo próprio acima identificado, bem como pelo(a):

I - utilização do veículo cadastrado em atividades parlamentares, mediante o ressarcimento até o limite mensal global estabelecido no regulamento interno próprio;

II - responsabilidade por todos os encargos e despesas de manutenção e conservação de veículo, que incluem consertos, reformas, reposição de peças, troca de óleo e fluidos, limpeza e higienização e outras decorrentes da utilização do veículo;

III - cumprimento das disposições sobre o ressarcimento de uso de veículo próprio e das demais regras administrativas decorrentes;

VI - responsabilidade por todas as despesas com estacionamento, impostos, multas e seguros (incluindo franquia), além de eventuais indenizações ou cobertura de risco contra terceiros, em caso de acidentes provocados com o veículo;

V - manutenção periódica do veículo para manter a perfeita condição de trafegabilidade;

VI - isenção da ALESC de responsabilidade civil e administrativa, em qualquer hipótese, incluindo os encargos decorrentes da propriedade, do desgaste e de danos, em razão da utilização do veículo próprio acima identificado;

VII - contratação de seguro total compatível com o valor do veículo e com as condições de uso.

Florianópolis,

Deputado(a)

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dois de abril do ano de dois mil e quatorze, sob a presidência do Deputado Mauro de Nadal, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à Quarta Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Mauro de Nadal, Angela Albino, Sílvio Dreveck, Renato Hinnig, Dirceu Dresch e Serafim Venzon. O Presidente leu os Ofícios nºs 23/2014, da Câmara Municipal de Ilhota, contendo moção de solidariedade ao pleito realizado pela Polícia Civil do Estado de Santa Catarina; 054/2014, da Câmara Municipal de Gaspar, contendo Moção de apelo quanto aos reclames da sociedade catarinense sobre as constantes quedas de energia elétrica, bem como à demora na reposição do sistema, em especial quanto aos consumidores da área rural - principalmente no Município de Gaspar. O Deputado Renato Hinnig falou que todo o Estado acomete-se desse problema, mas que no Planalto Norte a situação é mais grave. Sugeriu uma discussão do tema com a Direção da Celesc, seus técnicos, até para saber de fato a programação e as soluções. O Deputado Dirceu Dresch disse que todos os setores estão utilizando mais energia. Disse que a Celesc deve prestar esclarecimentos. Propôs uma audiência pública ou uma reunião, juntamente com a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, dando assim retorno à Câmara de Gaspar e a todo o Estado, chamando a Celesc, autoridades do setor e os Vereadores de Gaspar para participar. O Deputado Sílvio Dreveck que o problema existe hoje porque o Brasil não se preocupou em investir na mesma proporção de seu crescimento. Disse também que as usinas hidroelétricas em fase de obras estão atrasadas e que com a estiagem surgem os apagões. Sugeriu reunião conjunta com a Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia desta casa, envolvendo não só a Celesc, mas toda a sociedade catarinense e o Governo. O Deputado Dirceu Dresch complementou dizendo que o setor industrial teve um crescimento de 2.4% no ano passado, mas hoje está faltando investimento e planejamento no setor de energia elétrica para o país crescer. Sugeriu uma discussão nesta Casa para reforçar as soluções. O Deputado Serafim Venzon disse que em 1994 - quando eleito Deputado Federal - viu o esforço que o Presidente à época, Fernando Henrique Cardoso, fez quanto às revisões da Constituição para permitir que a iniciativa privada pudesse participar dos investimentos da geração de energia elétrica, que até então era produzida apenas pelo poder público - projeto este que o PT foi radicalmente contra. Enfatiza que o problema já vem de muito tempo. O Presidente comunicou que encaminhará a moção à Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia para que tome conhecimento do problema e que possa discutir um encaminhamento, até mesmo uma reunião em conjunto com esta Comissão, convidando o Presidente da Celesc e outras autoridades, para que venha esclarecimentos. O Presidente passou à discussão e votação da MPV nº 00193/2014 - que fixa valores de vencimentos dos membros do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências - com emenda substitutiva global, proposta pela Bancada do PT. Relator Deputado Mauro de Nadal. Parecer pela aprovação. Pedido de vista em gabinete pelos Deputados Dirceu Dresch e Angela Albino; MPV/00194/2014 - que altera a Lei nº 15.984, de 2013, e estabelece outras providências (gratificação pelo desempenho de atividades em saúde). relator Deputado Mauro de Nadal, Parecer pela aprovação. Aprovado o parecer por unanimidade. Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº /0005.1/20014, que altera as Leis nºs 6.153 - de 1982 -, e 6.218 - de 1983 -, e estabelece outras providências; os Projetos de Lei nºs 0023.8/2014 - com emenda substitutiva global. Relator Deputado Serafim Venzon; 0029.3/2014, Relator Deputado Sílvio Dreveck; 0144.5/2013. Parecer do Deputado Serafim Venzon; 0366.6/2012. relator Deputado Dirceu Dresch; 0578.5/2013 - com emenda substitutiva global. Relator Deputado Dirceu Dresch e Ofícios nºs 004.1/2014. Relator Deputado Sílvio Dreveck. Pedido de Diligência; 0007.4/2014. Relator Deputado Serafim Venzon; 0474.5/2013. Relator Deputado Sílvio Dreveck; 0596.3/2013. Relator Deputado Sílvio Dreveck. A Deputada Angela Albino leu requerimento de sua autoria, solicitando a realização de uma audiência pública na Alesc para debater com instituições públicas e a sociedade civil organizada as "perspectivas de nomeação para os classificados no concurso público ao cargo de agente prisional" e que sejam remetidos convites para os Poderes, órgãos e entidades relacionadas. O Deputado Sílvio Dreveck disse que poderia ser feita ma reunião na Comissão com a Secretaria de Estado competente para depois realizarmos ou não uma audiência pública nesta Casa. A Deputada Angela disse que poderia ser chamada a Secretaria competente, mas que gostaria de ser mantido o pedido de realização de audiência pública. O Deputado Dirceu Dresch defendeu a realização de audiência pública por haver pessoas trabalhando com liminar. O Presidente sugeriu convidar o Secretário de Justiça e Cidadania, para participar de uma reunião ordinária e na sequência realizar uma audiência pública. Aprovado o encaminhamento de convite ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania. O Deputado Sílvio Dreveck registrou a presença na reunião do Prefeito de Doutor Pedrinho, Arki Perri (??), o Vice-Prefeito Ailton (??) e Matias, Prefeito de Barra Velha e o Secretário que o acompanha. O Presidente antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente

convocou os Senhores Deputados, nos termos regimentais, para a próxima reunião da Comissão - em dia e hora regimentais. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, dois de abril de 2014.

Deputado Mauro de Nadal

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 646, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDUARDO PIZZOLATTI MIRANDA RAMOS para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Liderança do PMDB - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 647, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **VALMIR ROSA CORREIA**, matrícula nº 3733, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2014 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 648, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VALMIR ROSA CORREIA, matrícula nº 3733, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de abril de 2014 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Chapadão do Lageado).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 649, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANELIA MARIA MARTINS**, matrícula nº 6244, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-83, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2014 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 650, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, matrícula nº 6244, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-88, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de abril de 2014 (Gab Dep Dirce Aparecida Heiderscheidt - Florianópolis).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 651, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **REGES CHIMELLO**, matrícula nº 7385, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-46, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 4 de abril de 2014 (Gab Dep Dirceu Dresch).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 652, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt para o gabinete do Deputado Valdir Cobalchini, a contar de 4 de abril de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
2776	MARIO CARLOS GOULART	PL/GAB-64
3733	VALMIR ROSA CORREIA	PL/GAB-55
3849	ADRIANE A. CAVAZZOLA PEDROSO	PL/GAB-54
4479	LUIZ CARLOS SERAFIM	PL/GAB-59
5522	VALQUIRIA PEREIRA GUIMARAES	PL/GAB-55
5938	ANDREIA DE FATIMA MAGUELNISKI	PL/GAB-37
5940	CARLOS DE PAULA	PL/GAB-52
6009	VENICIO EDUARDO CAVINATO	PL/GAB-32
6227	JOAO CARLOS MUNARETTO	PL/GAB-50
6244	ANELIA MARIA MARTINS	PL/GAB-88
6584	MAURO ANTONIO ZANOTTO	PL/GAB-58
6738	JAQUES RONEY SEBOLD	PL/GAB-49
6779	DIEGO ROSA CORREIA	PL/GAB-66
6826	KATIA SIMONE DOS SANTOS	PL/GAB-49
6893	DARCI KLUMB	PL/GAB-42
7061	ROSANGELA CAMPOS	PL/GAB-32
7234	EDILBERTO CARLOS FERREIRA	PL/GAB-65
7334	LUIS CARLOS DUNCKE	PL/GAB-66
7343	SAULO WEISS	PL/GAB-66
7508	MARIA DE FATIMA M. SOMBRIO	PL/GAB-58
7554	ORIDES KORMANN	PL/GAB-66

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 653, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt para o gabinete do Valdir Cobalchini, a contar de 4 de abril de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
781	LUIZ CARLOS PADILHA PUTTKAMMER
1151	LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS
1678	IVENS ANTONIO SCHERER
1704	ROBERSON DORNBUSCH
9156	JAISON GERMANO SILVA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 654, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **IVENS ANTONIO SCHERER**, matrícula nº 1678, do gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt para o gabinete do Deputado Valdir Cobalchini, a contar de 04 de abril de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 655, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 4 de abril de 2014.

Gab. Dep. Valdir Cobalchini

Matrícula	Nome	Cargo
3733	VALMIR ROSA CORREIA	CHAPADÃO DO LAGEADO
4479	LUIZ CARLOS SERAFIM	SÃO JOSÉ
5522	VALQUIRIA PEREIRA GUIMARAES	SÃO JOSÉ
5940	CARLOS DE PAULA	CAÇADOR
6009	VENICIO EDUARDO CAVINATO	SÃO MIGUEL D'OESTE
6227	JOAO CARLOS MUNARETTO	RIO DAS ANTAS
6244	ANELIA MARIA MARTINS	FLORIANÓPOLIS
6738	JAQUES RONEY SEBOLD	PALHOÇA
6826	KATIA SIMONE DOS SANTOS	LAGUNA
6893	DARCI KLUMB	MARAVILHA
7234	EDILBERTO CARLOS FERREIRA	FRAIBURGO
7334	LUIS CARLOS DUNCKE	PALHOÇA
7343	SAULO WEISS	ANITÁPOLIS
7508	MARIA DE FATIMA M. SOMBRIO	JOINVILLE
7554	ORIDES KORMANN	GUABIRUBA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 656, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Edison Andrino para o gabinete da Deputada Ada Faraco De Luca, a contar de 4 de abril de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
5180	ZAIRA FIGUEIREDO SILVESTRE	PL/GAB-86
5259	PAULO ROBERTO CORREA DOS SANTOS	PL/GAB-26
5260	JEFERSON GERALDO GARCIA	PL/GAB-84
5372	MATSON LUIS CE	PL/GAB-55
5639	EDISON MEIRA	PL/GAB-58
5640	JOHN MARTINS VIANNA	PL/GAB-75
5643	FABIANO BREGGNE PIRES	PL/GAB-58
5645	ROBERTO CARDOSO STRUVE	PL/GAB-74
6091	CRISTIANE ROCHA PACHECO	PL/GAB-34
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	PL/GAB-70
7162	MARLI FERNANDES	PL/GAB-34
7202	MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN	PL/GAB-29
7293	VICTORIA LI FRETTE CALDAS	PL/GAB-55

7347	RUI ZALDIR HUBNER	PL/GAB-20
7415	HELIO LUIZ BUNN	PL/GAB-01
7432	MARIANA PIRES DE SOUZA	PL/GAB-24
7438	SHEILA AVILA FERREIRA DA CUNHA	PL/GAB-55
7477	EKESIA CARMELITA DE SOUZA	PL/GAB-34
7466	EDIVALDO MARCOLINO	PL/GAB-23
7488	CAMILA BORNHAUSEN DOS SANTOS	PL/GAB-49
7495	ANTONIO BELLO JUNIOR	PL/GAB-64
7564	LUCIANI DA SILVA	PL/GAB-22

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 657, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Edison Andrino para o gabinete da Deputada Ada Faraco De Luca, a contar de 4 de abril de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
1293	CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGHESAN
1360	MARIA NEUZA MARCELINO
1451	BERNADETE REBELO DE SOUZA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 658, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designada a servidora **CLAUDIANE BLEYER REMOR BORGHESAN**, matrícula nº 1293, do gabinete do Deputado Edison Andrino para o gabinete da Deputada Ada Faraco De Luca, a contar de 04 de abril de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 659, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 4 de abril de 2014.

Gab. Dep. Ada Faraco De Luca

Matrícula	Nome	Cargo
5259	PAULO ROBERTO CORREA DOS SANTOS	FLORIANÓPOLIS
5372	MATSON LUIS CE	SÃO JOSÉ
5639	EDISON MEIRA	FLORIANÓPOLIS
5643	FABIANO BREGGNE PIRES	FLORIANÓPOLIS
5645	ROBERTO CARDOSO STRUVE	FLORIANÓPOLIS
6091	CRISTIANE ROCHA PACHECO	ARARANGUÁ
6520	JADSON BERTO DA SILVEIRA	FLORIANÓPOLIS
7162	MARLI FERNANDES	CRICIÚMA
7202	MAIQUELI MANTOVANI GREGIANIN	SÃO JOSÉ
7293	VICTORIA LI FRETTE CALDAS	TUBARÃO
7347	RUI ZALDIR HUBNER	MARAVILHA
7415	HELIO LUIZ BUNN	LAURO MÜLLER
7432	MARIANA PIRES DE SOUZA	IMBITUBA
7438	SHEILA AVILA FERREIRA DA CUNHA	GOVERNADOR CELSO RAMOS
7477	EKESIA CARMELITA DE SOUZA	BIGUAÇÚ

7466	EDIVALDO MARCOLINO	MORRO DA FUMAÇA
7488	CAMILA BORNHAUSEN DOS SANTOS	PALHOÇA
7495	ANTONIO BELLO JUNIOR	JOINVILLE
7564	LUCIANI DA SILVA	LAGUNA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 660, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 3 de abril de 2014.

Liderança do PT

Matrícula	Nome do Servidor
6349	FÁBIO DA VEIGA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 661, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor do Poder Executivo - Procuradoria Geral do Estado a disposição da ALESC **ELIAS PRYCIUK KUSTER**, matrícula nº 9175, no Gabinete do Deputado Gilmar Knaesel, a contar de 04 de abril de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 662, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0768/2014,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MARA LUCIA MANFREDINI**, matrícula nº 1142, fazendo constar como sendo **MARA LUCIA MANFREDINI PERUCHI**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Canela de Meleiro/SC.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 663, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **DIEGO DIAS**, matrícula nº 7026, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-17, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de abril de 2014 (Gab Dep Serafim Venzon).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 664, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Administrativa Interna**, a contar de 4 de abril de 2014.

Gab. Dep. Renato Luiz Hinnig

Matrícula	Nome do Servidor
7437	THIAGO PEREIRA FERNANDES

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 665, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

PUBLICAR que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa/Biométrico**, a contar de 3 de abril de 2014.

Gab. Dep. Ana Paula Lima

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7575	LENILSO LUÍS DA SILVA	BLUMENAU

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 666, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0639/2014,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **ROBERTO CARDOSO STRUVE**, matrícula nº 5645, quota de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidente sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 9% (nove por cento), a contar de 18 de março de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 667, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt, a contar de 4 de abril de 2014.

Matrícula	Nome	Nível
3252	ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR	PL/GAB-93
6479	LISIANI DEBUS DE MATIAS NAHAS	PL/GAB-41
6578	CAMILA MORTARI	PL/GAB-45
6579	VALDEMAR MACHADO NETO	PL/GAB-81
6580	ANTONIO OSCAR LAURINDO JUNIOR	PL/GAB-22
6627	ANSELMO VINCI	PL/GAB-17
6863	VANILDO VALLE	PL/GAB-46
6968	ARIANE CRISTINA DORIGATTI	PL/GAB-44
7044	JULIANA ARAUJO DE CARVALHO	PL/GAB-42
7045	MARIA DE LOURDES BORGES M. DA SILVA	PL/GAB-04
7057	JOSIANE MONTIBELLER	PL/GAB-26
7063	INDIANARA BERTOLDI DA SILVA	PL/GAB-22
7151	RICARDO PINHEIRO	PL/GAB-89
7166	MARIA SIMONE DA SILVA OLIVEIRA	PL/GAB-19
7193	SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA	PL/GAB-80
7194	SINAURI MAURO XAVIER	PL/GAB-43
7217	ADELAR JOSÉ TOLFO	PL/GAB-41

7218	NABOR JOSE SCHMITZ	PL/GAB-62
7282	PAULO CORREIA	PL/GAB-27
7357	FERNANDO KAIO MUNIZ HOEGEN	PL/GAB-22
7387	DOUCEL FRANCISCO DA SILVA	PL/GAB-22

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 668, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt, a contar de 4 de abril de 2014.

Matrícula	Nome do Servidor
2686	CARLOS JOSE MORTARI
9112	ALINE PIERINA SCHMIDT
1294	DEBORA MARA CARDOSO BORGES

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 669, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **CARLOS JOSE MORTARI**, matrícula nº 2686, do gabinete do Deputado Ciro Marcial Roza para o gabinete da Deputada Dirce Aparecida Heiderscheidt, a contar de 04 de abril de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 670, de 4 de abril de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

PUBLICAR que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 4 de abril de 2014.

Gab. Dep. Dirce Aparecida Heiderscheidt

Matrícula	Nome	Cargo
6479	LISIANI DEBUS DE MATIAS NAHAS	FLORIANÓPOLIS
6580	ANTONIO OSCAR LAURINDO JUNIOR	IMBUIA
6627	ANSELMO VINCI	BIGUAÇU
6863	VANILDO VALLE	TAIÓ
6968	ARIANE CRISTINA DORIGATTI	FLORIANÓPOLIS
7044	JULIANA ARAUJO DE CARVALHO	CORREIA PINTO
7045	MARIA DE LOURDES BORGES M. DA SILVA	OTACÍLIO COSTA
7057	JOSIANE MONTIBELLER	FLORIANÓPOLIS
7063	INDIANARA BERTOLDI DA SILVA	RIO DO SUL
7151	RICARDO PINHEIRO	FLORIANÓPOLIS
7166	MARIA SIMONE DA SILVA OLIVEIRA	OTACÍLIO COSTA
7193	SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA	RIO DO SUL
7194	SINAURI MAURO XAVIER	RIO DO SUL
7217	ADELAR JOSÉ TOLFO	IBIRAMA
7218	NABOR JOSE SCHMITZ	VIDAL RAMOS
7282	PAULO CORREIA	RIO DO CAMPO
7357	FERNANDO KAIO MUNIZ HOEGEN	ITUPORANGA
7387	DOUCEL FRANCISCO DA SILVA	APIÚNA

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***